

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Sócio-Museologia

Nova Museologia e Museus Locais

Contributo para a organização de um Museu Local em Alvaiázere

Paula Alexandra Cassiano Marques

Dissertação apresentada na ULHT para a obtenção do grau de mestre em Museologia

Orientador: Professor Doutor Mário Canova de Magalhães Moutinho

Lisboa

2002

Resumo

O presente estudo tendo por base a teoria museológica contemporânea, tem como objectivos contribuir para a organização de um museu polinucleado, descentralizado e articulado no concelho de Alvaiázere, bem como para a consciencialização das potencialidades patrimoniais do referido concelho, já que a identidade cultural da comunidade em causa, tem vindo gradualmente a perder-se devido especialmente à interferência de outras culturas, sem que a mesma apresente grande resistência.

Conscientes de que um território com qualidade e identidade é um território potencialmente atractivo, consideramos imprescindível a sensibilização da população Alvaiazense para a relevância do território onde a mesma está inserida (quer em termos de localização geográfica, património natural, arqueológico, arquitectónico e etnográfico, quer em termos da sua história, política, economia, entre outras), bem como para a tomada de decisões relativamente ao mesmo. Desse modo, a existência de um museu contribuirá para a recuperação, salvaguarda e valorização (garantindo a sobrevivência futura) do património natural, construído e cultural desta comunidade, dinamizando *in situ* o mencionado património, o que contribuirá não só para a consciencialização da identidade cultural da mesma, como também para o reforço do seu bem-estar e da sua auto-estima. Ambicionamos então um museu interdisciplinar que guarde e valorize a memória da comunidade, promovendo o homem enquanto integrado nessa mesma comunidade, tornando-o participativo na acção museológica. É um museu para a comunidade e dinamizado pela própria comunidade, onde a acção educativa e o exercício da cidadania devem ser constantes.

O nosso ensejo de ser um museu virado para o diálogo, motivando a comunidade a participar no desenvolvimento social, dá-lhe um carácter dialógico.

Este museu deverá assim retratar a população Alvaiazerense e toda a sua história, que o elegerá como um instrumento e não como um fim, contribuindo para o seu desenvolvimento social, económico e cultural e por conseguinte para o desenvolvimento da respectiva região.

A sua concepção passa por um lado, pela criação de Núcleos Museológicos, onde o património natural, arqueológico, arquitectónico e etnográfico deverá ser recuperado, preservado e valorizado, e por outro, pela criação de jardins descentralizados, parques de merendas, parque de campismo, mata municipal, praia fluvial e outros espaços de lazer, interligados entre si, por uma série de caminhos, carreiros e estradas, com o intuito de permitir passeios pedestres, de bicicleta, de cavalo ou burro e de veículos motorizados.

Não desejamos ser conclusivos, mas principiar um processo de reflexão e de ampla discussão, que sensibilize a comunidade e as instituições locais, com vista ao complemento deste estudo e à sua adaptação prática.

Abstract

The aims of the present study, based on the contemporary museum theory, are to contribute for the organization of a polinuclear, decentralized and articulated museum in the council of Alvaiázere as well as for the awareness of its patrimonial potentialities, because the cultural identity of its community is gradually being lost, especially due to the interference of other cultures with no resistance.

Because we are conscious that a territory with quality and identity is a potentially attractive territory, we consider it is crucial to appeal to the community of Alvaiázere towards the importance of its territory (not only regarding its geographic location and its cultural, archaeological, architectural and ethnographic heritage, but also its history, politics and economy, among others) and towards the decisions concerning it. This way, the existence of a museum will contribute to the recovery and valuation of the natural, built and cultural heritage of this community (to guarantee its survival in the future) which will contribute to assert its cultural identity, enhancing *in situ* the so appealed heritage and reinforcing its welfare and selfesteem. We then long for an interactive museum that preserves and values the tradition of the community, encouraging man as an integrate part in this community, becoming participative in the branch of museums. So to speak, it's a museum for the community and dynamized by the own community, where the educative deed and the work of the citizenship must be a constant practice.

Our desire of building a museum open to dialogue, motivating the community to participate in the social development, ascribes to its communicative attribute.

Accordingly, this museum should portray the population of Alvaiázere and all its history, by which it shall be chosen as a means, an instrument, and not as an end, contributing for its social, economic and cultural development and therefore for the development of this region.

Its conception, on one hand, undergoes the creation of Museum Nuclei, where the natural, archaeological, architectural and ethnographic heritage should be recovered, preserved and appreciated and, on the other hand, the creation of decentralized gardens, picnic parks, camping parks, the wood of the town hall, fluvial beach and other leisure areas, all interlinked by paths, tracks and roads, which allow to enjoy walks and bicycle, motorbike or even horse or donkey rides.

It is not our wish to be conclusive, but to begin a process of reflection and intense discussion that will sensitize the community and local institutions, so as to complement this study and its practical adaptation.

Agradecimentos

Estas palavras têm como objectivo manifestar o meu apreço e agradecimento a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se concretizasse.

Primeiramente, à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias pela formação complementar da parte escolar do Mestrado, que nos foi particularmente útil na definição da metodologia da tese.

Ao nosso orientador, o Professor Doutor Mário Moutinho, pela supervisão e espírito crítico convincente que nos impediu de persistir em caminhos errados, mesmo se, apesar de tudo, caímos em alguns.

À Dra. Zenaida Lima Barreiro pelo apoio e esclarecimento de dúvidas relativamente à fauna e flora da Serra de Alvaiázere.

Ao Prof. Doutor Luiz Oosterbeek do Instituto Politécnico de Tomar, não só pelo esclarecimento de algumas dúvidas, como também pelo apoio demonstrado nos momentos difíceis do faseamento da tese.

Ao Dr. António Cassiano, pela paciência depositada na leitura e correcção atenta dos textos desta Dissertação.

Ao Sr. Padre Jacinto Nunes e a alguns amigos que, ao longo destes dois anos, sempre me apoiaram com as suas palavras de encorajamento.

Um particular agradecimento é devido aos meus pais, irmão e cunhada, pelo apoio e motivação que dispensaram ao longo deste trabalho.

Aos meus avós maternos dedico esta Dissertação.

A todos o nosso reconhecimento.

Índice

Resumo.....	2
Abstract	3
Agradecimentos.....	4
1 - Introdução	7
2 - Metodologia.....	17
3 - Enquadramento teórico de Museologia	
3.1 - Evolução histórica do Museu	23
3.2 - Um olhar sobre o desenvolvimento da Nova Museologia.....	25
3.2.1 - O surgimento e desenvolvimento do conceito de Ecomuseu.....	40
3.2.2 - Preservação do meio ambiente enquanto património	45
3.2.3 - Relação entre a Nova Museologia e o desenvolvimento de uma região	48
3.3 - Estabelecer os objectivos do Museu Local em Portugal.....	50
3.4 - Necessidade de técnicas de marketing cultural	54
4 - Caracterização da região de Alvaiázere	
4.1 - Organização Administrativa.....	57
4.2 - Análise dos questionários efectuados a uma amostra da população Alvaiazerense.....	57
4.3 - Caracterização sócio-económica da comunidade Alvaiazerense, atendendo às suas necessidades.....	64
5 - Organização do Museu Local de Alvaiázere	
5.1 - Explorar a musealização do território, do processo histórico e do património do concelho, por meio de referências ecológicas, etnográficas e arqueológicas	71
5.2 - Existência de uma quinta para sede do Museu	74
5.2.1 - Distribuição dos espaços vitais, quer no interior, quer no exterior da casa já existente.....	75
5.3 - Parque Natural na Serra de Alvaiázere	79
5.3.1 - Recuperação de caminhos e abrigos	80
5.3.2 - Reflorestação de uma parte do Parque, com espécies autóctones	80
5.3.3 - Miradouro.....	81
5.3.4 - Construção de um parque de merendas	82
5.3.5 - Recipientes para o lixo nas áreas de recreio e remoção semanal	82
5.3.6 - Informação ao visitante para que cuide do Parque.....	83

5.3.7 -	Trilhas de descoberta da natureza.....	83
5.3.8 -	Área de lazer para repouso, passeios, piqueniques e exercício físico...	84
5.4 -	Valorização e recuperação do património arqueológico.....	85
5.4.1 -	Visitas organizadas a sítios arqueológicos.....	86
5.5 -	Valorização do património arquitectónico com a recuperação de casas típicas.....	86
5.6 -	Valorização do saber fazer tradicional, artesanato e artístico.....	90
6 -	Funcionamento do mesmo com vista à obtenção de sucesso.....	93
6.1 -	Itinerários culturais.....	94
6.2 -	Equipa de Educação Ambiental e Animação Cultural.....	96
6.3 -	Apoio a grupos ou clubes de voluntários nas tarefas de manutenção e enriquecimento dos Núcleos Museológicos.....	97
6.4 -	Estalagem e parque de campismo rural.....	97
6.5 -	Turismo cultural.....	99
6.6 -	Participação em celebrações tradicionais.....	101
6.7 -	Jantar em casas de famílias locais.....	103
6.8 -	Abertura de lojas para venda de produtos típicos.....	103
6.9 -	Empregabilidade.....	104
6.10 -	“Tascas” e restaurantes com petiscos/pratos gastronómicos regionais.....	104
6.11 -	Gestão e financiamento do projecto.....	105
7 -	Considerações finais.....	107
8 -	Bibliografia organizada	
8.1 -	Bibliografia consultada.....	111
8.2 -	Bibliografia citada.....	117
8.3 -	Bibliografia temática	
8.3.1 -	Fauna e Flora das zonas calcárias.....	125
9 -	Índice científico.....	127
10 -	Índice de gráficos, mapas e quadros.....	131
-	ANEXOS	

1 – Introdução

O homem é o talento que ao longo dos anos, dos séculos e dos milénios, faz nascer a cultura. É através dos seus anseios e das suas múltiplas vicissitudes que ele a modela e lhe dá a expressão dos tempos.

Nessa trajectória complexa que o homem percorre, no mundo que vai criando, deixa como rasto um património que define a sua sensibilidade e a evolução dos seus conhecimentos.

A natureza, a arqueologia, a arquitectura, a etnografia (entre outras) são não só o resultado e o testemunho físico da actividade social, política e económica, como também das mentalidades, ideologias, tensões sociais, lutas que podem ser geradas por uma complexidade de relações.

Assim sendo, o património é o testemunho da vida de uma comunidade, uma vez que traduz o pulsar do território onde a mesma está integrada, bem como a relação existente entre ambos.

A degradação a que esse património está sujeito é algo que nos preocupa seriamente, uma vez que o mesmo traduz a identidade cultural do homem, a qual desejamos ver salvaguardada e valorizada e naturalmente deixá-la como testemunho às gerações futuras.

No mundo actual, onde todos os valores são postos em causa, o homem busca, incessantemente, a sua própria identidade e o sentido da sua existência, quer individual, quer colectiva. Apesar de hoje ter adquirido um conhecimento da sua própria pessoa, mais vasto e mais profundo, não conseguiu a segurança e o bem-estar a que sempre aspirou, resultado de uma inexistência de bases e de ausência da coesão de uma civilização, que se diz moderna e inserida numa época de novidade e transformação em ritmos alucinantes, mas quase sempre desligada do seu passado.

É num cenário como o atrás descrito feito de equívocos e onde os pseudo-valores comprovam que são moldadas as mentalidades, distorcidos os caracteres e construído um futuro sem memória, onde a riqueza possibilitadora de consumo é rainha de um tempo acéfalo.

Torna-se urgente perante tal contexto questionarmo-nos sobre a necessidade de reconciliação do ser humano consigo próprio, facto que só sucederá quando da presença do passado histórico-cultural forem conservadas as marcas do mesmo, preservando assim os vestígios do passado que ajudarão não apenas a interpretá-lo como constituirão os alicerces na edificação de um futuro promissor onde a técnica, a ciência e a economia não ignorem o relevante papel desempenhado pelo principal agente deste processo, o homem.

Desse modo, a defesa do património ocorre da conservação do bem a preservar, único e insubstituível, sendo essa defesa uma batalha em que todo o cidadão consciente se deve empenhar para poder criar um futuro para o seu passado, com o intuito de renovar a sua existência no respeito pela variedade e diversidade patrimonial e para transformar o seu comportamento na sociedade.

É evidente que a preservação, recuperação e valorização do já referido património exige um trabalho grandioso, dispendioso e urgente, que obriga a grandes esforços, a uma grande vontade de sensibilidade de acção por parte de todos, mediante um programa de intervenção que nunca estará concluído.

O propósito acabado de enunciar válido na sua plenitude como princípio, carece que “agitadores de consciências” quer pedagógica quer tecnicamente habilitados, consciencializem as sociedades em que venham a integrar-se para a relevância da conservação dessa memória colectiva, quer promovendo acções destinadas ao meio envolvente, sensibilizando os agentes privados, conquistando as gerações mais jovens para esta causa ou ainda liderando ou integrando projectos onde o Estado, as Autarquias ou Associações estejam envolvidas.

Assim a ligação entre o passado, a memória e a actualidade dever-se-á fazer de forma equilibrada, não deixando porém de ser potenciadora de bem-estar uma vez que actividades a desenvolver são também geradoras de riqueza.

A presente dissertação tendo por base a teoria museológica contemporânea, tem como objectivos contribuir para a organização de um museu no concelho de Alvaiázere, bem como para a consciencialização das potencialidades económicas-turísticas (nas vertentes naturais, arqueológicas, arquitectónicas e etnográficas) do referido concelho, já que a identidade cultural da comunidade em causa, tem vindo gradualmente a perder-se devido essencialmente às influências de outras culturas, sem que a mesma apresente grande resistência.

Tendo por base a teoria museológica contemporânea, julgamos pertinente referir nesta introdução algumas das alterações sofridas pela mesma. Para o efeito, e segundo Mário Moutinho (2000), a museologia sofreu alterações nos seguintes aspectos:

- a) “Deixou de existir um modelo único de Museu igual à ideia de colecção, de edifício e de público, para se assumir que o museu é *“uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e expõe-nos especialmente com intenções de estudo, da educação e de deleite”*.

Mas também que para além dos Museu designados como tal, (e aqui reside a "essência da mudança") são admitidos como correspondendo a esta definição: *as instituições ou organizações com fins não lucrativos que exercem actividades de investigação, educativas, de formação, de documentação e outras relacionadas com os Museu ou com a museologia*" (Estatutos do Conselho Internacional dos Museus 1995) (MOUTINHO, 2000, 4-5)

- b) As colecções de um museu, que durante muito tempo foram consideradas como artefactos físicos, passaram posteriormente a ser consideradas não só como materiais, mas também imateriais, existindo colecções externas ao Museu enquanto edifício, as quais se encontram dispersas por um território, o qual é protegido e valorizado pelo próprio museu.
- c) Devido à abertura do museu à comunidade, a gestão do mesmo deixou de depender única e exclusivamente das orientações da equipa técnica e/ou directores, passando a ser gradualmente partilhada pela referida comunidade, cabendo aos técnicos responder aos apelos do meio envolvente.
"Este processo de abandono do poder, foi e é naturalmente difícil e muito do lugar que os museus ocupam actualmente é determinado pela ambiguidade desta situação, que arrasta um conflito, difícil em muitos casos de resolver."
(MOUTINHO, 2000:5)
- d) O modo como as colecções são apresentadas tem sofrido significativas alterações, devido não só à modernização e à tecnologia que escondem o discurso antigo, mostrando uma nova imagem, mas também à crítica de que a expografia foi alvo, demonstrando uma outra compreensão dos seus contornos.
- e) Apesar de nos estatutos do ICOM o museu ser considerado uma instituição ao serviço não só da sociedade mas também do seu desenvolvimento, o museu também tem estado ao serviço de si próprio, dos acervos e dos artefactos que os respectivos donos lhes concederam. No entanto, a existência de um novo tipo de museus é cada vez mais uma constante, os quais têm os seus programas de actividade e são uma forma de desenvolvimento. São então caracterizados pelas preocupações com os problemas do meio onde estão inseridos, criando postos de trabalho, desenvolvendo novos tipos de turismo, recuperando e gerando indústrias e fortalecendo identidades.

“Noutros casos os museus tomaram a própria forma de um recurso ao serviço do desenvolvimento e por isso são configurados de acordo com o perfil e o sentido desse mesmo desenvolvimento. Neste caso se encontram a maioria dos museus em criação em Portugal que no quadro das orientações da Comunidade Europeia são pensados e tomam a forma de instrumentos de desenvolvimento. Metade dos programas Leader (programas vocacionados para o desenvolvimento local com base nos recursos culturais de cada região) que cobrem a totalidade do território do país apresentam iniciativas museológicas com este sentido. Os museus são assumidos não como espaços para exibição de memórias exclusivamente, mas como agentes de progresso ao serviço das comunidades. E este processo válido também para outros países da União Europeia é tão mais interessante de acompanhar quando se toma em consideração que há vinte anos atrás, o poder local tinha dos museus a visão mais retrograda possível.” (MOUTINHO, 2000:7)

No entanto, e segundo o supracitado autor, há áreas em que o museu continua insensível às mutações da sociedade, verificando-se um distanciamento de uma parte significativa da museologia em relação à sociedade envolvente. São elas:

- a) O discurso museológico continua a depender das colecções, tendo sempre por base uma colecção, de acordo com a origem de cada museu, com diferenças para os museus de carácter científico, na medida em que procuram apresentar (explicando), processos e leis, ao nível das ciências exactas. Verificando-se desse modo, que os recursos expositivos são quase sempre fabricados com vista a uma boa comunicação.

Mário Moutinho diz-nos que a função do museu só tem a ganhar se o mesmo se identificar como um local de comunicação.

- b) Não se reconhece um novo grau de autonomia na aquisição de informações por parte dos visitantes, isto é, se a museologia é um meio de comunicação, ela não se deve verificar apenas no interior do museu, mas essencialmente no seu exterior. Para o efeito, dever-se-á distinguir o conceito de museografia e expografia.

Enquanto o primeiro caso se refere a tudo o que diga respeito ao museu, o segundo é compreendido como uma escrita, constituindo um meio de comunicação, que só é utilizado de acordo com a opção de cada projecto museológico.

A expografia é então cada vez mais independente do museu, podendo ser utilizada por cada um, isto é, a mesma deixando de estar exclusivamente ao serviço das colecções, torna-se um recurso capaz de desenvolver e apresentar ideias, quer no interior, quer no exterior do museu.

Se no passado os acervos dos museus tradicionais eram constituídos por artefactos, nos novos museus são constituídos pelos problemas das respectivas comunidades.

Desse modo, a expografia passa a trabalhar com os problemas das comunidades, reconhecendo um lugar próprio à memória de quem fala, ouve e dialoga.

A exposição da memória dos objectos é substituída pela construção de um processo comunicacional, do qual faz parte a memória dos cidadãos.

“Do objecto de colecção podemos assim passar progressivamente para a potencialidade comunicativa da forma. E isto é tão mais certo se pensarmos com *Pierre Francastel numa epistemologia de criação imaginária*. *“Longe de ser um registo mecânico de elementos sensoriais, a visão prova ser uma apreensão verdadeiramente criadora da realidade – imaginativa, inventiva, perspicaz e bela.... Toda a percepção é também pensamento, todo o raciocínio é também intuição, toda a observação é também invenção. A forma de um objeto que vemos, contudo, não depende apenas de sua projecção retiniana num dado momento. Estritamente falando, a imagem é determinada pela totalidade das experiências visuais que tivemos com aquele objeto ou com aquele tipo de objeto durante a nossa vida”* (6) pelo que temos de integrar, o papel da memória na criação das matrizes do imaginário, que em última análise condicionam a criatividade.

Esta hipótese mais não é que o reconhecimento, tantas vezes sugerido de uma expografia que funciona como meio de comunicação não se restringindo ao simples serviço do Museu. Ao serviço do Museu, a expografia adapta-se e evolui de acordo com a introdução de novos meios, ou simples aperfeiçoamentos técnicos dos meios já usados: melhor iluminação, letragem, sinalética, interactividade entre outros. Mas a expografia como meio de comunicação visual pode utilizar e aprofundar a potencialidade comunicativa da FORMA, não herdada do objecto, mas sim criada para cada situação, sobretudo se tivermos em consideração como escreveu Pierre Francastel: *“A percepção da obra de arte não se baseia num processo de*

reconhecimento, mas de compreensão. A obra de arte, é o possível e o provável; ela nunca é a certeza” (7) (MOUTINHO, 2000:9-10)

Mário Moutinho diz-nos que tal situação transforma a função tradicional dos museus, desiludindo as esperanças dos visitantes. No entanto, a desilusão que parece compreensível, deixa de ter sentido, se tiver-se em conta a existência de uma museologia de ideias, a qual tem o seu público, que se afasta do museu, por o mesmo não fazer referência às referidas ideias e ter uma postura desactualizada.

- c) O discurso dos museus mantém-se desfasado do quotidiano, em virtude de estarem mais inclinados para o passado e não actuarem de acordo com um público possuidor de memória, independente e actor. Tendo em conta que o quotidiano é o imprevisto e o novo, o museu dever-se-á renovar diariamente. Contudo, o mesmo não possui essa capacidade.

“1 – Não faz parte da sua própria imagem a ideia de renovação permanente

2 – Os recursos expográficos não são sustentáveis nem renováveis.

3 – O tempo dentro do museu é quase sempre entendido como tempo passado

4 – Ao museu não compete imiscuir-se no que se passa fora das suas paredes.

Mas se isto retracta mais ou menos fielmente o panorama da museologia pelo menos a mais instituída, também não deixa de ser verdade que os **ritmos museológicos** sem têm alterado ao longo do tempo.

Por um lado a ideia de exposição temporária é hoje um dado adquirido (dentro naturalmente de certos limites) e nenhum museu que se pretenda moderno ousaria ignorar a exposição temporária. Aliás os próprios arquitectos já sabem que têm de prever salas para esse tipo de exposições, sem o que, verão os seus projectos recusados.

Por outro lado a montagem de exposições, sobre problemas da actualidade, *museus da sociologia da psicologia ou da globalização* também são uma realidade e estruturam por si sós a programação museológica de pequenas e grandes instituições ou os pequenos museus de comunidade onde as exposições são processo de apreensão da realidade e catalisadoras de vontades, aspirações e desejos de intervenção”. (MOUTINHO, 2000:11)

Com base em tudo o que foi referido, e tendo em conta os Resultados Preliminares dos Censos 2001, onde verificamos um decréscimo populacional no concelho relativamente aos Censos de 1991, bem como à existência de uma população envelhecida na região (devido à migração dos jovens em idade adulta do campo para a cidade em busca de emprego e de um estilo de vida mais modernizado), é urgente criar situações económicas sólidas, de molde a valorizar a região. Procuramos com esta ideia o planeamento e desenvolvimento combinados, a médio e longo prazo das infra-estruturas ambientais, agrícolas, arqueológicas, arquitectónicas, culturais e turísticas de modo a garantir melhores condições de vida à comunidade e aos visitantes.

Para esse efeito, ambicionamos então um museu que guarde e valorize a memória da comunidade, promovendo o homem enquanto integrado nessa mesma comunidade, tornando-o participativo na acção museológica. É por assim dizer, um museu para a comunidade e dinamizado pela própria comunidade, onde o exercício da cidadania deve ser uma prática constante.

O nosso ensejo de ser um museu virado para o diálogo, motivando a comunidade a participar no desenvolvimento social, dá-lhe um carácter dialógico, Segundo J. Primo (1999) “Por entender que a maior potencialidade dos museus é a sua acção educativa e, a educação verdadeira é aquela que serve à libertação, questionamento e reflexão, é que alguns profissionais da museologia trouxeram, a partir da década de 70, para o “mundo dos museus”, o método de Paulo Freire.

Com muita brevidade poderíamos dizer que a teoria de Paulo Freire se baseia na colaboração, união pela libertação, síntese cultural, diálogo, criatividade, reflexão crítica e na negação da educação repressora⁷. Sendo assim uma teoria/prática educativa que compreende o indivíduo como ser participativo que busca, em colaboração com outros indivíduos, a emersão da consciência e do saber.

“Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.”⁷. (FREIRE. 1981:69)

Baseada em Paulo Freire, e não só, a acção educativa museológica deve criar situações que levem, os sujeitos envolvidos, à reflexão e ao desenvolvimento. Somente desta forma estará contribuindo para uma educação que seja dialógica e libertadora, onde os indivíduos estejam capacitados a transformarem a sua realidade.” (PRIMO, 1999:33)

Como já referimos anteriormente, consideramos imprescindível a sensibilização da população não só para a relevância do território onde a mesma está inserida, como também para a sua história, política, economia e património. Desse modo, a existência do museu

contribuirá para a recuperação, salvaguarda e valorização do património natural, construído e cultural desta comunidade, valorizando *in situ* o mencionado património, o que contribuirá para a consciencialização da identidade cultural da mesma.

Este museu deverá assim retratar a população Alvaiazerense e toda a sua história, contribuindo para o seu desenvolvimento social, económico e cultural e por conseguinte para o desenvolvimento da respectiva região.

A sua concepção passa por um lado, pela criação de núcleos museológicos, onde o património natural, arqueológico, arquitectónico e etnográfico deverá ser recuperado, preservado, e dinamizado, e por outro, pela criação de jardins descentralizados, parques de merendas, parque de campismo, mata municipal, praia fluvial e outros espaços de lazer, interligados entre si, por uma série de caminhos, carreiros e estradas, com o intuito de permitir passear a pé, de bicicleta, de cavalo ou burro e de veículos motorizados.

A preservação e protecção do património natural, tem em vista a salvaguarda da fauna e da flora local, dinamizando não só espaços de interesse temáticos, de lazer (locais de observação, de descanso e piqueniques), como também actividades tão diversificadas como é o caso da recolha de resíduos orgânicos (sendo indispensável a existência de um aterro para as necessidades da região), a prática adequada das técnicas agrícolas, a pastorícia, a arqueologia, desportos radicais (natação, btt, espeleologia, parapente, asa-delta, escalada), eventos culturais relacionados com a natureza (seminários, colóquios, palestras), entre outras.

Pelo referido, torna-se indispensável a existência de uma equipa de Educação Ambiental, a qual irá actuar dentro e para toda comunidade Alvaiazerense, informando, formando e interagindo com os respectivos habitantes e todos os interessados. Desse modo, estar-se-á a contribuir para o exercício da cidadania, educação e desenvolvimento social na preservação da biodiversidade, o que por sua vez proporcionará qualidade de vida ao homem.

Um bom planeamento levaria à recuperação e/ou construção de infra-estruturas várias, recriação de centros de interesse até então ignorados, dinamização de actividades diversificadas e outros incentivos e facilidades para a comunidade. A população em geral, com especial destaque para os jovens, a terceira idade e os deficientes ao participarem no desenvolvimento local veriam não só a sua auto-estima aumentada, como também, encarariam a região como um espaço saudável para residir e visitar.

Relativamente ao turismo, e no presente caso, o mesmo dever-se-á referir a combinação a médio e longo prazo de planeamento e desenvolvimento das infra-estruturas naturais, agrícolas, florestais, arqueológicas, arquitectónicas, culturais, turísticas e de emprego, de modo a assegurar um benefício pleno para a comunidade, para os visitantes e para o ambiente. A nossa intenção é a de desenvolver, preservar e propagandar a região,

englobada num vasto programa, de modo a que os turistas possam gozar de férias rurais e, desse modo, trazer benefícios económicos à comunidade e à região.

Não nos esqueçamos que os Alvaiazerenses herdaram dos seus antepassados um património que não convém deixar cair no esquecimento. E no nosso entender, o modo de recuperar, manter e desenvolver a cultura local será a dinamização desta ideia. Pois as vantagens (além das referidas), serão algumas:

- o alargamento teórico e prático do conceito de património, comprometendo a comunidade;
- a função social de desenvolvimento e revitalização da área/comunidade, promovendo o equilíbrio local e a melhoria da qualidade de vida da referida comunidade;
- a organização de um museu, que funcione como sede dos vários núcleos museológicos a criar, destacando-se a criação de um Parque Natural na serra de Alvaiázere; a recuperação, protecção e dinamização de sítios arqueológicas; inventariação, recuperação e dinamização da arquitectura tradicional, fomentando a criação de um centro histórico; o incentivo a profissões que caíram no esquecimento; recuperação, conservação e dinamização da etnografia concelhia, entre outras.
- reconhecimento por parte da comunidade com o seu museu, identificando-se e interagindo com ele (participando e elaborando planos de acção), através de exercícios de cidadania, comunicação, interactividade, entre outras;
- a oferta de emprego e de actividades comerciais seria outra;
- os comerciantes locais assistiriam ao aumento do número de clientes;
- os donos dos terrenos circundantes aos pólos de interesse iriam ver valorizadas as suas propriedades;
- os turistas ao lidarem directamente com a natureza e cultura da região, contactariam com a população residente, conhecendo-a e estabelecendo laços de amizade, o que suscitaria o regresso ao longo dos anos;
- a limpeza e conservação permanente dos caminhos usados pelos utentes, permitiria uma observação e prevenção dos fogos florestais;
- a concepção de um programa de transportes iria satisfazer os desejos dos residentes locais e dos visitantes;

O projecto requer acção a nível de todo concelho, sendo impreterível incluir a comunidade residente, a autarquia local e os comerciantes e ao ser implementado a médio/longo prazo, viabiliza o equilíbrio entre o meio ambiente e o homem.

2 – Metodologia

Num meio tão pequeno, como é o concelho de Alvaiázere, mas simultaneamente tão rico em termos patrimoniais, é de lamentar que até hoje poucas tenham sido as iniciativas efectuadas, com o intuito da divulgação desse património.

Até ao final do século passado, nada tinha sido feito. Entre 1899 e 1903 Santos Rocha (Marques, 1996) ao prospectar a região, encontrou no lugar dos Penedos Altos um machado de talão e anel lateral, bem como outros materiais do período Neolítico e Romano resultantes das escavações efectuadas na Gruta do Bacelinho (lugar da Porta), os quais se encontram actualmente expostos no Museu Santos Rocha da Figueira da Foz. Anos depois, mais concretamente em 1917 (Marques, 1996), Leite de Vasconcelos em várias visitas que fez à região, deparou-se com inúmeros sítios e vestígios arqueológicos. Posteriormente, registou-se um grande vazio na matéria. Há cerca de alguns anos a esta parte, o vazio deu lugar a pequenas prospecções e por conseguinte, pequenos estudos foram publicados.

Leite de Vasconcelos, Pinho Leal, entre outros, fazem referência à região em algumas publicações.

Aquino que em 1986, no seu trabalho subordinado ao tema "Subsídios para o estudo da Carta Arqueológica do concelho de Alvaiázere" faz uma maior referência aos sítios arqueológicos existentes na região;

Em 1991 Batata e Gaspar escreveram dois artigos sobre a localização e características de algumas estações arqueológicas do concelho;

Em 1992 Luís e Silva efectuaram um inventário arqueológico e toponímico de alguns sítios;

Moura e Silva, em 1994, enquadradas estas últimas, em trabalhos de Cese de Arqueologia da Paisagem do Instituto Politécnico de Tomar, ao referirem-se a alguns sítios arqueológicos, discutem a problemática do povoamento na região;

Em 1996 P. Marques, além de fazer um inventário exaustivo de todos os sítios arqueológicos existentes na região, demonstrou algumas preocupações com a preservação e divulgação do património cultural da região, ao propor um museu regional para o concelho.

A par dos trabalhos desses e outros investigadores, existem actualmente alguns curiosos que não lhes sendo indiferente a questão do património cultural regional, demonstram o seu interesse de formas distintas: se por um lado, existem os que se preocupam e divulgam pequenos artigos em jornais regionais, outros há, que de uma forma mais ou menos clandestina, vão pilhando (possuindo em suas casas, verdadeiras colecções arqueológicas e etnográficas) e destruindo os variadíssimos e ricos testemunhos deixados pelos nossos antepassados.

Algumas das lacunas existentes na etnografia Alvaiazerense, não se devem apenas aos actos de vandalismo e roubo, já que, com a morte de idosos, muitos acervos vão-se deteriorando, acabando por desaparecer, assim como certos hábitos, usos, costumes, lendas e profissões tradicionais acabam por cair no esquecimento.

Com os maus anos agrícolas (devido às intempéries), com o desenvolvimento dos meios de transporte e da indústria, a situação local foi-se agravando, pois o êxodo dos jovens do campo para as cidades, com o intuito de estudar ou de procurar melhores condições de vida, intensificou o esquecimento da nossa identidade etnográfica.

Devido a tal situação e, por contemplarmos uma população local cada vez mais distante e dividida, por um lado, os jovens (sem ter onde passar os seus tempos de lazer, refugiam-se nos cafés, alvo propício à criação e propagação de vícios como o jogo, álcool e droga), e por outro, os idosos que são cada vez em maior número (refugiam-se nas “tasas”, para esquecer que um dia também já foram jovens e tinham onde e como passar os tempos livres, ou em casa numa solidão cerrada, pois não há nada com excepção da missa de domingo, que a eles também é destinada), desejamos com esta dissertação, poder contribuir para uma melhor qualidade de vida desta comunidade, bem como, para a recolha, divulgação e preservação do seu património cultural.

Com base no referido e acreditando que a vida é o nosso maior património, os objectivos por nós traçados e que pretendemos alcançar, são os seguintes:

- a) Compreender o homem enquanto ser activo, participativo no meio envolvente, interagindo com ele.
- b) Promover a preservação ambiental local, onde os habitantes conheçam o seu percurso, deixando um património sobrevivente às gerações futuras.
- c) Conhecer e divulgar mais pormenorizadamente em termos históricos, patrimoniais, sociais e económicos, o concelho onde residimos;
- d) Organizar um museu local (com os seus núcleos museológicos) em Alvaiázere, o qual deverá dizer respeito a toda a população, introduzindo a possibilidade de novos circuitos e de um novo entendimento dos códigos de comunicação. Cabendo então à comunidade a melhor forma de definir o tipo de museu a criar;
- e) Incentivar a participação da comunidade nas tarefas e responsabilidades da organização, gestão e funcionamento do museu, pois só assim é que a comunidade se identificará com o museu e com as suas actividades, isto é, demonstrar a relevância da abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social;

- f) O museu deve ser um agente incomparável de educação permanente da comunidade, devendo para o efeito criar serviços educativos (que permitam agir dentro e fora do mesmo);
- g) Deve ser então, um espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com a sua própria identidade, na construção interactiva do processo de comunicação versáteis, que sejam o reflexo da diversidade do homem, ou seja, deve ser um espaço de comunicação num processo interactivo da própria comunidade que o elege como um instrumento e não como um fim;
- h) A museografia deve ser um meio autónomo de comunicação;
- i) Devem ser incentivadas a utilização das novas tecnologias de informação, como por exemplo os audiovisuais;
- j) Demonstrar que a vida de um museu era impossível, se o mesmo não aceitasse a interdisciplinaridade;
- k) Efectuar o levantamento da situação actual do património ecológico, arqueológico, arquitectónico e etnográfico, para a organização do referido museu;
- l) Estabelecer as várias formas de apropriação do espaço ao longo do tempo;
- m) Procurar esclarecer a continuidade ou descontinuidade da relação passado/presente/futuro, identificando aspectos fundamentais na construção da memória colectiva, nas três vertentes anteriormente referenciadas;
- n) Desenvolver a sensibilidade estética através da observação dos instrumentos e dos produtos finais manufacturados;
- o) Recuperar antigos percursos pedestres, caminhos de burros/cavalos e pequenas estradas;
- p) Sinalizar de uma forma discreta e eficaz os pontos de maior interesse, com o intuito de orientar os utentes ao longo do roteiro sugerido;
- q) Valorizar, revitalizar e intervir em todos os espaços e temas que directa ou indirectamente tenham a ver com a organização, rentabilização e sobrevivência do museu;
- r) Criar postos de trabalhos com o saber fazer tradicional à população que deve ser (como se disse anteriormente) activa;
- s) Criar roteiros turísticos dos principais centros de interesse da área a estudar;

- t) Incentivar o público do museu (que é a própria comunidade) a participar e visitar esses centros, opinando sobre qualquer área tratada ou a tratar, alertando para qualquer tipo de danos materiais que possam ser detectados.
- f) Abrir espaços (lojas, quiosques), onde possam ser comercializados produtos locais;
- u) Conceber um parque de campismo, casas de turismo rural, bem como outro tipo de sítios para que os turistas de diferentes estratos sociais possam pernoitar.

Definidos os objectivos e com vista ao êxito dos mesmos era indispensável um levantamento bibliográfico, sobre o tema a desenvolver. Esta tarefa foi-nos relativamente acessível, dada a bibliografia fornecida pelos docentes, no decorrer das aulas do 1º ano deste mestrado. Para enriquecimento do trabalho (concordando ou discordando com a política museológica implementada), visitámos alguns museus internacionais, nacionais, locais, ecomuseus e parques naturais, nomeadamente, o museu do Vaticano em Itália; os museus Britânico, de Cera e de História Natural em Londres; os museus do Louvre, de Menton, de Tautavel e o ecomusee d' Alsace em França; os museus Rainha Sofia, do Prado e o Guggenheim em Espanha; o museu da Cidade, do Azulejo, da Marinha e do Mobiliário (Centro Cultural de Belém) em Lisboa; o museu Machado de Castro em Coimbra, o museu de Conímbriga, em Condeixa, o museu Santos Rocha na Figueira da Foz, o Ecomuseu de Martinchel, em Abrantes, o parque arqueológico do Vale do Côa, o Parque Natural da Peneda-Gerês, o Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros, entre outros.

Como base teórica desta dissertação, desenvolvemos alguns pontos, os quais se debruçam sobre a evolução histórica do Museu; o desenvolvimento da Nova Museologia; o surgimento e desenvolvimento do conceito de Ecomuseu; a preservação do meio ambiente enquanto património; a relação entre a Nova Museologia e o desenvolvimento de uma região; sobre os objectivos do Museu Local em Portugal e sobre a necessidade de técnicas de marketing cultural. De salientar a relevância dos conteúdos referidos anteriormente, como fundamentação teórica para a Organização do Museu em Alvaiázere, apresentado mais à frente no capítulo 5 desta dissertação.

Depois disso, procedemos à organização administrativa.

Com o intuito de nos certificarmos e avaliarmos as necessidades sociais e culturais da população de Alvaiázere e de sabermos o que é que a mesma pensa da organização de um museu local, efectuamos cerca de 100 questionários a residentes locais de diferentes níveis etários e de diversos estratos sociais, cujas respostas depois de analisadas e comparadas, nos permitem tirar ilações, direccionadas para a organização de um museu que possa servir de

uma maneira positiva e saudável (satisfazendo as necessidades das pessoas e criando postos de trabalho), toda a sociedade, de molde a que se proteja e valorize o património deste povo, e por conseguinte, a defesa da identidade e individualidade do concelho.

É chegada então a vez da organização do Museu Local de Alvaiázere. Para o efeito é necessário explorar a musealização do território, do processo histórico e do património do concelho, por meio de referências ecológicas, arqueológicas, arquitectónicas e etnográficas.

São então pensados quatro núcleos museológicos, que necessitam inevitavelmente de um plano de gestão.

Para o Núcleo Sede, dadas as suas características quer em termos de localização (situado na zona escolar da vila), quer em termos físicos, pensamos que uma quinta (propriedade da Câmara Municipal de Alvaiázere), reúne as condições desejáveis, não só para gestão dos núcleos museológicos, como também para o bom relacionamento com a comunidade (tornando-a participativa) e com os visitantes.

A tarefa que nos propusemos após a distribuição dos espaços vitais, quer no interior (espaços de tratamento, exposição, oficinas tradicionais, gestão integrada, eventos culturais, investigação e estudo sobre o património cultural local, servindo como fonte de informação à comunidade, visitantes, cientistas ou curiosos, bem como oferecer orientação na preservação e desenvolvimento futuros), quer no exterior da habitação existente na referida quinta, consiste na criação de mais um núcleo museológico, isto é, um Parque Natural (e tudo o que lhe diga respeito) na Serra de Alvaiázere.

Com o intuito de criar um Núcleo Arqueológico, procuramos demonstrar a necessidade de recuperar e valorizar o património arqueológico existente.

O passo seguinte foi o da valorização do património arquitectónico com a recuperação de casas típicas.

Um último núcleo, o Núcleo Etnográfico, consiste na valorização do saber fazer tradicional, artesanato e artístico, preservando a memória colectiva da comunidade (já que há inúmeras profissões em extinção) e simultaneamente criando postos de trabalho.

A fim de salvaguardar o funcionamento e sucesso deste projecto, equacionámos algumas estratégias, que passamos a apresentar de seguida: definição de itinerários culturais (circuito pedestre, circuito de bicicleta, circuito de carro ou autocarro); existência de uma equipa de Educação Ambiental e Animação Cultural que realize actividades dirigidas para escolas e grupos especiais; apoio a grupos ou clubes de voluntários que se proponham a colaborar nas tarefas de manutenção e enriquecimento dos núcleos museológicos; criação de um parque de campismo rural; promoção de turismo cultural, participação da comunidade e dos visitantes em celebrações tradicionais; promoção de jantares em casas de famílias locais;

abertura de lojas para a venda de produtos regionais; aumento da empregabilidade; recuperação, existência e divulgação de “tascas” e restaurantes onde se possa saborear os apetitosos petiscos e pratos gastronómicos regionais e o tipo de gestão e financiamento do projecto.

Apesar do caminho percorrido, ainda nos faltavam algumas tarefas, as quais foram elaboradas nos seguintes moldes: levantamento fotográfico do edifício escolhido para sede do museu; levantamento fotográfico de sítios arqueológicos, de arquitectura tradicional, de profissões tradicionais, de artesanato e de turismo rural do concelho; concepção de circuitos de bicicleta e de carro, entre outras.

Na nossa perspectiva este projecto é relevante em virtude de contribuir para a melhor qualidade de vida da população. Como tal, temos que ter em conta alguns aspectos que deverão ser parte integrante do mesmo e que de alguma forma contribuem para a sua sobrevivência, como por exemplo:

- a) Necessidades – aspectos básicos de sobrevivência;
- b) Meios – infra-estruturas e tecnologia existente, com as quais a comunidade desempenha ou resolve as suas necessidades;
- c) Cultura – que dá sentido à vida do homem, e se traduz nos padrões de comunicação e nos signos próprios, ou apenas se reveste de tradição;
- d) Problemas – a existência de dificuldades estimulam a invenção de formas de se ultrapassarem;

Para que o desenvolvimento da comunidade em estudo seja conseguido, é impreterível que a articulação do homem biológico com o homem cultural seja equacionada, uma vez que a exploração dos recursos naturais (patrimoniais), deve ser acompanhada pela consciência de preservação ecológica de molde a impedir o esgotamento dos referidos recursos.

Em termos práticos, este projecto seria executável a médio e longo prazo, já que implica a rentabilização dos dados existentes e a existir. A exploração exaustiva de documentação e a proposta de trabalhos de campo complementares (sendo indispensável à articulação das várias ciências), podem estar na origem do sucesso deste projecto.

3 – Enquadramento teórico de Museologia

3.1 - Evolução histórica do Museu

A fim de nos dias de hoje, entendermos melhor a instituição museológica, é indispensável recuar no tempo e fazer um breve resumo da evolução histórica da mesma, desde a antiguidade grega até aos dias de hoje.

Segundo D. R. Silva (1999) o termo museu surgiu na antiguidade arcaica grega, com a designação de Mouseion, que era um templo ou seja a casa das musas, as quais eram consideradas a força criadora do homem.

Na antiguidade arcaica, o museu de Alexandria em Atenas, era baseado numa concepção social universalista, que pretendia abranger o conhecimento humano acerca da sua cultura, foi “...fundado no início do séc. III a. c., com a principal finalidade de preservação e conhecimento do passado, pelo estudo da sua incalculável colecção. Era principalmente uma instituição de ensino e pesquisa.”

(http://www.educacaoonline.pro.br/a_relacao_museu_escola.htm - pág. 1 e 2)

No período Helenístico, aumenta a admiração pelas civilizações e culturas passadas, cujos objectos culturais têm um valor histórico raro.

Relativamente à Idade Média, os acervos têm uma relevância significativa devido ao seu carácter sacro, isto é, eles são produzidos com o objectivo de divulgar a ideologia da igreja aos crentes. Segundo o referido artigo, “Na idade média, o poder da igreja contribuiu para transformar os museus nos principais receptores, de doações das colecções eclesiásticas que, ao lado do património dos príncipes e das famílias abastadas da época, formavam verdadeiros tesouros”.

(http://www.educacaoonline.pro.br/a_relacao_museu_escola.htm – pág. 2)

Quanto ao Renascimento, e com o desenvolvimento do Humanismo, volta-se a cultivar o gosto pelos artefactos da Antiguidade Greco-Romana, não como uma forma de retorno ao passado, mas como uma análise desse passado.

“...A aristocracia passa a preocupar-se com a preservação dos testemunhos da antiguidade. Investindo nessa área, substitui a primazia ocupada pelos pontífices na posse das colecções. Os objectos passam a enriquecer os gabinetes de curiosidades e a engrandecer as novas galerias (Farnese, 1540 – 1550; Vale, 1550; Médicis, 1676).

(http://www.educacaoonline.pro.br/a_relacao_museu_escola.htm – pág. 2)

Além disso, os acervos são sinónimo de prestígio económico e social, já que a nova burguesia procurava na arte, para além do aspecto estético, o aspecto comercial.

Cultiva-se então o gosto pelo coleccionismo, quer por parte dos nobres, do clero, dos burgueses, sendo estes (com especial destaque para a burguesia) os patrocinadores da

produção de obras de arte com a instalação de Academias de arte e de certos museus, como por exemplo, o Vaticano.

Podemos então questionar sobre a situação da restante população, será que a mesma não teve acesso aos acervos museológicos? Segundo o mesmo artigo, apesar de existir a noção de que a arte era algo comum a toda a população, tal ideia não contribuiu para que as exposições fossem contempladas por toda a sociedade. Restringindo-se a uma elite mais culta e com um certo poder económico.

“...Durante o século XVII e a primeira metade do século XVIII, a natureza da organização das colecções, se transforma e elas passam a ser utilizadas como suportes de demonstração, isto é, para o estudo e difusão...”

(http://www.educacaoonline.pro.br/a_relacao_museu_escola.htm – pág. 2)

Mas, foi no Romantismo (com o surgimento de novas ciências), que as instituições museológicas da altura, se viraram para dois lados distintos, que podem ser comprovados com o museu Britânico criado em 1759 por decisão do parlamento inglês (que tinha preocupações de carácter mais didáctico na aquisição das suas colecções, talvez influenciado pela aparecimento das ruínas de Pompeia e Herculano) e o museu do Louvre criado em 1793 pelo governo revolucionário (que devido ao pensamento dos iluministas, procurava nas suas colecções características exóticas e de rara beleza, as quais tinham uma finalidade lúdica e cultural, que poderiam ser contempladas por todos).

Já no século XX (talvez como consequência do pensamento positivista), os museus tendem a afirmar-se como espaços particulares, desencadeando a sistematização dos objectos e dos quadros funcionais.

Nos anos 40, com a criação do ICOM e com o desenvolvimento de novas correntes filosóficas, aparecem novas concepções de museu, quer em termos técnicos e estruturais, quer em termos conceptuais, em virtude de reconhecer o museu como um meio cultural.

Em 1958 realiza-se Rio de Janeiro o Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, onde o museu é considerado uma extensão da escola.

Em 1972 verifica-se um outro progresso (para o mundo museológico) devido à Declaração de Santiago do Chile, que procurava desenvolver o conceito de património, a fim de se compreender uma outra museologia da qual o homem era um elemento indispensável.

Com a Declaração de Oaxtepec em 1984, para além de surgirem as primeiras preocupações de integração da comunidade no mundo museológico, verifica-se o reconhecimento de território como património.

Ainda nesse ano, a comunidade continua a ser motivo de avaliação, pois com a Declaração de Québec, a museologia comunitária vai centrar o seu interesse na comunidade e nos seus problemas sociais.

A fim de garantir estas novas concepções (da crescente ciência museológica e das suas instituições representativas, viradas para as questões sociais e problemática humana), surge o Movimento Internacional da Nova Museologia, mais conhecido por MINOM.

Depois da referência histórica, podemos dizer que com os avanços obtidos nas outras ciências, nas tecnologias e na evolução de comportamentos e valores das sociedades humanas, importaram modelos aplicáveis às várias perspectivas de saberes museológicos.

Como se viu, hoje o museu já não é um local destinado a um pequeno grupo elitista ou de especialistas, uma vez que ampliou o seu centro de interesse, e por conseguinte, as suas temáticas, arrastando para o seu interior pessoas de diferentes camadas etárias e diferentes estratos sociais.

Com essa inovação, a par dos grandes museus, existem hoje os pequenos museus (praticamente com as mesmas preocupações que os anteriores), cujos bens culturais expostos, são alvo de outras perspectivas, como por exemplo, a explicação e interpretação dos mesmos, pois qualquer artefacto não vive só por si, tem o seu enquadramento, a sua história, o seu passado e o seu presente (com todos os problemas que lhe estão directa ou indirectamente associados).

Eles interiorizam a maneira de sentir, pensar e viver de quem um dia lhes deu existência.

3.2 – Um olhar sobre o desenvolvimento da Nova Museologia

Depois de uma curta abordagem à evolução histórica do Museu, pretendemos com este ponto, explicar o surgimento de uma Nova Museologia. Ao reconhecermos a existência de uma Nova Museologia é porque pressupomos a existência de uma outra Museologia, habitualmente designada por Museologia Tradicional, ainda praticada em alguns museus convencionais.

Para Mário Moutinho, no X Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, “Os museus nacionais em Portugal não servem de exemplo para nada, porque em muitos casos estão decadentes”, continuando “Até o museu da Gulbenkian tem uma exposição há 30 anos, na qual não se mexe”, ao que acrescentou que “não têm intervenção social, ficando satisfeitos quando os visitantes pagam os bilhetes à porta.”

(<http://www.correiodecaracas.com/edicao03/03034.htm>.)

Apesar de ainda hoje existirem museus convencionais, foi segundo César Lino Lopes em "História e Ideias da Nova Museologia", a partir da década de 1960 que os mesmos se tornaram impotentes aos visitantes e à população em geral, já que as mensagens difundidas, encontravam-se desactualizadas, relativamente às mutações sociais. Houve então a necessidade de os reformular e modernizar, de acordo com o desenvolvimento científico, filosófico e cultural das comunidades que os produzem, tornando-os mais atractivos e consumíveis, por parte de uma população cada vez mais numerosa, exigente e ciente dos seus problemas sociais, financeiros e culturais. O museu torna-se assim num reflector da identidade cultural. Essa situação, conjuntamente com as críticas tecidas ao Velho Museu, conduziu por um lado à sua modernização e por outro ao surgimento da Nova Museologia, a qual procuraria estar ao serviço da comunidade, constituindo um instrumento do seu próprio desenvolvimento. A comunidade deve então, criar a sua cultura, o seu desenvolvimento e ser agente de mudança, servindo-se do património como um elemento favorável à concretização destes intentos.

É nessa perspectiva que surge o novo tipo de museu, o qual é mais abrangente, já que o edifício (só por si) dá lugar à região, a qual passa a ser alvo de estudo, na medida em que o seu património cultural regional (que substitui a tradicional colecção), é produzido por uma comunidade regional, a qual é simultaneamente participativa e usufruída no processo museológico.

Assim sendo, o museu passa então a ser visto em função da sua actividade, a qual pretende readquirir a memória colectiva da sociedade, provocando dinamismo. A comunidade ao tomar consciência do seu presente, conhecendo o seu passado, tem probabilidades de agir de uma forma conscienciosa em relação ao seu futuro. Desse modo, os elementos pertencentes à mesma, são os únicos responsáveis, tornando-se parte activa do seu museu.

A fim de melhor compreendermos a museologia do século XX, é indispensável conhecer alguns dos fundamentos teóricos. Para o efeito, e de acordo com J. Primo (1999:5) é relevante conhecermos e compreendermos o teor de alguns documentos realizados no meio do ICOM/UNESCO, na segunda metade do século XX, que levaram não só à criação de outros documentos, por parte de profissionais da museologia, como também à adopção de determinadas normas relativas à cultura, que em conjunto contribuíram para a museologia actual praticada em diferentes cantos do mundo.

Continuando, a mesma autora diz-nos (1999:7) que se realizou em São Paulo - Brasil, no ano de 1995 um Seminário organizado pelo ICOM, subordinado ao tema "*A Museologia Brasileira e o ICOM: Convergências ou desencontros?*", com o intuito de analisar mais

profundamente os ditos documentos bem como a adopção e a aplicação prática das suas propostas nos museus daquele país.

Segundo um estudo efectuado pela referida autora (1999:8-36) e no qual nos vamos basear para o desenvolvimento deste capítulo, os documentos em causa são cinco, cujo enquadramento histórico e respectivos conteúdos vão ser por nós sintetizados nas seguintes alíneas:

A) O Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, realizado em 1958 no Rio de Janeiro, contou com alguns antecedentes que convém referir:

- o Brasil era uma nação de uma cultura diversificada devido aos seus antecedentes históricos;
- “As Décadas de 50 e 60 foram marcadas no cenário brasileiro pelas reformas trabalhistas do Governo de Vargas, a modernização do tecido industrial (a criação da Companhia Nacional de Electricidade é disso um exemplo simbólico), as mudanças políticas que sucederam ao suicídio do Presidente Getúlio Vargas, a construção da cidade de Brasília que objectivava um certo renascer de um Brasil cheio de “*potencialidades*” com a posterior transferência da Capital Federal e, o Golpe de 1964 instalou no país um regime militar ditatorial.” (PRIMO, 1999:16);
- a nível internacional vários eventos políticos e económicos influenciaram a sociedade de então, como é o caso da autodeterminação dos países colonizadores em conceder a independência aos países até aí subjugados; o aumento do poder político comunista em países da Europa de Leste e na China; o crescimento das ditaduras militares um pouco por toda a parte, especialmente na América latina; o desenvolvimento da indústria na Europa e a acção das organizações sindicais marcaram a actualidade de então;
- o Património Cultural (em termos de arquitectura, monumentos e de obras do pós-guerra) apresentava perdas irreparáveis, tendo sido criado nesse ambiente no ano de 1946, sob a protecção da UNESCO, o ICOM (Conselho Internacional dos Museus).

Dadas as situações referidas anteriormente, profissionais reuniram-se no Rio de Janeiro para debater a Função Educativa dos Museus. O documento resultante procurou:

- determinar “...o *objecto museológico*, entendido como o objecto artístico, histórico e tridimensional...” (PRIMO, 1999:8), dando relevância ao papel

educativo dos museus, os quais até então eram demasiado superficiais, devendo-se alterar essa postura, pois os mesmos deveriam ser uma *extensão* da comunidade escolar;

- além disso, preocupou-se com a museografia praticada pelos museus daquele tempo, especialmente pelo elevado número de etiquetas e cartazes presentes numa exposição, apontando saídas como o recurso a certas tecnologias, com o intuito de melhor comunicar;
- por outro lado, considerava relevante a formação de profissionais no âmbito da museologia com a criação de cursos próprios, bem como questionou os diversificados museus e as áreas por eles desenvolvidas.

Apesar de posteriormente ter sido considerado ultrapassado, o documento foi muito importante no seu tempo, uma vez que colocou questões que acabariam no futuro por conduzir a instituição ao progresso.

B) O proveniente da Mesa Redonda de Santiago, realizado no Chile em 1972, que foi precedido e influenciado pelos seguintes eventos:

- os acontecimentos sociais ocorridos em Maio de 1968, caracterizados por manifestações públicas que criticavam não só as intervenções militares mas também os valores globais da sociedade, provocaram transformações a nível político, económico, social e cultural;
- o Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, realizado em 1958 no Rio de Janeiro, já referido anteriormente;
- pelo trabalho efectuado por Paulo Freire nos anos 60 e 70, cuja teoria pedagógica era caracterizada por uma filosofia educacional onde a consciência, o diálogo, a liberdade e a igualdade eram fundamentais para a acção;
- a IX Conferência Geral do ICOM, realizada em Grenoble e Paris subordinada ao tema: “O museu ao serviço do homem, Actualidade e Futuro”, defendia um museu com um papel activo ao serviço do homem moderno, analisando os seus problemas e apresentando soluções. Devendo-se criar programas educativos e acções culturais de melhor qualidade, com dignidade pela liberdade de informação. Segundo L. Fernández (1999) essa Conferência “...constituyó no sólo un giro radical sobre las funciones que el propio Consejo Internacional de los Museos les venía atribuyendo convencionalmente – coleccionar, conservar, restaurar, investigar y comunicar -, sino también el comienzo de una serie de cambios de

orientaciones e impulso de nuevas actividades y propuestas, que han terminado por cuajar especialmente en el convencimiento general de la importancia y obligación que tienen los museos a la hora de desempeñar su papel en la sociedad, la educación y acción cultural y el desarrollo de la comunidad a la que sirven.

No siendo incompatibles por válidas y necesarias las funciones tradicionales o convencionales del museo, la Conferencia insistió en que éstas deberían sin embargo estar “en primer lugar al servicio de la humanidad” y de una sociedad en continuo cambio. Y admitió y sostuvo que “es cuestionable el concepto de “museo” que perpetúa valores a propósito de la preservación del patrimonio cultural y natural de la humanidad, no como manifestación de todo lo que es significativo en la evolución del hombre, sino simplemente como posesión de objetos”. Es decidir, que el museo no sólo debe servir al visitante tradicional, sino que debe abrir se especialmente a la comunidad, al conjunto social en el que está inserto.” (FERNÁNDEZ, 1999:95-96)

- nos anos 70 a América Latina viveu um clima conturbado, resultante dos regimes ditatoriais. As pessoas lutaram pela democracia com a intenção de obterem melhores condições de vida e de exercerem livremente a cidadania;

Para F. Lima (1993:86-87) a comparência em Santiago de profissionais de várias áreas, fez com que os museólogos presentes se apercebessem que muito pouco tinha sido feito pelos museus relativamente aos diversificados problemas vividos pelas comunidades latino-americanas.

As populações viviam uma época difícil, uma vez que a expansão tecnológica não fora acompanhada por um progresso cultural, o que conduziu a um fosso entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Desse modo as questões resultantes do desenvolvimento das comunidades deveriam ser analisadas não por uma ciência ou uma equipa social, mas pelas várias secções das mesmas.

Assim sendo, e como o museu era um organismo ao serviço da sociedade, poderia e deveria ajudar na reflexão dos problemas resultantes das modificações sociais, económicas e culturais. Essa ajuda não deveria ser vista como uma desvalorização dos ideais defendidos pela Museologia Tradicional, mas como um

complemento da mesma, uma vez que os técnicos da referida área passariam a permitir a colaboração de profissionais de outras áreas.

Pelo referido, o museu defendido: *museu integral*, demonstrou-se vocacionado para a região.

Devido às suas propostas a declaração foi de todas a mais inovadora. Segundo J. Primo (1999:9-11) as suas principais ideias consistiram no seguinte:

- a existência de um novo tipo de museu, designado por *Museu Integral*, o qual deveria "...proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. ..." (PRIMO,1999:9-10). Essa nova ideologia tornava o museu num elemento activo e de crescimento, responsável pelas transformações sociais, actuando desse modo no sentido de património global. Desse modo, a museologia vê não só a ampliação do conceito de património, como adquire um papel activo na comunidade;
- o museu deixa apenas de recolher e conservar artefactos, tendo um papel educativo na sociedade e contribuindo para o desenvolvimento da mesma, passando desse modo a ter uma função social. Em termos educativos, verifica-se a partir dos anos 70 uma preocupação acrescida dos países americanos com o papel educativo dos museus. Situação que talvez possa ser explicada não só pelas correntes pedagógicas que surgiram na altura, como também pela procura dos museus como um alargamento da escola, por parte dos educadores, o que conduziu ao aparecimento dos serviços educativos quer no interior quer no exterior do museu. Desde então, os museus adquirem uma função significativa na educação da sociedade bem como no seu progresso passando a fazer parte da política nacional de ensino. A conscientização de tal situação fez com que profissionais da museologia adoptassem as teorias pedagógicas de Paulo Freire, que defende a educação como exercício da liberdade e elabora a doutrina da educação dialógica.

"A Teoria da acção educativa dialógica, com a qual a museologia contemporânea tanto tem evoluído, baseia-se na colaboração, união pela libertação, e na negação da educação "bancária". Sendo desta forma uma vertente da educação que compreende o homem como um ser participativo que busca em colaboração e união com os outros indivíduos a emersão das consciências e do saber levando à inserção crítica da realidade, procura fundamentar-se no diálogo (como revelador da realidade), na criatividade e

reflexão crítica (como exercício para a libertação). Esse pensar mais democrático da educação, coincide plenamente com o pensar museológico que se legitima após a Mesa Redonda de Santiago.” (PRIMO, 1999:19)

- aborda a necessidade de uma articulação interdisciplinar, incluindo disciplinas que até aí não entravam nas competências do museu, para que o mesmo possa compreender determinados progressos em áreas diversificadas dos países da América Latina;
- reconhece que em determinadas situações o museu se torna num local de investigação, uma vez que o seu espólio pode ser estudado não só por investigadores mas por todos os interessados;
- o museu ao debruçar-se sobre determinadas áreas “...meio rural, meio urbano, desenvolvimento científico e técnico, a educação...” (PRIMO,1999:10), está simultaneamente a inteirar-se da realidade existente e a contribuir para a transformação da sociedade, melhorando não só o seu modo de vida como também resolvendo alguns problemas ambientais “...Neste contexto o museólogo é entendido enquanto ser político e social.” (PRIMO, 1999,10).
- refere a necessidade das técnicas museográficas serem modernizadas criando exposições itinerantes, as quais conduzem a uma descentralização da actividade do museu;
- constituir e dinamizar cursos na área, com o objectivo de especializar profissionais de museus.

Conforme nos diz Mário Moutinho (1989:35), o debate resultou de uma análise da situação mundial ao nível do progresso desnivelado das populações, quer em termos materiais, quer em termos culturais. Sendo relevante a cooperação e participação de uma forma convicta das diversas disciplinas, conjuntamente com as diversas classes sociais com o intuito de combater os desajustes e apresentar respostas.

É nesse campo que o documento revela o novo papel da Museologia, tornando-a diferente da Museologia Tradicional, uma vez que passa a ser participativa ao nível social, económico e cultural. Desse modo o museu que resulta da nova filosofia é designado por museu integral, uma vez que serve e está dependente da comunidade que lhe dá vida.

C) O produzido no I Atelier Internacional “Ecomuseus - Nova Museologia”, em 1984 no Québec

De acordo com Mário Moutinho (1989:55-56), as novas actividades museológicas elaboradas no decorrer dos anos setenta e início dos anos oitenta em diversos países não eram partilhadas entre si, não existindo portanto um intercâmbio internacional. Georges Henri-Rivière e Hugues de Varine foram os únicos que mantiveram relações com os diversificados projectos museológicos dos diferentes países. As actividades da Nova Museologia foram desse modo marcadas por um determinado isolamento de cada iniciativa. Provavelmente o desejo de alterar o rumo dos acontecimentos, especialmente no campo da ecomuseologia fez com que o grupo pertencente ao Ecomuseu do Québec, representado por Pierre Mayrand e René Rivard, promovesse o projecto da realização de um encontro internacional no qual museólogos de diferentes países poderiam e deveriam apresentar as suas experiências, debatendo e analisando o que de comum existisse nas suas actividades e pudesse servir de base para uma cooperação mais significativa, constatando-se que a museologia percorria novos caminhos.

Nesse sentido realizou-se a 12 de Outubro de 1984 no Québec – Canadá, o I Atelier Internacional subordinado ao tema “Ecomuseus-Nova Museologia”, que contou com a participação de representantes de vários países, nomeadamente Portugal, Canadá, França, Espanha, Noruega, Alemanha Federal, México, Bélgica, Estados Unidos e Suécia, e teve por objectivos:

- originar circunstâncias de intercâmbio a nível mundial, sobre a Ecomuseologia e a Nova Museologia;
 - determinar as suas afinidades com a museologia instituída;
 - desenvolver os conteúdos e incentivar as novas práticas museológicas.
- Organizaram-se então equipas de trabalho com o intuito de se debruçarem sobre alguns assuntos, como a museologia popular, as questões de definição; o estado em que se encontravam os projectos museológicos, as novas experiências, as diferentes participações, a importância da descentralização e o progresso; as condições de progresso da cooperação internacional.

Os trabalhos tinham como base de referência a Declaração de Santiago, mais especificamente um excerto da mesma, o qual foi por nós retirado da bibliografia consultada: “Que o museu é uma instituição ao serviço da sociedade na qual é parte integrante e que possui em si próprio os elementos que lhe permitem participar na formação das consciências das comunidades que serve.” (MOUTINHO, 1989:56)

Como resultado dos trabalhos do I Atelier, os elementos participantes reuniram em sessão plenária e deliberaram o texto abaixo referido:

“ Os participantes no 1º atelier Internacional “Ecomuseus/Nova Museologia”, identificam-se e reconhecem-se nos pontos seguintes:

- 1 – A museologia actua com vista a uma evolução democrática das sociedades.
- 2 – A intervenção dos museus no quadro desta evolução passa por: um reconhecimento e uma valorização das identidades e das culturas de todos os grupos humanos, inseridos no seu ambiente no quadro da realidade global do mundo.
por: uma participação activa destes grupos no trabalho museológico.
- 3 – Existe um movimento caracterizado por práticas comuns podendo assumir formas diversas em função das países e os contextos, que deverão conduzir a emergência de um novo tipo de museu correspondente a estas novas perspectivas.
- 4 – Nestas condições, a interdisciplinaridade e a função social conduzem a uma mudança do papel e da função do museólogo, o que implica uma formação neste sentido.

Os participantes recomendam que estes reflexos comuns continuem a nível internacional e que uma estrutura, ou seja uma associação seja criada para este efeito.” (MOUTINHO, 1989:63-64)

Ao reflectirmos sobre as citadas ilações, somos da opinião que o Movimento da Nova Museologia (apesar da transformação que o documento de Santiago provocou no mundo museológico), tem na Declaração do Québec não só o reconhecimento da sua existência, como também as bases fundamentais para o seu desenvolvimento a nível internacional. É nesses termos que concordamos com a análise que J. Primo (1999:12) faz sobre as propostas da mencionada declaração:

- é necessário promover na Nova Museologia uma maior articulação entre as várias disciplinas, o que facilitará as reflexões críticas;
- é referida a existência de uma museologia virada para as colecções (Museologia Tradicional), em oposição a uma museologia social (Nova Museologia). Em relação a esta situação a autora considera relevante o esclarecimento da relação existente entre esses dois movimentos. Assunto que é abordado mais à frente, quando nos referimos à declaração de Oaxtepec;

- a pesquisa e interpretação passam a ter uma maior relevância no seio da museologia, devendo a mesma ter por finalidade o progresso comunitário;
- a museologia deve ser mais participativa na comunidade, devendo não só conhecer-se a si própria, como também dar-se a conhecer, aproximando, conhecendo e respeitando as outras comunidades, de molde a caminharem em conjunto para um desenvolvimento global coerente, situação essa que traduz as preocupações de carácter social, cultural e económico.

Para Mário Moutinho (1989) os resultados do atelier podem ser de duas ordens:

“Que dizer então dos resultados deste atelier? Pelo nosso lado julgamos que eles são de duas ordens:

Em primeiro lugar este atelier permitiu à maioria dos participantes confrontar os seus trabalhos com experiências realizadas em contextos sociais diferentes e rapidamente constatar que as suas preocupações e desafios eram partilhados. Que aquilo que os unia se sobrepunha à especificidade de cada trabalho e que a cada momento era possível falar uma linguagem comum. Se bem que a conceptualização da prática da nova museologia se mostrasse de grande complexidade esse facto devia-se sobretudo à enorme quantidade de informação posta a circular e heterogeneidade das práticas concretas de cada museu.

O denominador comum aparecia como sendo uma vontade de dar um sentido às praticas museais que servisse o desenvolvimento das comunidades onde se inseriam. O denominador era o essencial da Declaração da Santiago, era a afirmação que a função social dos museus não se esgota nos objectivos da museologia instituída.” (MOUTINHO, 1989: 61-63)

De acordo com o mesmo autor (1989), no decorrer da reunião além de ter sido definido o respectivo texto (já apresentado anteriormente), criou-se o Grupo de Trabalho Provisório (GTP) e o Comité Organizador do II Atelier Internacional Ecomuseus-Nova Museologia.

O Grupo de Trabalho Provisório constituído por Pierre Mayrand, Maude Céré, René Rivard, Rosanne St. Jacques, Etienne Bernard, Mário Moutinho, Eulália Janer, Miriam Arroyo de Kerriou, Marc Maure e, William Saadé (posteriormente substituído por Alain Nicolas), reuniu por três vezes, sendo duas em Lisboa, em Abril e Novembro de 1985 e no mesmo ano em Paris (Julho), tendo por objectivos:

- o esclarecimento e a formulação dos intuitos da futura associação;
- a redacção dos seus estatutos;

- a determinação dos tipos de financiamento;
- a marcação das datas dos três encontros a realizar anualmente;
- o apoio ao Comité Organizador do II Atelier.

No decorrer das reuniões as deliberações tomadas e as tarefas realizadas demonstraram a existência de desiguais sensibilidades perante as situações, o que indicava as diversas práticas museológicas nos diferentes países.

Graças ao trabalho efectuado pelo referido Grupo, o Comité Executivo do ICOM aceitou (pela primeira vez) as propostas do movimento e admitiu o êxito não só ao nível da ideologia como também da organização do I Atelier do Québec. Desde essa altura a relação com o ICOM foi fortificada.

O Comité Organizador do II Atelier Internacional Ecomuseus – Nova Museologia era constituído por António Nabais, Manuela Carrasco, Mário Moutinho, Hugues de Varine, Pierre Mayrand, Evely Lethalle, Marc Maure e Etienne Bernard.

Por proposta de Manuela Carrasco, António Nabais e Mário Moutinho o Atelier realizar-se-ia em Portugal, já que o país reunia condições para o evento, nomeadamente a existência de inúmeras iniciativas isoladas efectuadas por profissionais da museologia a nível nacional, que em comparação com outras desenvolvidas em outros países permitiam a conscientização do que era efectuado em Portugal e iam ao encontro do que era defendido pelo movimento designado por Nova Museologia. Por outro lado, o facto de Hugues de Varine residir na altura em Lisboa e o Comité Organizador poder contar com o seu apoio contribuiu para tal resolução. Nesses termos, o Comité estipulou como temas de debate o seguinte:

“Ligação museu – poderes públicos,

Afirmação do Movimento da Nova Museologia Organização de uma acção de formação” (1989:66)

Como resultado da reunião entre o Grupo de Trabalho Provisório e o Comité Organizador do II Atelier que decorreu no mês de Abril de 1985 em Lisboa, foi definido o programa do encontro nos seguintes termos:

- 1 - Estudar as relações entre os museus e os poderes públicos e definir em particular o papel dos autarcas na organização e desenvolvimento dos museus locais.
- 2 - Aprofundar o papel dos museus locais na investigação científica.
- 3 - Afirmar a importância dos museus locais na defesa do património dos

povos e no desenvolvimento das comunidades.

4 - Apresentar a Declaração de Québec com vista a sua adopção.

5 - Estruturar a Associação Internacional da Nova Museologia.” (1989:67)

O II Atelier Internacional subordinado ao tema “Museus Locais – Nova Museologia, decorreu em Novembro de 1985 na cidade de Lisboa, onde foram organizados três equipas de trabalho com o propósito de debaterem os pontos previamente estabelecidos.

A preocupação, reflexão e debate em torno das actividades museológicas estiveram sempre presentes no decorrer dos trabalhos, com o intuito de contribuírem para o desenvolvimento da Nova Museologia, culminando com a criação de uma associação designada por Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), a qual foi posteriormente reconhecida como organização afiliada do ICOM, mencionando nos seus estatutos determinadas ideologias e intenções que foram aperfeiçoadas desde o Atelier do Québec.

A constituição do referido movimento demonstrou o quão activa estava a acção da Nova Museologia, a qual se adivinhava como uma das principais potencialidades do mundo museológico.

D) A Declaração de Oaxtepec é o resultado da reunião ocorrida a 18 de Outubro de 1984 no México, subordinada ao tema “Ecomuseos: El hombre y su entorno”.

Segundo J. Primo (1999:13) a referida Declaração pode ser sintetizada nos seguintes pontos:

- tanto defende a estreita relação existente entre território, património e comunidade, considerando-a inseparável, como sugere que quer na Velha quer na Nova Museologia o homem enfrente, dialogue e participe na realidade, impedindo o monólogo do profissional;
- tal como no documento do Québec, também este fala na diferença entre a Museologia Tradicional e a Nova. Com base nessa diferença, que aparentemente sugere a existência de duas museologias, Hugues de Varine criou um quadro comparativo, frequentemente adoptado por autores que se dedicam ao estudo do desenvolvimento da museologia.

Museu Tradicional = Edifício + Colecção + Público

Ecomuseu/Museu Novo = Território + Património + Comunidade

Relativamente a este assunto, isto é, à existência de uma ou duas museologias a autora diz-nos que existe uma museologia preocupada com os assuntos administrativos, documentais e preservacionistas das colecções

(Museologia Tradicional), que dadas as transformações sociais, modificou/evoluiu o seu modo de actuar, estando mais virada para os problemas e desejos da sociedade, bem como para o património na sua globalidade, com o intuito de se adaptar e agir de acordo com a nova realidade social (Nova Museologia). Tratando-se no fundo da mesma museologia com formas de actuação distintas.

“Naquele momento, numa primeira leitura, podia considerar-se que uma nova museologia se contrapunha a uma velha e arcaica museologia. Mas na verdade o que ocorreu com a “ciência” museológica, assim como em todas as outras ciências sociais, foi um despertar para tudo o que estava acontecendo no mundo contemporâneo, através de uma percepção mais aguçada das transformações ocorridas na sociedade e uma busca em se actualizar e agir mais contemporaneamente.” (PRIMO, 1999: 22);

- que o património deve ser preservado *in situ*, ou seja, no local onde se encontra, a fim de salvaguardar toda a sua história, pois ao retirá-lo do seu habitat está a alterar-se a sua identidade patrimonial bem como as suas características, considerando desse modo o território como um espaço museográfico;
- a reformulação do conceito de património cultural devido ao seu alargamento, uma vez que o mesmo deixa de ser estanque para pertencer a um todo, isto é, passa a ser visto como algo enquadrado numa realidade. Desse modo, a museologia passa a ser mais completa, uma vez que abrange áreas diversificadas “...não pode mais se manter isolado, não pode mais se dissociar das descobertas e avanços científicos, dos problemas sociais, económicos e políticos.” (PRIMO, 1999:13)
- a museologia é considerada um meio de progresso social, devendo a mesma consciencializar a comunidade a participar na gestão e administração dos organismos públicos culturais.

Este documento reforça assim muitos dos assuntos abordados na Mesa Redonda de Santiago do Chile e na Declaração do Québec.

E) A Declaração de Caracas resultou do Seminário realizado em 1992 na Venezuela, subordinado ao tema: “La mision del museo em Latino América hoy: nuevos retos”.

Para F. Lima (1993:89-90) os precedentes da reunião de Caracas podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

- intensificou-se o fosso entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos;
- o desenvolvimento científico e tecnológico criou diversas facilidades e oportunidades, mas simultaneamente vários perigos poderiam ser provocados, os quais conduziram a desequilíbrios irreparáveis como por exemplo alterações na natureza as quais poriam em causa a continuidade do homem;
- se por um lado a era das comunicações iria diminuir as distâncias entre as populações, por outro corria-se o risco de uniformizar a cultura da humanidade, perante a divulgação de paradigmas.
- os arquétipos económicos e técnicos postos em prática na América Latina na década de 70 falharam em virtude de não se adaptarem à realidade social e cultural. Como nos diz J. Primo (1999:23) a maioria dos latino-americanos entraram nos anos 90 num regime democrático (situação que tanto ambicionaram), no entanto ficaram desapontados com o mesmo, em virtude de não se terem registado significativas transformações sociais, económicas e culturais pré-existentes. O novo sistema político e económico desiluiu então aqueles que tanto aspiraram por transformações sociais e culturais. A progressiva proliferação do capitalismo conduziu a uma mudança de valores que por sua vez intensificou os desajustes sociais, culturais e económicos das populações, ou seja, conduziu a uma crise acentuada nas comunidades. Desse modo, as nações mais evoluídas distanciaram-se significativamente das menos desenvolvidas;
- associado aos problemas económicos registava-se uma deterioração dos valores morais, os quais poderiam conduzir a uma ruptura política e colocar em causa o regime democrático.

Constatados os problemas vividos na América Latina, e tendo em conta o seu potencial humano, cultural e ambiental, os elementos participantes no Seminário de Caracas, consideraram o evento como o indicado para analisar os desafios e conceitos que nos últimos 20 anos marcaram a acção dos museus. Desse modo, e segundo J. Primo (1999:14-15) a Declaração de Caracas:

- “Analisa a actual situação dos Museus da América Latina, estabelecendo um perfil das mudanças sócio/políticas, económicas e tecnológicas nos últimos 20 anos da América Latina e a transformação conceptual e operacional nas instituições museológicas.” (PRIMO,1999:14);

- determina que os museus da América Latina têm como novos desafios as relações que estabelecem com a Comunicação, Património, Liderança, Gestão e os Recursos Humanos.

Relativamente a este assunto J. Constância (1993:100) diz-nos que na Declaração de Caracas o museu é considerado como um meio de intervenção, ou seja, um espaço social onde a comunidade pode e deve exprimir-se, resultando o seu conceito da relação existente entre um espaço, a comunidade e o património.

No que diz respeito à comunicação, o mesmo é considerado formalmente como um bom meio de comunicação, utilizando uma linguagem livre, democrática e participativa, com tendência para a interactividade, capaz de promover o enriquecimento pessoal e por conseguinte a modificação da comunidade.

Quanto ao património museológico, o mesmo adquire valor e significado quando integrado nas realidades culturais onde se encontra. Devendo proceder-se à gestão e administração dos bens materiais.

As preocupações com os recursos humanos devem ser uma constante, dados os problemas existentes.

- o conceito de *Museu Integral* resultante de Santiago, é reformulado pelo de *Museu Integrado na Comunidade*, ou seja, deixa de integrar um território e uma comunidade para estar integrado com os mesmos;
- aconselha à reestruturação de técnicas museográficas com o intuito de fortalecer a relação com a comunidade;
- indica que o museu deve gerir a comunidade, tendo em conta os interesses da mesma e contribuindo com as suas propostas para o desenvolvimento da mesma realidade.

J. Primo ao analisar e comparar os Documentos de Santiago e Caracas, encontrou em comum os seguintes aspectos:

- “ - Ambas as Declarações denunciam a desigualdade e a injustiça;
- Reflectem sobre o papel das organizações museológicas na América Latina;
- Reconhecem o museu como Instituição ao serviço da comunidade;
- Reivindicam para o museu um papel de transformador social;

- E, entendem o museu como espaço dinâmico que propicia e estimula a consciência crítica, além de em um instrumento para o desenvolvimento e afirmação da identidade.” (PRIMO, 1999:24)

Com base em tudo o que foi referido anteriormente, podemos dizer que tanto as transformações políticas, económicas e sociais vividas internacionalmente com especial incidência na América Latina, como os documentos produzidos no âmbito do ICOM e da UNESCO, bem como os diversos trabalhos realizados por profissionais da museologia, estiveram na origem e desenvolvimento da Nova Museologia.

Para Peter Van Mensch as razões que estiveram na origem do movimento da Nova Museologia podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- “ 1 – Mudança de centralização no objecto para centralização na comunidade;
- 2 – Ampliação do conceito de objecto museológico;
- 3 – Tendência para a preservação *in situ*;
- 4 – Ascensão do conceito do museu descentralizado;
- 5 – Tendência à conceptualização;
- 6 – Racionalização do gerenciamento de museu;
- 7 – Musealização de instituições culturais e comerciais.”

<http://www.ulusofona.pt/uiulhtNET/UEICSA/MUSEOLOGIA/aPPJUDITE/sld.007.htm>

Segundo J. Primo, os princípios orientadores da acção da Nova Museologia são:

- “ - O reconhecimento das identidades e das culturas;
- A utilização da memória colectiva;
- O incentivo para a apropriação e reapropriação do património;
- O desenvolvimento de acções museológicas;
- Socialização da função de preservação;
- A interpretação da relação entre o homem e o seu meio;
- Acção comunicativa dos técnicos e dos grupos comunitários.”

<http://www.ulusofona.pt/uiulhtNET/UEICSA/MUSEOLOGIA/aPPJUDITE/sld.008.htm>

3.2.1 - O surgimento e desenvolvimento do conceito de Ecomuseu

Para F. de Camargo-Moro (1992) quer os trabalhos desenvolvidos por profissionais da museologia, quer a Conferência de Grenoble, quer a Teoria Educacional de Paulo Freire, bem como a Declaração de Santiago e os problemas sociais, que provocaram uma descentralização dos conceitos e valores culturais levaram a que o museu se interessasse pela comunidade e pela integração do indivíduo no seu meio, dando uma noção do meio ambiente no seu todo.

Da consciencialização desse desenvolvimento, George Henri Rivière que deixara a Direcção do Conselho Internacional de Museus, tornando-se seu Consultor Técnico, observou que comunidades vizinhas ou distantes, partiam das suas vivências para a criação de espaços de protecção e actividade integrada, tal como ele e seus colaboradores desenvolveram em França. Os primeiros Ecomuseus surgiram então em França, expandindo-se ao Canadá e a outros países da Europa.

Segundo L. Fernández (1999) foi Hugues de Varine-Bohan, Director do Conselho Internacional de Museus entre 1966 a 1975 (1999:66), quem inventou em 1971 (1999:104) o vocábulo Ecomuseu, o qual fora utilizado pela primeira vez na Conferência de 1971 em Grenoble. Tendo sido o referido museólogo, bem como George Henri Rivière, os primeiros profissionais de museologia a debruçarem-se e a desenvolverem o dito conceito.

Hugues de Varine-Bohan ao dedicar-se a uma museologia comunitária, considerou nos anos 80 o problema da identidade cultural, especialmente em relação às populações marginalizadas durante anos, relativamente às pessoas pertencentes a uma elite. O seu pensamento iria influenciar os novos museólogos (defensores de identidades culturais e de um contexto social e democrático para o funcionamento do museu), consistindo nos seguintes aspectos:

- devido às mudanças económicas, sociais e culturais das sociedades de hoje, o conceito de museu deve ser repensado;
- o museu deve ser confrontado com o desenvolvimento.

Os quais são explicados pelo referido profissional, nos seguintes pontos:

- o museu inserido num mundo em transformação;
- o museu perante o desenvolvimento.

Em relação a este assunto e segundo o autor acima referido, Hugues de Varine-Bohan diz-nos: “No todo museo puede realizar correcta y efectivamente este rol de ser la expresión necesariamente política de la existencia y vitalidad de una comunidad. Primero: la comunidad, en conjunto, tiene que reconocerse a sí misma completamente en su museo. Segundo: tiene que hacer uso de él, como de una herramienta para su propio desarrollo. Tercero: tiene que controlarlo permanentemente.

Finalmente, no creo que haya nada como una “permanente revolución”. Este concepto de museo para servicio de las necesidades del desarrollo de la comunidad puede ser revolucionario. [...] El movimiento íntegro del museo desarrollará y volverá a reunirse con el antiguo “museo revolucionario”.” (FERNÁNDEZ, 1999:105-106)

Georges Henri Rivière é outro nome sonante no mundo da museologia. Relativamente a este tema, ele defende um museu sem edifício, fazendo parte do meio ambiente. Para o

efeito, deve-se ter em conta os conceitos de património natural e cultural, integrando o homem nesse meio.

Segundo L. Fernández (1999:70), G. H. Rivière em 1980 definiu o conceito evolutivo de Ecomuseu: “el ecomuseo, nuevo tipo de museo, es el museo interdisciplinal por excelencia: combina un museo del tiempo, que arranca desde las eras geológicas y desemboca en el futuro, con los elementos destinados y coordinados propios de un museo del espacio. Su concepción tiene en cuenta la presencia de poblaciones que participan en su concepción y en su desarrollo”. Es “un instrumento que un poder público y una población conciben, fabrican y explotan conjuntamente. Este poder, con los expertos, las facilidades, los recursos que le proporciona. La población, según sus aspiraciones, su cultura, sus facultades de aproximación. Un espejo en el que esa población se mira para reconocerse en él [...]. Una expresión del hombre y la naturaleza. [...]. Una expresión del tiempo [...]. Una interpretación del espacio. [...] Un laboratorio, en la medida en que contribuye al estudio histórico y contemporáneo de esa población y de su medio [...]. Un conservatorio [...]. Una escuela [...] En el ecomuseo la diversidad no tiene límites, dadas las diferencias de una muestra a la otra. La población no encierra en sí misma, sino que recibe y da”. (FERNÁNDEZ, 1999:70-71)

Tendo por base o pensamento de G. H. Rivière, C. Moreira (1996) diz-nos que:

“O ecomuseu é uma forma museológica que traduz a ligação e interdependência entre espaço natural e espaço humanizado (cultural), conservando os testemunhos que em determinado espaço revelam a forma como o homem se integrou no meio natural e documentam a evolução desse território e da sua população.

Reflecte a realidade local e quotidiana. O ecomuseu poderá reforçar a ideia de preservação do património, do desenvolvimento científico, cultural e social, transformando-se num verdadeiro instrumento de comunicação entre as gerações passadas e futuras.” (MOREIRA, 1996:35)

De acordo com a mesma autora, o conceito de Ecomuseu propõe então uma acção museológica activa e participativa interagindo com um território, no qual existe um património, que é desenvolvido e valorizado pela população envolvente, sem influências exteriores, isto é, lida directamente com a dinâmica da vida, onde a realidade existe por si só, constituindo o próprio museu. Desse modo, o Ecomuseu de uma forma dinâmica, preserva o passado, ligando-o ao presente com vista ao desenvolvimento futuro, registando-se uma relação de espaço-tempo incontável.

Assim sendo, C. Moreira (1999:35-36) caracteriza os três conceitos constituintes do Ecomuseu, da seguinte forma:

- Território. que contrariamente ao Museu Tradicional (cujo edifício encerra a actividade do museu), constitui o suporte do Ecomuseu em virtude de a acção decorrer no seu espaço. Dessa forma, há necessidade de explicar e valorizar o território, servindo-se para o efeito das referências patrimoniais mais significativas do seu desenvolvimento. As quais, sendo construídas e possuidoras de uma identidade cultural, devem ser preservadas *in situ*, verificando-se desse modo a musealização do património no seu território. Consideramos tal acção como um meio de protecção, consciencialização e divulgação (de uma forma educativa) do património, isto é, da memória de uma comunidade, presente num território;
- Património, constituído pelo natural (onde cada espécie quer a animal, quer a vegetal desempenha a sua função na natureza), industrial, rural, físico e não físico (os artefactos, os conhecimentos adquiridos, os usos e costumes, as tradições) devem ser protegidos;
- População, é o principal objectivo da existência do Ecomuseu, ou seja, ele existe principalmente para a comunidade, reflectindo o seu modo de vida. Nesses termos, a participação da mesma é indispensável. Com o Ecomuseu a comunidade valoriza a sua cultura, aumentando não só o sentimento de identificação cultural, como também o de fazer parte da mesma.

O centro de interesse do Ecomuseu é o indivíduo enquanto ser vivo, tendo em conta a natureza que o rodeia, a história e a cultura do mesmo.

Para a autora, a ecomuseologia resulta da acção interdisciplinar quer do museólogo, quer dos profissionais das ciências humanas e da gestão do território, bem como da comunidade.

Segundo J. Primo, os princípios basilares para a criação de um Ecomuseu são:

- “ - Identificar um território e seus habitantes;
- Inventariar as possíveis necessidades e seus anseios;
- Actuar com os membros da comunidade;
- Aceitar que não é necessária a existência de uma colecção para que seja instalado um museu.”

<http://www.ulusofona.pt/uiulhtNET/UEICSA/MUSEOLOGIA/aPPJUDITE/sld.009.htm>

Relativamente a este assunto, Mário Moutinho (1989:112-113) defende que o passado de cada grupo social, quando devidamente coordenado, enaltece o seu meio maioritariamente rural em oposição ao urbano.

Se a natureza é valorizada, a cultura também o deve ser, procedendo-se não só à recolha de artefactos etnográficos, mas também de documentos da região, bem como à recuperação e preservação de usos e costumes, jogos, entre outro tipo de tradições. Desse modo, verifica-se uma melhoria da qualidade patrimonial natural e cultural, em virtude de certos valores serem recuperados.

Por outro lado, a ocupação de construções e áreas quando ultrapassa o uso que lhes é dado, representa uma maior ligação entre os respectivos proprietários e o meio onde os mesmos estão inseridos.

Quando se estabelece uma zona de influência, demarcando-se os seus limites, verifica-se uma apropriação do novo território. Desse modo, entendemos que a ampliação e definição dos limites físicos conduz à ampliação do conceito de Ecomuseu.

No caso dos percursos de descoberta, o autor considera tratarem-se de tipos de posse, excedendo o discurso museológico, o qual os explica numa breve referência.

“Num caso extremo viu-se a população das aldeias que compõem um ecomuseu no Quebec, assinalar por meio de pequenas construções todo o território de intervenção. Essas construções “exibits” cuja forma e conteúdos foram largamente debatidos durante reuniões preparatórias, foram então colocadas em lugares privilegiados. A cartografia, as setas indicadoras de percursos, os espaços de paragem e observação são uma nova forma de cadastro rural. São o cadastro cultural de cada território.” (MOUTINHO, 112-113)

Mário Moutinho (1989:48) refere que em Portugal as características de um Ecomuseu são inúmeras vezes assumidas por um outro tipo de museu, classificado tipologicamente por Museu Local (por nós tratado no ponto 3.3).

A relação do homem com o seu meio ambiente é uma relação de integração, completando-se mutuamente, a qual conduz ao desenvolvimento social, podendo-se assim falar no conceito de museologia social. O qual segundo o referido autor (1993:5-7) demonstra o esforço da adaptação da museologia à sociedade actual.

De acordo com Mário Moutinho (1993), esse esforço foi resumido por Frederic Mayor na cerimónia de abertura da XV Conferência Geral do ICOM nos seguintes termos: “o fenómeno mais geral do desenvolvimento da consciência cultural – quer se trate da emancipação do interesse do grande público pela cultura como resultado do alargamento dos tempos de lazer, quer se trate da crescente tomada de consciência cultural como reacção às ameaças inerentes à aceleração das transformações sociais tem no plano das instituições, encontrado um acolhimento largamente favorável nos museus.

Esta evolução é evidentemente, tanto, qualitativa como quantitativa. A instituição distante, aristocrática, olimpiana, abcecada em apropriar-se dos objectos para fins

taxonómicos, tem cada vez mais – e alguns disso se inquietam – dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo – que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus “sans murs”, ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna – tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica”. (MOUTINHO, 1993:5)

De acordo com o supramencionado autor (1993:6), o museu ao passar a fazer parte da comunidade, a qual é a razão de ser da sua existência, tem necessidade de elaborar e clarificar ligações e conceitos, os quais podem demonstrar tal situação.

Desse modo, as actuais práticas museológicas resultam, não só da ampliação do conceito de património, como também da cooperação da comunidade na definição e administração das actividades museológicas, bem como da museologia como um agente de progresso, da cooperação interdisciplinar, da existência e uso de modernas tecnologias de informação e ainda da museografia como processo independente de comunicação.

É nesse sentido que a Nova Museologia (e tudo o que ela engloba), representa novidade, modernização, transformação, desenvolvimento e por conseguinte um rumo a seguir pelos museus e respectivos museólogos.

3.2.2 - Preservação do meio ambiente enquanto património

A existência de uma paisagem sem referências culturais parece-nos naturalmente inconcebível, pois estamos convictos de que as paisagens são o reflexo da acção do homem desde a Pré-História até à actualidade, sendo as mesmas representativas da cultura das gentes de um local e/ou de um território.

Nesse sentido, é conveniente proteger e preservar o meio ambiente, já que estamos simultaneamente a preservar o património cultural de um povo e da sua região.

Para C. Moreira (1996:28-40), a noção de património tem sofrido alterações nos últimos tempos, considerando património cultural, os monumentos, os objectos de arte, os artefactos de uso diário, os usos e costumes, o saber fazer tradicional, as aldeias, as vilas, a paisagem, ou seja, tudo o que de significativo identifique e caracterize uma comunidade e a região onde a mesma está integrada.

“As paisagens são dos valores mais importantes do nosso património, elas contam a história do trabalho dos homens, a sua diversidade social, testemunham, os seus esforços para vencer obstáculos naturais, esforços de cada homem e de cada comunidade. São uma fonte viva de tradições, visto serem sempre herança de gerações passadas que importa transmitir às outras” (MOREIRA, 1996:29).

Como já foi referido anteriormente, a paisagem actual é uma consequência da acção de múltiplas gerações que passaram ou se fixaram numa região, humanizando-a.

As primeiras utilizações e por conseguinte transformações do meio ambiente, foram provocadas pela necessidade de sobrevivência e subsistência do homem à face da terra. De recolector de alimentos, o homem teve a necessidade de produzir os seus próprios alimentos, inventando a agricultura, a qual constituiu uma das mais marcantes descobertas da humanidade, que aliada à pastorícia, iniciaram um processo significativo de transformação da paisagem. A humanização conduziu então ao surgimento do património cultural, o qual está patente na vegetação, na construção, nas normas, nos usos e costumes, nas tradições de um local.

No entanto, o meio ambiente não é apenas transformado pelas actividades referidas anteriormente. A industrialização (que começa a instalar-se nos meios rurais), a urbanização, o desenvolvimento exagerado do turismo, a proliferação da monocultura, a difusão dos eucaliptos, a extinção de algumas espécies florestais e animais, são outros sintomas de uma paisagem em permanente transformação que colocam em risco o meio ambiente e o homem.

A fim de evitar a perda de identidade das diferentes comunidades regionais, defendemos a necessidade de recuperar, salvaguardar e valorizar o património natural, construído e cultural ainda existente. Só assim, as acções do homem sobre a natureza (especialmente nas actividades tradicionais, como é o caso da agricultura, pastorícia, construções, profissões e saber fazer tradicional, usos e costumes, entre outros), serão conservadas. Mas há que ter cuidado, pois a protecção exagerada do que é tradicional, pode condicionar o modo de vida das gerações presentes.

A autora diz-nos que a medida mais eficaz de conservar os valores naturais, construídos e culturais de um território é a criação de Parques Naturais.

“Os Parques Naturais são áreas que se caracterizam por conter paisagens naturais, seminaturais e paisagens humanizadas que são exemplos da integração harmoniosa das actividades humanas e da natureza. A sua criação tem por finalidade a protecção da paisagem pelo seu valor histórico, cultural e estético, o desenvolvimento sócio-económico das populações e a preservação dos seus valores naturais e culturais.” (MOREIRA, 1996:28)

Assim sendo, um território só será devidamente conservado se além da natureza e da paisagem local se salvaguardar a cultura física e não física (como é o caso dos usos e costumes e das actividades tradicionais) das gentes e da região, com vista à sobrevivência futura.

De acordo com a referida autora, o dinamismo dos Parques Naturais, decorre de uma forma global, devido à relação de interdependência entre os espaços naturais, construídos e

culturais, verificando-se não só na conservação e dinamização dos mesmos, nos quais estão integradas comunidades com bens a proteger, bem como no apoio aos habitantes, para que os mesmos tenham um papel activo na gestão do espaço e nas diversas actividades a desenvolver (como por exemplo, as tradicionais), e ainda na implementação de políticas de Educação Ambiental de molde a que seja a própria colectividade a cuidar e a defender o Parque, como um bem comunitário.

Os Parques ao serem criados, deverão apresentar um meio ambiente protegido, não de uma forma estática e isolada, mas como fazendo parte integrante de uma comunidade, em permanente desenvolvimento, constituindo desse modo um instrumento de desenvolvimento. Assim, a par do incremento social, económico e cultural de uma comunidade, não devemos ignorar a cultura da mesma, no seu modo de vida, nas suas tradições familiares, na sua vida em sociedade, nos instrumentos de trabalho, na gastronomia, no artesanato, nas festas populares, nas romarias, nas danças e cantares, entre outras.

Devido ao carácter impreterível da execução dos planos de ordenamento, os Parques Naturais necessitam de efectuar investigações interdisciplinares, as quais irão coadjuvar a actividade do profissional de museologia.

Por tudo o que foi referido e continuando a basear-nos na supramencionada autora, podemos estabelecer uma estreita ligação entre os conceitos de Parque Natural e de Ecomuseu (referido anteriormente no ponto 3.2.1). Ora vejamos, enquanto o Parque Natural é caracterizado por um património significativo que deve ser salvaguardado e valorizado por núcleos museológicos de que o Ecomuseu é ainda protagonista, este último ajusta-se ao primeiro, devido às suas características de museu vivo, activo e em constante evolução, tão próprias do mundo natural.

Ambos colaboram com a conservação, gestão e valorização do património natural e cultural de uma dada comunidade regional, o qual irá contribuir para o desenvolvimento da mesma.

“Se um Parque Natural tem por objectivo principal a Conservação da Natureza e do território enquanto suporte das actividades humanas, o Ecomuseu visa a apresentação e interpretação desse território. Ambos valorizam as relações que se estabelecem entre meio natural e comunidades humanas.” (MOREIRA, 1996:39)

Para a autora, as actividades de educação ambiental dinamizadas pelas equipas pertencentes aos Parques Naturais (como uma forma de levar as pessoas a reflectirem, compreenderem, respeitarem e defenderem o património), quando auxiliadas por actividades de animação cultural desenvolvidas pelas equipas dos Ecomuseus (com o intuito de consciencializar as comunidades do valor das suas culturas), cumprem mais eficazmente os

seus objectivos. Desempenhando desse modo uma função pedagógica relevante junto das comunidades e do visitante. A qual, concede a este últimas informações que possibilitem não só a compreensão do meio ambiente, como também a afeição pela natureza, bem como um conhecimento mais aprofundado do mundo rural e de tudo o que diga respeito aos seus habitantes. Percebendo que a preservação do meio que o recebe é indispensável ao seu procedimento recreativo, achando-se responsável pelo uso e proveito do mesmo.

3.2.3 - Relação entre a Nova Museologia e o desenvolvimento de uma região

Segundo a comunicação apresentada por Fernando João Moreira na I Jornadas sobre a Função Social do Museu, subordinada ao tema “Museologia e Desenvolvimento” (1989:131-135), tal como tem havido frequentes mutações em termos de estratégias e desenvolvimento económico, na sociedade capitalista, é lógico que exista uma redefinição do espaço, uma reorganização da estrutura social e económica, uma modificação dos valores culturais e morais, bem como, alterações da função do museu e da sua acção na sociedade.

Como já foi referido no capítulo 3.2, e de acordo com o autor, o surgimento da Nova Museologia está associado às manifestações sociais dos anos 60, aos movimentos que defendem o ambiente e à autonomia de certos países com pretensão de valorizar e intensificar a sua identidade cultural.

Com a crise vivida nos anos 60/70, o tradicional sistema capitalista (centralista e centralizante) teve necessidade de adaptar-se às novas condições existentes.

Além das características ligadas à economia, a grande revolução do novo modelo consiste no desenvolvimento local e regional.

Desse modo, os novos museus são o resultado de um modelo de desenvolvimento descentralizado, contribuindo para a unificação social a nível das regiões, o que difere do modelo nacional ou tradicional, o qual tende para a unificação social a nível nacional.

A Nova Museologia contribui para o restabelecimento e reestruturação do capitalismo, na medida em que defende não só a identidade cultural, como a valorização de tudo o que é tradicional, bem como a intensificação da participação local, a responsabilidade dos representantes locais, entre outras.

O grupo de trabalho sobre “Museologia e Desenvolvimento”, com base nas suas experiências museológicas e no intuito de contribuir para o desenvolvimento do debate teórico e ideológico dinamizado pelo MINOM, bem como, para o enriquecimento da Nova Museologia, salientaram para discussão os pontos abaixo referidos (1989:144-146):

- 1 – As pessoas implicadas nas diversificadas práticas da Nova Museologia devem encará-las como um meio de desenvolvimento integral das e com as populações.
- 2 – A museologia e por conseguinte a Nova Museologia sempre estiveram associadas aos modelos económicos vigentes. O surgimento de um novo modelo capitalista, privilegia o desenvolvimento económico local e regional, o que vai ao encontro das experiências da Nova Museologia de aptidão local e regional, enquanto integradas num todo.
- 3 – A Nova Museologia não significa uma ruptura com a Museologia Tradicional, mas uma adaptação às novas condições existentes.
- 4 – A novidade das suas práticas consiste em demonstrar a capacidade que as comunidades têm em se organizarem, gerindo o seu tempo e o seu futuro.
- 5 – A acção do museu e do museólogo não se pode limitar à acção cultural e ao espaço local, devendo também intervir a nível social, económico e político, uma vez que trata não só o homem integral como também o incremento integral das comunidades, integrando um espaço que ultrapassa o local, para abranger o regional e o nacional.
- 6 – A Nova Museologia pressupõe de uma forma diversificada a participação activa da população no seu particular desenvolvimento, respeitando os diversos interesses, o tipo de desenvolvimento e o número de participantes indispensáveis a cada projecto.
- 7 – No âmbito do desenvolvimento integral da população, o museu e o grupo de trabalho integrante do mesmo, deverão assinalar as necessidades do meio e actuar de acordo com as mesmas, sem criar a impressão de que as eventuais intervenções resolvem os problemas das populações.
- 8 – Os técnicos conjuntamente com os outros componentes que fazem parte do projecto, têm uma função essencial na detecção e resolução dos problemas existentes, visando a satisfação da população, o que torna o Museu num “centro de formação de criadores”.
- 9 – A criação, desenvolvimento e apreciação dos projectos da Nova Museologia, depende da compreensão das condições históricas e ambientais locais em que decorre a intervenção.
- 10 – Do referido, o Novo Museu que resulta da acção da Nova Museologia, é um meio de desenvolvimento baseado na descentralização espacial, na auto-suficiência, na integração económica e social e no apoio mútuo, cujo

trabalho de criação e libertação é feito pela população (onde se enquadra a equipa técnica), por a população, não se compadecendo com a cedência quer de poderes quer de responsabilidades, uma vez que essa situação corresponde à conservação das ideologias dominantes.

3.3 – Estabelecer os objectivos do Museu Local em Portugal

Segundo Mário Moutinho (1989:45-50), os novos museus vocacionados para os mais diversos temas de acordo com a comunidade envolvente, surgiram nas duas últimas décadas, mais concretamente a partir do dia 25 de Abril de 1974, beneficiando dos privilégios da vida democrática, nos diferentes pontos do país, devido às iniciativas locais e aos municípios.

Para o autor e segundo J. Primo (2000:70-71), são quatro as fases onde podem ser integradas as mutações museológicas ocorridas em Portugal após o 25 de Abril. São elas:

- 1 – O desenvolvimento de novas práticas museológicas;
- 2 – Os museus do estado praticamente não oferecem uma resistência sólida;
- 3 – A segunda fase adquire consistência e a Universidade reconhece a Museologia como disciplina;
- 4 – A Museologia como um meio interdisciplinar.

César Lino Lopes e Fernando João Moreira numa comunicação apresentada nas Jornadas sobre a função social dos Museus, organizadas pelo MINOM em 1988, referem a transformação do modelo centralizado da economia capitalista, num modelo descentralizado, suscitando o desenvolvimento regional e por conseguinte a modificação dos programas de acção dos museus locais.

"Assim, as novas linhas de desenvolvimento deverão: facilitar o desenvolvimento das zonas menos favorecidas; não assentar na difusão espacial; não assentar em investimentos públicos de vulto; usar com parcimónia a energia e os recursos tentando deles extrair o maior rendimento possível; mobilizar e valorizar os recursos locais tendo sempre presente a sua possível interacção; aceitar a diferença em função dos factores económicos, culturais e de identidade local; tentar aumentar a capacidade de resolver os problemas internos às regiões; promover circuitos nos domínios do social, económico e político e finalmente, aumentar o poder de decisão local. Como se poderá constatar, todas estas preocupações assentam como uma luva à grande maioria dos programas de acção dos museus locais, quase todos eles, salvo honrosas excepções, dependentes de instituições que detêm ou partilham os poderes instituídos. Têm estes tido uma acção de favorecer as condições que tornem propícias a multiplicação de iniciativas locais através de uma acção sobre o meio social local, acção especialmente relevante no que se relaciona com as chamadas estruturas imateriais de

desenvolvimento (serviços de apoio, acesso à informação, formação profissional...), e ainda no que diz respeito à conservação, valorização e memorização de tradições de produção artesanal, consideradas agora não como um empecilho ao desenvolvimento, mas sim um dos seus pilares fundamentais, seja a nível local ou nacional". (LOPES & MOREIRA, 1989: 99)

Relativamente ao papel do Museu no desenvolvimento de um local, J. Primo (2000:74-76), citando Fernando João Moreira, diz-nos que o mesmo basea-se em dois domínios:

1 – domínio Interno, quando a actividade museológica tem como objectivo directo o bem-estar geral da comunidade em causa, promovendo a mesma (identidade local, identidade territorial dos seus habitantes, relações sociais, integração de novos habitantes e/ou pessoas marginalizadas, ambiente de dinamismo social, acções de formação diversificadas);

2 – domínio Externo, quando a actividade museológica procura alcançar o bem-estar da comunidade de uma forma indirecta (promoção não só das potencialidades turísticas da região, como também da visibilidade externa do mesmo, bem como a valorização dos produtos locais de raiz tradicional, e ainda, a promoção dos valores locais com o intuito de educar patrimonialmente os turistas e visitantes).

Para António Nabais (num artigo sobre o “Desenvolvimento dos Ecomuseus em Portugal” – Museum/Icom), os seus objectivos apesar de não ignorarem a museologia tradicional, no que se refere à recolha, conservação, investigação, exposição e divulgação do homem e do meio envolvente, procuram utilizar os testemunhos físicos e humanos que auxiliem a compreensão, explicação e experimentação da realidade social, económica e histórica das populações. Constituindo a realidade social um dos grandes interesses da indagação e interpretação.

“ É nossa convicção que o acervo de um novo museu é composto pelos problemas da comunidade que lhe dá vida”. (MOUTINHO, 1989:46)

Ao partilharmos a opinião do referido autor, entendemos que tudo o que de uma maneira ou de outra influencia uma comunidade local, faz parte do seu universo museológico. No entanto, esta nova ideologia museológica ao ser implementada poderá suscitar algumas dúvidas e incertezas (que convêm serem esclarecidas aquando da implementação) por parte da comunidade, a qual estaria habituada a um outro conceito (mais tradicional de museu), onde era mais aceitável a exposição dos acervos do que os problemas da sociedade onde ele possa estar inserido.

De acordo com A Nabais (no artigo referido anteriormente), a nova prática museológica dos museus locais é então caracterizada por uma museologia activa, preocupada com os problemas sociais; por uma comunidade participativa; pela relação existente entre a

mesma e os profissionais da área; pela salvaguarda não só da identidade local, como também da memória colectiva; pela importância do território; pela interdependência das várias disciplinas; pela acção da descentralização e pela acção dos representantes das autarquias.

Segundo o mesmo autor, essa acção museológica é aceite de uma forma positiva quer pelas comunidades, quer pelos respectivos poderes locais, na medida em que pode auxiliar a resolver eventuais problemas existentes, bem como a explorar os recursos da zona, quer a nível económico, energético, tecnológico, turístico, cultural e de lazer, os quais podem estar em constante mudança.

“Um museu local não é apenas um espaço que se mede em poucos quilómetros, uma espécie de “micro-regionalismos.” Um museu local representa antes de mais uma forma de olhar, com características próprias, com métodos próprios, com uma ética própria.

Longe está a ideia de que um museu local será um conjunto de objectos mais ou menos folclóricos, curiosos ou etnográficos, pendurados nas paredes ou colocados em vitrinas.

Objectos que serão olhados com curiosidade ou indiferença por turistas, ou onde as crianças se aborrecem ao ritmo de “não mexas aí” “vem para aqui”!

A nossa ideia de museu local é, ao contrário, uma espécie de posição privilegiada, para olharmos à nossa volta sobre o nosso presente e passado. É um centro de estudos. Um local que ajuda a curiosidade das pessoas a compreender o seu presente e o seu passado.

Os objectos serão assim ilustrações de um certo conhecimento.

Imagens que ajudam a compreender a vida das pessoas.

Imagens de um presente/passado, dos outros e de nós próprios.

Imagens que se confundem, misturam por vezes mesmo opõem-se.

Tal qual como o nosso olhar.” (MOUTINHO, 1986:12)

Como vimos no ponto 3.2.1 (o surgimento e desenvolvimento do conceito de Ecomuseu), as acções museológicas praticadas no Ecomuseu, em tudo se assemelham às defendidas pelo Museu Local em Portugal, que segundo António Nabais são inúmeras vezes designadas por museus municipais e pelo nome da localidade a que se referem, correspondendo a sua área definida a um concelho, a freguesias, a uma freguesia, ou a uma vila, identificando, preservando e valorizando o património existente na mesma. Constituindo muitas vezes por um Núcleo Sede, no qual funcionam serviços diversificados, como é o caso do acolhimento e orientação dos interessados, exposições permanentes e/ou temporárias, serviços administrativos, oficinas, centro de documentação local, biblioteca, espaços de reunião, serviços educativos entre outros, o museu possui ainda outros núcleos, os quais

facilitam a descentralização das acções e apetrechamentos, bem como o envolvimento da comunidade na preservação e dinamização *in situ* do património local mais relevante.

“Ninguém trabalha só para si ou isolado da comunidade em que está inserido.

A coerência resulta da interdependência e da complementaridade existente entre o trabalho de cada um.

Os mercados e feiras locais não especializados, domingueiros, mensais ou sazonais fornecem indicações fundamentais dessa coerência.

Aí se vendem (e trocam, no fundo) os produtos das hortas pelas loiças do oleiro, os cestos pelos bolos ou doçarias, a fruta por galinhas, ou por alfaias.

Aí se fecham negócios, se encontram parentes, se trocam notícias de cada lugar.

Ano após ano, os mercados testemunham das relações de dependência que unem as pessoas, as famílias, os grupos de trabalho numa área.

Materializam em suma a existência de uma comunidade ao mesmo tempo que revelam também a dependência dessa comunidade do exterior, a dependência do Estado onde estão inseridas.” (MOUTINHO, 1986:17)

Com o Museu Local a comunidade toma consciência da sua identidade e valor cultural, compreendendo que as práticas museológicas são da responsabilidade dos profissionais e da população envolvente, que segundo Mário Moutinho (1989) “...devem assumir as funções de técnicos e gestores num processo de museologia popular.” (MOUTINHO, 1989:50)

Para o autor, este tipo de museu é responsável quer pela valorização de profissões, quer pela criação de postos de trabalho, opinião que partilhamos devido não só à necessidade de proteger e valorizar o património cultural regional, bem como à recuperação do saber fazer tradicional e por conseguinte das profissões tradicionais em vias de extinção e à divulgação dos centros turísticos de maior interesse.

Como já foi referido anteriormente, relativamente à temática e tratando-se de um museu de âmbito regional, entendemos ser indispensável que o mesmo traduza a identidade da região a que se circunscreve. Assim sendo, os temas explorados deverão ser diversificados, já que representam um local ou uma região onde inúmeros aspectos são alvo de estudo e tratamento, havendo como tal uma articulação entre as várias disciplinas na sua organização e funcionamento.

“O museu de região não tem um âmbito especializado; é um museu multifacetado que apresenta diacrónica e sincronicamente os múltiplos aspectos do território de uma região ou sub-região: desde os geológicos, geográficos, botânicos, zoológicos até aos arqueológicos, históricos, etnológicos, arquitectónicos, artísticos, económicos, científicos e técnicos,

políticos, religiosos, sociais e culturais. A identidade destes está no carácter individual de cada região, sub-região ou território da sua influência. Assim, teremos tantos museus diferentes, quantas as áreas geográficas musealizadas”(NABAIS, 1993:262-263).

Ao falarmos de museus locais é imprescindível referirmos os programas da política comunitária que contemplam a dinamização dessas iniciativas. São eles:

- Os Programas de Iniciativas Comunitárias, salientando-se o Programa LEADER e o INTEREG;
(vd. anexo 1 – Programas de Apoio Comunitário)
- O Quadro Comunitário de Apoio III (QCA)
(vd. anexo 1 – Programas de Apoio Comunitário)

3.4 - Necessidade de técnicas de marketing cultural

Pensamos que mais importante do que ter ideias, será a concretização dessas mesmas ideias. Na presente dissertação, como já foi dito anteriormente, ambicionamos organizar um Museu local na região de Alvaiázere. Para o efeito, é pertinente pensarmos na existência de verbas, pois, só com elas se poderá criar, adquirir equipamentos, possuir uma equipa multidisciplinar pertencente à região, dinamizar actividades, conservar, valorizar e propagandear a dita instituição.

No nosso entender, os recursos financeiros poderão advir do Programa Operacional de Cultura no âmbito III Quadro Comunitário de Apoio, cujos Municípios deverão ser os privilegiados, da autarquia, de empresários, da comunidade, da elaboração e apresentação de projectos educativos, patrimoniais e culturais a eventuais entidades financiadoras desse tipo de projectos, do estabelecimento de protocolos com instituições com quem se possa trocar conhecimentos e serviços, da venda por parte do Museu de produtos regionais e de artigos alusivos ao Museu como por exemplo, postais, reproduções, fotos, publicações (que visem a difusão de estudos da autoria de investigadores preferencialmente locais e/ou regionais, no domínio da geologia, biologia, arqueologia, história local, antropologia cultural, etnografia e outros conteúdos ligados ao património cultural da região), canetas, lápis, t-shirt, bonés, diapositivos, vídeos documentários, CD-ROM, mapas, Cd's com obras musicais de intérpretes e/ou grupos locais etnográficos nomeadamente os conjuntos musicais, os ranchos folclóricos e a banda filarmónica.

Contando com as verbas e partindo de algumas noções contemporâneas de marketing cultural, estabelecemos os nossos objectivos, relativamente ao museu a criar. A ideia preponderante, consiste na organização de uma instituição cultural com os seus pólos museológicos, que representem não só a comunidade, como também o seu património cultural

e o meio ambiente onde a mesma está inserida, exigindo ainda, a participação activa da referida comunidade, com vista à preservação do património natural e cultural e ao desenvolvimento da região. Esta iniciativa deverá ser efectuada de uma forma acessível (sem perder qualidade) e de uma forma vanguardista (sem perder memória), consistindo numa referência cultural a baixo custo, para qualquer outra sociedade.

Como a localização (já que Alvaiázere situa-se a 4 Km da povoação onde passa a estrada nacional 110), o difícil acesso (em termos de transportes públicos) e a má sinalização existente na região, podem afectar negativamente a afluência de turistas ao eventual Museu, a autarquia e a equipa responsável pela organização do Museu, deverão melhorar o problema, através não só, de um aumento do número de autocarros que passem pela região, como também pela melhoria da sinalização e ainda pela participação activa da comunidade na prestação de informações a todos os visitantes.

No Núcleo Sede, deverão existir a par das exposições permanentes e itinerantes, outros tipos de actividades, com o intuito de aumentar e diversificar os visitantes. Alguns exemplos dessas atracções, consistem em ateliers, concertos musicais, espectáculos de variedades (incluindo o famoso folclore regional), dança, teatro, exibição de vídeos, reuniões, cursos, seminários, entre outros.

Nos restantes núcleos museológicos, o visitante poderá conhecer e desfrutar de perto as diversificadas atracções regionais que agradarão a miúdos e graúdos.

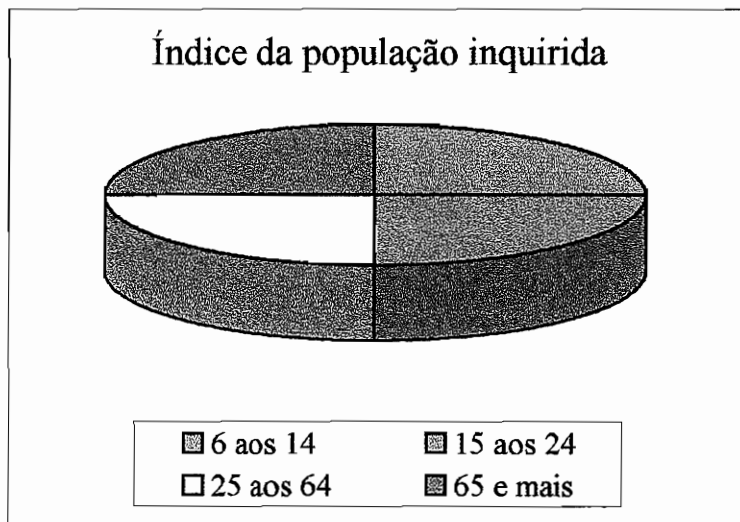
Assim sendo, os diferentes serviços prestados por esta instituição a um público variado, serão efectuados de uma forma heterogénea. A inauguração de exposições e estreias de espectáculos destinar-se-á não só a jornalistas, artistas, políticos e empresários, como também a outros elementos da comunidade, não esquecendo, determinadas entidades das comunidades vizinhas, de forma a divulgar as iniciativas locais e por conseguinte, conquistar futuramente um grande número de visitantes.

Depois da inauguração, as exposições (no caso das itinerantes) e os espectáculos, deverão estar em programa algum tempo, com o intuito de serem usufruídos pela comunidade e pelos turistas. Entendemos que esse tempo de programação deve variar consoante a adesão do interessado, pois a longa permanência, desta ou daquela exposição, ou deste ou daquele espectáculo, poderá cansá-lo e posteriormente provocar uma ausência de pessoas. Por isso a necessidade, de uma programação atempada e diversificada, de molde a chegar a toda a população, incluindo crianças, idosos e deficientes. Em relação aos referidos grupos sociais, é no nosso ver indispensável a existência de funcionários ou voluntários especializados no acompanhamento dos mesmos, aquando das suas deslocações à instituição museológica, de modo a que os mesmos possam usufruir e participar (de uma forma activa) nas exposições,

espectáculos e actividades promovidas pela referida instituição. A realização de reuniões, seminários e palestras, por parte de museólogos, de técnicos de conservação e restauro, de ambientalistas, de arqueólogos, de historiadores de arte e de outros especialistas, não esquecendo os estudantes do ensino secundário, profissional e universitário, em espaço próprio disponibilizado pelo museu, constituem (como já foi referido anteriormente), mais um dos atractivos oferecidos pelo Núcleo Sede, a todos os interessados.

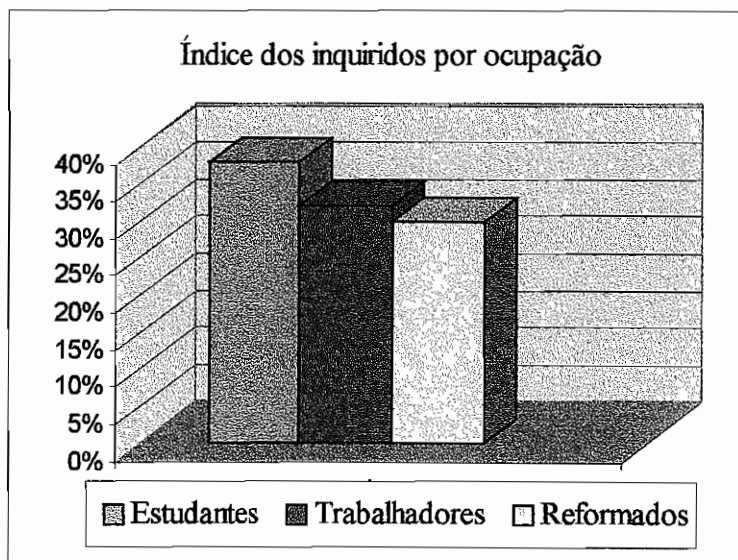
Além do referido, existem outras técnicas de marketing (não menos atractivas que as anteriores), capazes de despertar e atrair a atenção da comunidade, dos visitantes e dos turistas, tornando-os um público fiel. São elas: a qualidade e diversidade da programação apresentada; a utilização (no discurso museográfico) de uma linguagem simples e acessível a todas as pessoas da comunidade; o esclarecimento por parte de funcionários ou de voluntários das dúvidas apresentadas pelos visitantes; acessibilidade aos meios multimédia e à biblioteca do Museu; participação activa dos visitantes em actividades desenvolvidas nos núcleos museológicos (usos e costumes tradicionais e saber fazer tradicional); a criação de espaços de lazer (jardins, parques de merendas e de desporto) e de convívio (jardins e café-restaurante); divulgação de todas as iniciativas desenvolvidas pelo Museu, através de convites, de cartazes, de panfletos, de um boletim ou revista mensal; da Internet (sites educativos), documentários e CD-ROM promocionais, dos jornais, da rádio e da televisão (se o evento justificar o investimento).

anexo 2 – Questionário), de molde a que uma amostra representativa de toda a comunidade expressasse a sua opinião quanto à importância de um museu para a região, bem como a sua área de intervenção.



1 – Índice da população inquirida

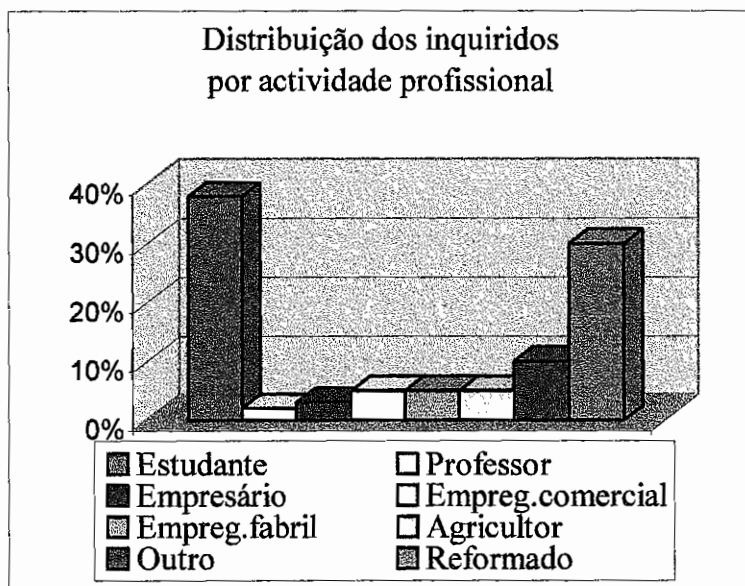
Dessa amostra, 25% têm idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos; 25% entre os 15 e os 24 anos; 25% entre os 25 e os 64 anos e 25% entre os 65 e os 97 anos.



2 – Índice dos inquiridos por ocupação

Relativamente à ocupação dos mesmos, 38% são estudantes, 32% são trabalhadores, e 30% são reformados.

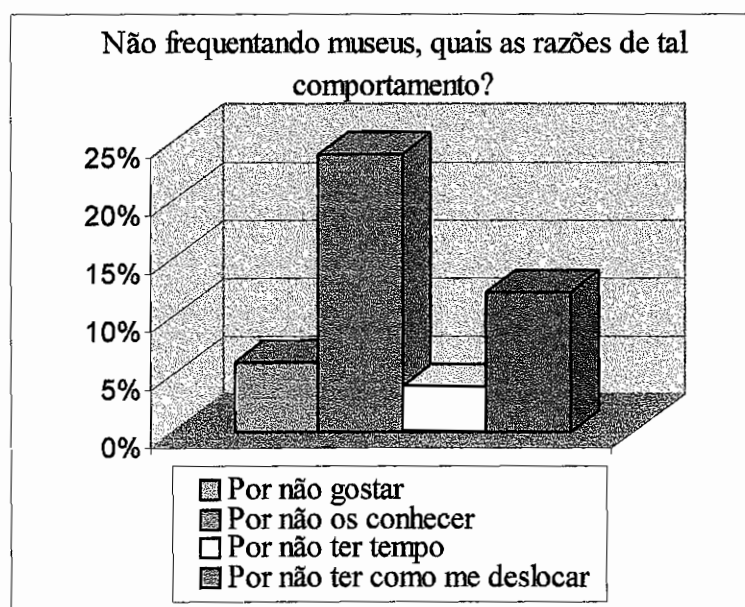
A distribuição dos inquiridos por actividade profissional, indica que 38% são estudantes, 2% são professores, 3% são empresários, 6% são empregados comerciais, 6% são empregados fabris, 6% são agricultores, 9% têm outras actividades e 30% são reformados.



3 – Distribuição dos inquiridos por actividade profissional

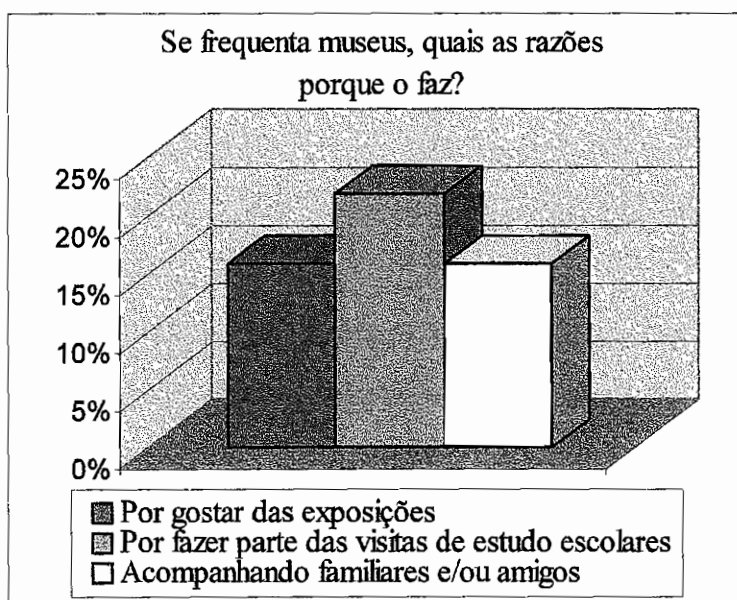
Em relação à ida a museus, enquanto 46% dos inquiridos referiram não frequentar, 54% referiram frequentar.

As razões apontadas pelos dois grupos são as seguintes: no primeiro grupo, 6% alegaram não frequentar museus por não gostarem, 24% por não os conhecerem, 4% por não terem tempo e 12% por não terem como se deslocar;



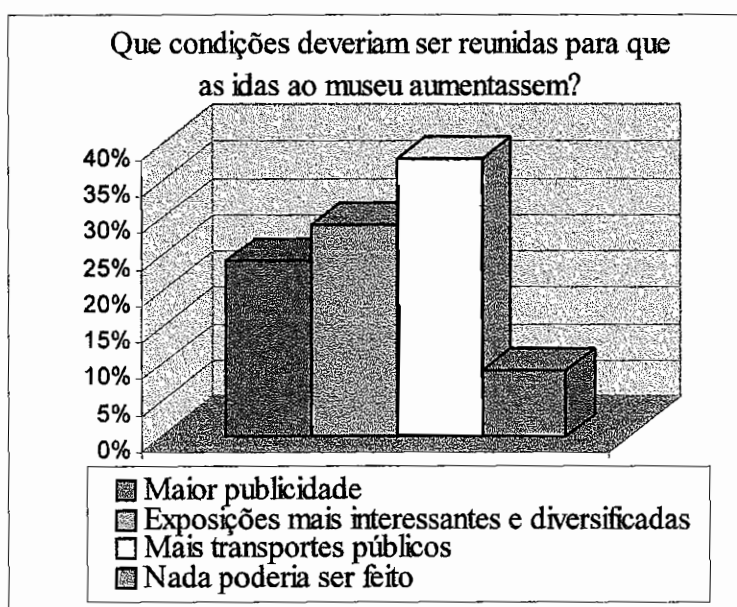
4 – Percentagem de inquiridos que não frequenta museus

no segundo grupo, 16% dos inquiridos referiram que iam a museus porque gostavam das exposições, 22% responderam que só iam em visitas de estudo escolares e 16% deslocavam-se às referidas instituições acompanhando familiares e/ou amigos.



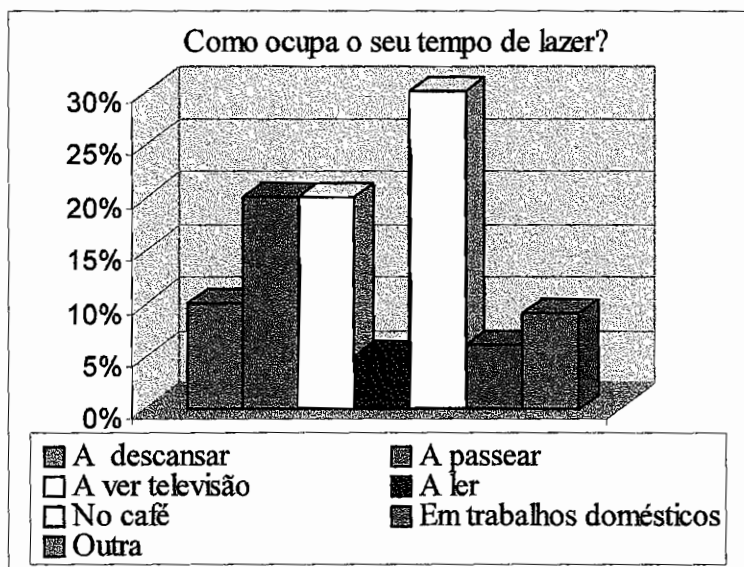
5 – Percentagem de inquiridos que frequenta museus

Quando questionados sobre as condições que deveriam existir, para que as idas aos museus aumentassem, 24% responderam que deveria haver mais publicidade, 29% afirmaram que as exposições deveriam ser mais interessantes e diversificadas, 38% reivindicaram mais transportes públicos que passassem pela região e 9% manifestaram que nada poderia ser feito.



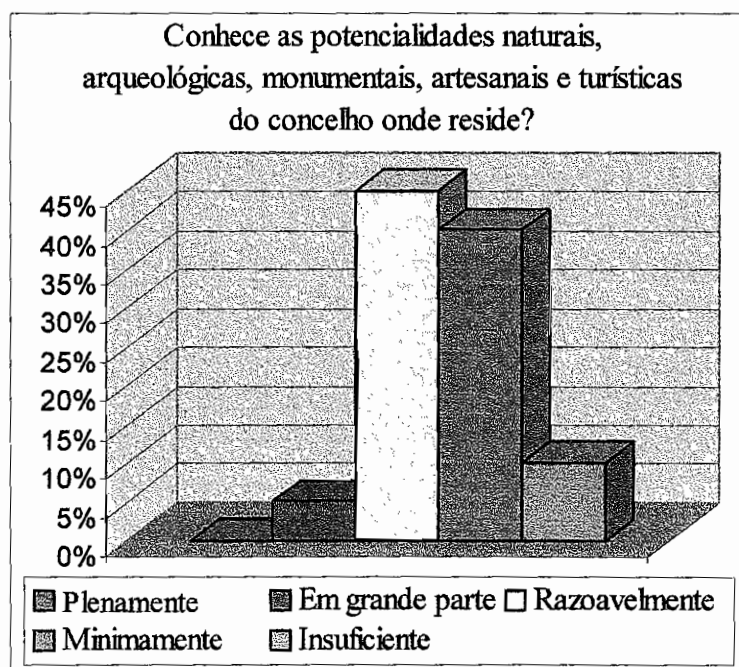
6 – Condições impulsionadoras de uma maior adesão

No que diz respeito, à questão de como é que cada um ocupava os seus tempos de lazer: 10% responderam que passavam o tempo a descansar, 20% a passear, 20% a ver televisão, 5% a ler, 30% no café, 6% a fazer trabalhos domésticos e 9% em outras ocupações.



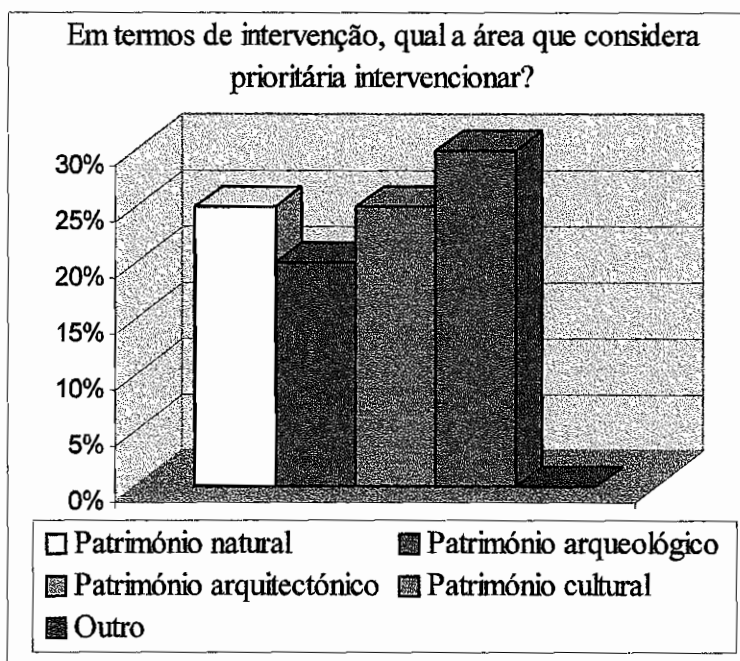
7 – Ocupação dos tempos livres

Quanto à pergunta, sobre o conhecimento que cada um tinha das potencialidades naturais, arqueológicas, monumentais, etnográficas e turísticas do concelho onde reside: 5% responderam que conheciam em grande parte, 45% razoavelmente, 40% minimamente e 10% insuficientemente.



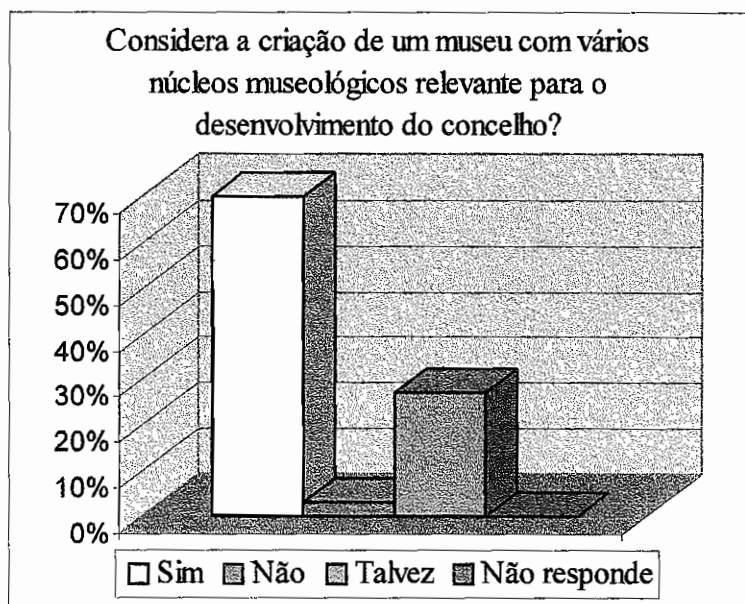
8 – Percentagem dos alvaizerenses conhecedores das potencialidades patrimoniais da região

De acordo com a outra questão, podemos dizer que: 25% dos inquiridos gostariam de ver preservados na região o património natural, 20% o património arqueológico, 25% o património arquitectónico e 30% o património cultural.



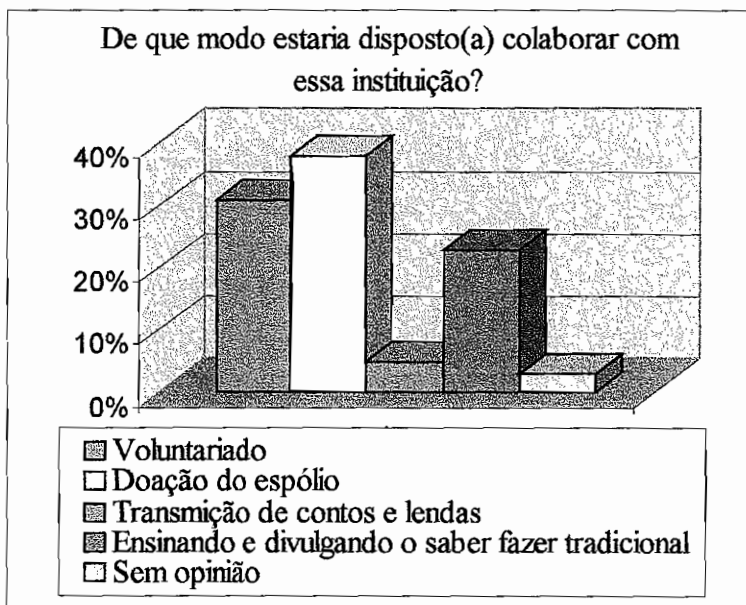
9 – Áreas prioritárias a intervir

Perante a ideia lançada, de que a criação de um Museu com vários núcleos museológicos, iria satisfazer e enriquecer (de forma lúdica) a população em geral, bem como o desenvolvimento concelhio, abrindo-lhe novos horizontes (numa perspectiva futura), 70% dos consultados manifestaram-se totalmente de acordo, 3% entenderam que não era vantajoso, 27% confessaram incertezas relativamente ao assunto.



10 – Percentagem de indivíduos que considera relevante a criação de um museu polinucleado

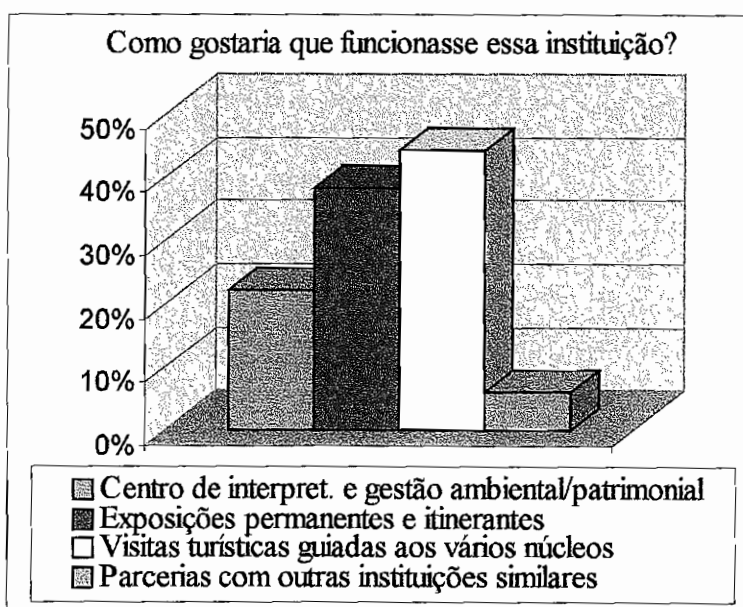
No que diz respeito, à disponibilidade de cada inquirido em colaborar com a eventual instituição, o balanço é francamente positivo. Ora vejamos: enquanto 31% pretendem oferecer os seus serviços como voluntários nas mais diversas situações, 38% estão dispostos a doarem algum espólio representativo da região, 5% não se importam de transmitir



11 – Diferentes disponibilidades de cooperação

os seus conhecimentos de contos e lendas locais, 23% dos inquiridos responderam estarem dispostos a colaborar, ensinando e divulgando os seus saberes tradicionais, 3% (devido provavelmente à idade) não têm opinião formulada sobre a matéria.

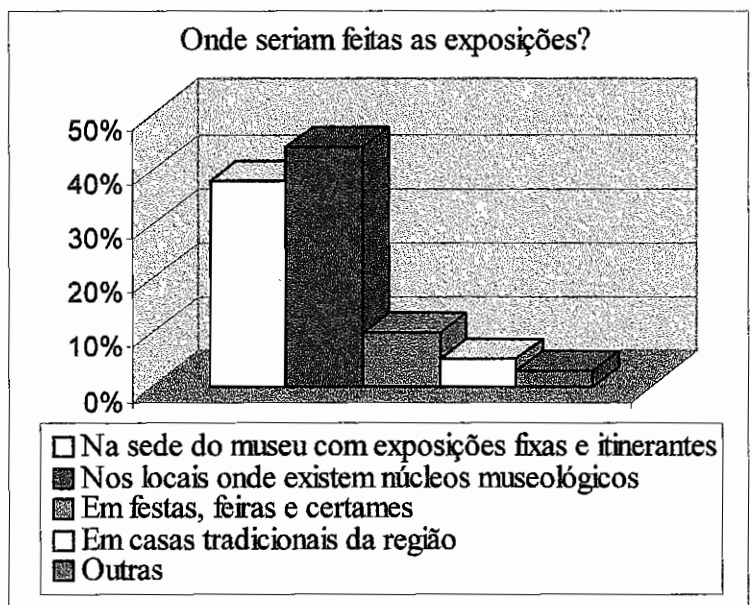
Respectivamente ao funcionamento da dita instituição, e mediante as hipóteses



12 – Opiniões diversificadas relativamente ao funcionamento da instituição

apresentadas, os consultados manifestaram-se nos seguintes termos: 18% acham que a instituição deve funcionar como um centro de interpretação e gestão ambiental/patrimonial de todo o concelho, 36% entendem que deve funcionar com exposições permanentes e/ou itinerantes, 41% gostariam que fossem efectuadas visitas turísticas guiadas aos vários núcleos museológicos, 5% consideram relevante para o funcionamento da mesma, as parcerias com outras instituições similares.

No que refere ao local onde seriam efectuadas as exposições, 38% dos inquiridos demonstraram preferência pelas exposições fixas e itinerantes a terem lugar na sede do Museu, 44% gostariam que as mesmas fossem realizadas *in situ*, ou seja, nos locais onde existem núcleos museológicos (como estações arqueológicas, grutas, algares, quintas, etc.), 10% em festas, feiras e certames, 5% em casas tradicionais das populações locais e 3% em outros locais.



13 – Locais onde seriam feitas as eventuais exposições

4.3 – Caracterização sócio-económica da comunidade Alvaiazerense, atendendo às suas necessidades

É sob a influência da Nova Museologia que pretendemos compreender a comunidade alvaiazerense, relacionando o homem com a sua realidade.

A expressão demográfica global aferida no concelho de Alvaiazerense nos Censos de 1991, assinala cerca de 9306 residentes, os quais eram distribuídos por sexo da seguinte forma: 4350 homens e 4956 mulheres (ver quadro 1), verificando-se uma densidade populacional de 58 hab/Km².

Quadro 1 – Densidade populacional nas freguesias e Município de Alvaiázere

Freguesias	Área/km2	População	Densidade - hão/km2
Almoster	25.58	962	37.60
Alvaiázere	32.32	1715	53.06
Maçãs de Caminho	07.66	430	56.13
Maçãs D. Maria	23.91	2292	95.86
Pelmá	29.91	1172	39.18
Pussos	24.99	1513	60.54
Rego da Murta	16.63	982	59.05
Município	161.00	9306	57.80

Fonte: P.D.M de Alvaiázere

Nas Estimativas Provisórias da População Residente em 31/12/95, a densidade populacional era de 54,41 hab/Km2, reduzindo-se assim o número para 8760 habitantes, dos quais 4090 eram do sexo masculino e 4670 eram do sexo feminino.

Com base nos dados preliminares dos Censos de 2001, existem neste concelho 8433 habitantes (dos quais 3987 pertencem ao sexo masculino e 4446 pertencem ao sexo feminino), registando-se um decréscimo da população residente relativamente aos Censos de 1991 (ver quadro 2).

Quadro 2 – Estimativa por freguesias da População residente em 2001

Freguesias	Área/km2	População Residente/2001
Almoster	25.58	791
Alvaiázere	32.32	1812
Maçãs de Caminho	07.66	396
Maçãs D. Maria	23.91	2178
Pelmá	29.91	980
Pussos	24.99	1327
Rego da Murta	16.63	949
Município	161.00	8433

Fonte: P.D.M de Alvaiázere

Outro aspecto que consideramos relevante referir, é a oscilação da Pirâmide Etária do concelho, entre os Censos de 1991 e a Estimativa Provisória de 1995. Enquanto que no primeiro caso ela revelava que: dos menos 1 ano aos 24 anos registavam-se 2666 habitantes; dos 25 aos 64 anos existiam 4303 habitantes; e dos 65 para a frente existiam 2337 (o que significava que a população idosa correspondia a 25,1% da população total do concelho). No segundo caso, registam-se dos habitantes com menos de 1 ano até aos de 24 anos cerca de 2460 residentes, dos 25 aos 64 anos 3190 habitantes e dos 65 e mais anos 2390 habitantes (traduzindo-se a população idosa em 27,2% da população total).

A estrutura demográfica é assim marcada pelo envelhecimento da população e por um desajuste na população por sexos.

Segundo os dados obtidos pelo Anuário Estatístico da Região Centro em 1996, alusivos às Estimativas de 1995, os Pensionistas Activos da região, correspondem a 56,36% da população total, o que se traduz na mais elevada percentagem da Região Centro.

De acordo com os dados obtidos em 1991 pelo Instituto Nacional de Estatística a taxa de actividade no concelho era de 33,5% e a de desemprego de 3,8%. Contudo, elas sofreram uma oscilação de 3,6% de acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro de 1996. De realçar que as mulheres lideram significativamente a lista de desempregados.

Com base nos Censos de 1991, 50,5% da população total do concelho (cerca de 4702) possui apenas o Ensino Básico. Tendo o analfabetismo elevada expressão a nível concelhio, com uma taxa de 21,5%.

Ao falarmos do concelho de Alvaiázere, falamos de um meio rural, onde a rejeição social se deve não só, ao isolamento geográfico a que a comunidade está inserida, bem como à escolaridade mínima obrigatória, à precariedade dos postos de trabalho, à inexistência de formação profissional, à dificuldade na obtenção de serviços e bens e ao reduzido número de transportes particulares e públicos que dificulta a deslocação dos habitantes, que de uma forma ou de outra têm que se deslocar pelos seus próprios meios, à “boleia” com vizinhos, de táxi, ou nos transportes escolares em período de aulas, em virtude de a rede de transportes públicos ser insuficiente para um concelho geograficamente disperso.

Mesmo existindo na sede de concelho um Pavilhão Gimnodesportivo e Piscinas Municipais, e em outras duas freguesias um Pavilhão Gimnodesportivo, a não existência de equipamentos desportivos, parques infantis, espaços de lazer, convívio e cultura, não satisfazem as carências da comunidade.

A falta de infra-estruturas e de equipamentos diversificados direccionados aos mais jovens, adolescentes, idosos, deficientes e restante população, que permitam uma ocupação

dos seus tempos livres, que valorize e potencie as suas capacidades, tem repercussões negativas nestas vivências.

Em termos habitacionais, podemos dizer grosso modo, que as casas estão dotadas de água potável, electricidade e instalações sanitárias, embora em alguns casos se verifique a falta da banheira ou do duche. Relativamente ao estado de conservação das mesmas, verificamos que em alguns casos existe degradação, devido à frágil e antiga construção, bem como à localização num sítio húmido, o que provoca problemas de humidade e mau cheiro nas habitações.

De referir que em cerca de 3469 habitações familiares no concelho (segundo os censos de 1991), 1795 (correspondente a cerca de 51,7% do total das casas), foram construídas entre 1919 e 1960.

No que refere ao Saneamento Básico, lamentavelmente o mesmo não cobre todo o concelho, já que, segundo os Censos de 1991, enquanto 6363 pessoas têm descargas para os esgotos particulares, 453 pessoas têm ligação à rede pública de esgotos.

Por tudo o que foi dito, consideramos que os comportamentos manifestados pelos diferentes elementos desta sociedade, são então o resultado das desigualdades de possibilidades manifestadas ao longo dos tempos.

Há famílias que não conseguiram ultrapassar as suas carências, deixando decorrer as suas vidas de uma forma desinteressada e quase que anti-social.

Podemos considerar a produção concelhia com muitas limitações. Muitos dos populares pertencem ao sector primário (63%), dedicando-se ao cultivo da hortofloricultura e

Quadro 3 - População e Sectores de Actividade.

Município de Alvaiázere – 1991		
População Residente - Actividade Económica por Sector (%)		
Sectores	Nº	%
Sector Primário	2850	63%
Sector Secundário (a)	730	16%
Sector Terciário	670	15%
Actividades mal definidas	300	7%
TOTAL	4550	100%

Fonte: P.D.M de Alvaiázere

(a)Inclui as indústrias Extractivas

Quadro 4 – População Activa por Sector de Actividade

População Residente Activa por sector de Actividade (%)			
Freguesias	Primário	Secundário	Terciário
Almoster	75,6%	13,6%	10,9%
Alvaiázere	38,8%	21,2%	40,0%
Maçãs de Caminho	51,8%	24,1%	24,1%
Maças de D. Maria	43,6%	35,8%	20,6%
Pelmá	63,6%	24,1%	12,2%
Pussos	54,1%	20,6%	25,3%
Rego da Murta	54,5%	28,5%	16,9%
Total Activos Município	2346	1053	945

Fonte: P.D.M de Alvaiázere

à criação de animais, baseando-se numa economia de subsistência complementada por baixas pensões, abonos de família, subsídios de desemprego e outros fundos da Segurança Social.

No entanto, o concelho dispõe de algumas indústrias transformadoras como por exemplo, carpintarias, fábrica de móveis e molduras, caixilharia e alumínio, confecções, indústria de cal, britadeira, construção civil e obras públicas. A indústria e o comércio/serviços apenas detêm 16% e 15% dos activos, respectivamente. Numa análise sucinta, podemos ver que à excepção da freguesia de Alvaiázere, onde predomina o sector terciário, todo o Município é maioritariamente agrícola (vd. quadro 3 e 4).

Para uma melhor compreensão do que foi referido anteriormente, não nos podemos esquecer que o concelho em estudo para além de ter um elevado índice de interioridade, é geograficamente muito disperso. Por isso, achamos relevante, debruçarmo-nos sobre as características das respectivas freguesias.

Mas antes de o fazermos queremos referir que os equipamentos existentes no Município de Alvaiázere, ao serviço da comunidade considerados como equipamentos de relevância supra municipal, devem ser referidos devido à importância e à contribuição por eles prestada a fim de projectar o Município numa escala regional.

Desse modo, a existência de estruturas e equipamentos de vária ordem, criam condições e expectativas legítimas para o surgimento de outros serviços e comércio, que contribuirão para o desenvolvimento do tecido sócio-económico do Município. A sua existência pressupõe, o cumprimento rigoroso da legislação em vigor (específica para cada

um deles) referente à edificabilidade nas áreas que são adjacentes, tal como para todos os outros equipamentos colectivos do referido Município.



3 - Concelho de Alvaiázere

A freguesia de Almoester, numa área de 25,58 Km² tem 997 habitantes, sendo 447 homens e 550 mulheres.

Existe na freguesia uma Junta de Freguesia, um Jardim-de-infância e duas Escolas do Ensino Básico, bem como uma extensão do Centro de Saúde, uma Farmácia, uma Associação Cultural e Recreativa (ASCRA) e o Mercado de Almoester.

A freguesia de Alvaiázere, devido à sua área geográfica de 32,32 Km² é a maior do concelho, tendo 1737 habitantes, dos quais 812 são homens e 925 são mulheres.

Em termos escolares, possui duas salas de Jardim-de-infância, quatro salas da Escola do Ensino Básico do 1º Ciclo, uma Escola E B 2 e 3, e uma Escola Tecnológica.

As Associações existentes, são os Bombeiros Voluntários, o Grupo Desportivo, a Sociedade Filarmónica, o Clube de Caçadores, a Associação Cultural e Recreativa (ACRA), a Associação de Cultura (ALVA CANTO), a Associação de Defesa do Património (AL-BAIAZ), o Centro de Voo Livre, o Centro Paroquial de Solidariedade com um A.T.L, e a Santa Casa da Misericórdia com um Lar de Idosos, um Centro de Dia, um Serviço de Apoio Domiciliário, um Hospital, uma Creche, um Jardim-de-infância e um Cine-Teatro.

A freguesia possui ainda a Câmara Municipal de Alvaiázere, a Biblioteca Municipal, a Casa da Cultura de Alvaiázere, uma Delegação do IPJ, a Junta de Freguesia, o Tribunal, as Finanças, a Tesouraria da Fazenda Pública, o Posto da G.N.R., as Finanças, o Centro de Saúde, um Laboratório de Análises, uma Farmácia, um Serviço Local da Segurança Social, um Gimnodesportivo, Piscinas Municipais (quer ao ar livre, quer cobertas), Estádio Municipal com Pista de Atletismo, um Equipa de Futebol (GDA), um Bairro Social (24 fogos de habitação), um Miradouro na Serra de Alvaiázere, um Campo de Tiro de Alvaiázere, Pistas de

Parapente e Asa Delta, uma Mata Municipal, um Pavilhão Gimnodesportivo, um Campo de Ténis de Piso Sintético, o Mercado de Alvaiázere, entre outros.

A freguesia mais pequena do concelho, é a de Maçãs de Caminho pois na sua área de 7,66 Km², existem 446 habitantes, sendo 215 homens e 231 mulheres.

Nela encontramos uma Junta de Freguesia, duas Escolas do Ensino Básico do 1º Ciclo e uma Associação de Apoio Social Cultural Desportivo e Recreativo.

A freguesia mais populosa é a de Maçãs de Dona Maria (23,91Km²) com 2384 habitantes, onde 1134 são homens e 1250 são mulheres.

Actualmente funcionam na freguesia uma Junta de Freguesia, um Jardim-de-infância e duas Escolas do Ensino Básico do 1º Ciclo, uma Associação da Casa do Povo com um Serviço de Apoio ao Domicílio, um Centro de Convívio e Serviço de Ambulâncias, um Lar de Idosos, uma Associação Cultural Recreativa e Desportiva (ACREDEM). É ainda servida por uma extensão do Centro de Saúde, uma Farmácia, um Gimnodesportivo, uma Praia Fluvial da Ribeira de Alge (em fase de conclusão) e um Mercado.

Em termos de área geográfica, a freguesia da Palmá é a segunda maior do concelho, com cerca de 29,91Km², possuindo uma população de 1186 habitantes, dos quais 556 são homens e 630 são mulheres.

Aí podemos encontrar, uma Junta de Freguesia, um Jardim-de-infância, três Escolas do Ensino Básico do 1º Ciclo, a Associação “Grupo dos Amigos de casais do Vento”, a Associação de Melhoramentos do Besteiro, a Associação de Melhoramentos da Venda do Preto, o Grupo Orientador de Festas e Obras da Avanteira, um Centro de Saúde e um Campo de Futebol de 5 de Casais dos Ventos.

A freguesia de Pussos tem uma área de 24,99 Km², nos quais estão distribuídos 1542 habitantes, sendo 714 homens e 828 mulheres.

Tem em funcionamento um Jardim-de-infância, três escolas do Ensino Básico do 1º Ciclo, um Pólo de Formação Profissional (CEARTE), o Mercado de Cabaços, uma Junta de Freguesia, uma extensão do Centro de Saúde, uma Farmácia e um Gimnodesportivo.

Como Associações, tem o Cabaços Sport Clube, a Associação Cultural Recreativa e Social da Freguesia de Pussos, um Serviço de Apoio Domiciliário, a Associação Cultural e Recreativa da Loureira e o Grupo Dinamizador Cultural de Cabaços (ao qual pertence o Rancho Folclórico da freguesia).

Por fim, a freguesia do Rego Murta, tem uma população de 1014 habitantes (472 homens e 542 mulheres), numa área de 16,63 Km².

Possui uma Junta de Freguesia, um Jardim-de-infância, uma Escola do Ensino Básico do 1º Ciclo, uma Associação Cultural e Recreativa e uma Extensão do Centro de Saúde.

5 – Organização do Museu local de Alvaiázere

5.1 – Explorar a musealização do território, do processo histórico e do património do concelho, por meio de referências ecológicas, etnográficas e arqueológicas

Proteger e valorizar o património regional é como vimos anteriormente uma forma de melhorar não só o seu território como também a sua identidade (suscitando um maior empenho da população, a qual exercerá a sua cidadania), tornando a região muito mais aprazível e atraente. No entanto, “...pode-se afirmar que quando o acto de preservar ocorre de forma descontextualizada e sem objectivo de uso, não se justifica. É preciso que a preservação seja entendida como um instrumento para o exercício da cidadania. A acção preservacionista deve ser um acto público transformador que proporcione a plena apropriação do bem pelo sujeito.

O exercício da cidadania só ocorre quando o indivíduo conhece a realidade na qual ele está inserido, a memória preservada, os acontecimentos actuais, entendendo as transformações e buscando um novo fazer.” (PRIMO, 1999:30)

Entendemos que este tipo de museu é um elemento preponderante para a recuperação, protecção e valorização da paisagem, da história, do património cultural e da economia da comunidade de Alvaiázere. Como tal, não deverão ser esquecidas as pessoas que desde os primórdios até à actualidade contribuíram de uma forma ou de outra, para a transformação da paisagem e para o faseamento de uma cultura regional.

Recuperar, conservar e dinamizar a cultura local tem no nosso entender um duplo valor: se por um lado estamos a valorizar o seu passado, por outro estamos a engrandecer o seu presente fazendo a articulação entre ambos de molde a uma sobrevivência futura.

Este museu deve então retratar a comunidade, as suas manifestações culturais e o meio envolvente, permitindo uma acção activa, participativa, crítica e transformadora, por parte da população. O seu espólio é então, constantemente renovado, apresentando assim uma imagem dinâmica e evolutiva, devido às transformações ambientais, sociais e culturais, traduzindo-se não só, no património proveniente de intervenções arqueológicas, como também no que resulta das doações da comunidade, bem como na compreensão da natureza, da sociedade e de todo o património cultural envolvente.

“A acção museológica deve criar situações que levem ao desenvolvimento e à reflexão da comunidade. Somente desta maneira estará contribuindo para uma educação que seja dialógica e libertadora, onde os indivíduos estejam capacitados a transformarem sua realidade. Este aspecto da museologia contemporânea é percebido no momento que o museu passa a ser considerado espaço de comunicação e trocas de saberes.

Por esta razão, a instituição Museu é valorizada não só pelo seu património edificado e suas colecções, mas também, e sobretudo, pela sua representatividade perante a comunidade na qual se insere.

Como resultado destas novas tendências de pensamento, a museologia actual consta de mais uma vertente: a museologia social cuja característica fundamental é a valorização do homem como sujeito participativo, crítico e consciente da sua realidade, facto que a nosso ver transcende a valorização da cultura material desvinculada da realidade social.” (PRIMO, 1999:34-35)

Tendo por base a Nova Museologia, ambicionamos um museu que não se limita unicamente a um edifício, mas a uma série de espaços dispersos pela região, cada um deles devidamente organizado e com a respectiva animação cultural, contribuindo para o desenvolvimento da consciência comunitária.

Assim sendo, entendemos que a organização de um Museu em Alvaiázere vocacionado para a valorização da região, do lazer, recreio e turismo, deverá repartir-se por vários núcleos museológicos com funcionamento descentralizado e articulado, sendo necessário a existência de infra-estruturas e equipamentos desejáveis.

Ao propormos a criação de pólos museológicos, deveremos ter nem conta o equilíbrio entre o ecossistema e o desenvolvimento das actividades sociais e económicas, isto é, temos simultaneamente que preservar e proteger a geologia, a paisagem, a flora, a fauna e os ribeiros, bem como incentivar as actividades (que de algum modo) têm a ver com o meio ambiente, como é o caso da agricultura, agro-pecuária, floresta e turismo.

Como já referimos, as nossas principais preocupações têm a ver com a preservação e manutenção do equilíbrio da natureza, com o intuito de promover investigações e de educar, criando actividades recreativas e culturais destinadas a um conhecimento não só das potencialidades da natureza, como também da cultura aí existente, de molde a dar a conhecer a memória e a história da região.

Essa estrutura polinucleada deve ser atractiva, pluriactiva e em permanente evolução, a fim de cativar uma população diversificada, nomeadamente:

- uma classe jovem, apresentando vários tipos de entretenimentos dinâmicos;
- grupos escolares, oferecendo formação e visitas organizadas aos diferentes locais, de acordo ou com as matérias leccionadas nas aulas ou com temas dinamizados pelos diferentes núcleos;
- comunidade local, apresentando espaços naturais, infra-estruturas, equipamentos e eventos (os quais podem e devem ser geridos pela própria comunidade, bem como proporcionar a sua distração e lazer);

- gentes dos concelhos limítrofes e região centro, oferecendo atributos locais de entretenimento e bem-estar, capazes de proporcionar férias, fins-de-semana e feriados bem passados;
- turistas de passagem, prestando um leque variado de serviços, que vão desde o turismo cultural, ao recreio e lazer.

Os componentes estruturantes do Museu de Alvaiázere são os seus núcleos museológicos, designadamente:

- Núcleo Sede, local de exposições, eventos culturais e gestão do território;
- Parque Natural, centrado na serra de Alvaiázere, que permite simultaneamente interpretar, proteger e desfrutar o meio ambiente e as suas riquezas naturais locais;
- Núcleo Arqueológico, disperso um pouco por todo o concelho, oferece um leque variado de sítios arqueológicos, uns já intervencionados, outros por intervir, cujos artefactos resultantes, deverão fazer parte do espólio existente no Núcleo sede;
- Núcleo Arquitectónico, constituído pelas casas tradicionais ainda existentes no concelho;
- Núcleo Etnográfico, com sede em Cabaços, mas com pólos dispersos um pouco por todo o concelho, caracterizado por artefactos (como testemunho da história social e humana da comunidade), pela recuperação de usos, costumes e profissões locais em vias de extinção, com intuito de manter viva a memória colectiva da região, bem como a autenticidade dos seus lugares;

Ao mesmo tempo deverão ser contemplados outros elementos de dinamização do concelho, como espaços de animação cultural, desporto, comércio, restauração, gastronomia, entre outros.

Por toda a região é relevante a concepção de trilhas interpretativas pedestres, de molde a enriquecer o lazer com a contemplação das riquezas naturais, culturais e científicas das respectivas zonas.

O Museu fará parte integrante da comunidade em causa, apresentando e questionando a sua cultura, suscitando a reflexão e promovendo o desenvolvimento local sustentado.

Em virtude de o museu local fazer parte de uma sociedade a qual é participativa no funcionamento do mesmo, entendemos que algumas das formas capazes da sua rentabilização, são: o conhecimento do património económico; o incentivo do trabalho de voluntariado e das acções de solidariedade (devendo os interessados ser informados ou até mesmo submetidos a

uma formação quer em gabinete, quer nos próprios pólos museológicos, favorável ao uso comunitário do património cultural regional), com o intuito de economizar o dinheiro público, evitando a acumulação de postos de trabalho por parte de cada indivíduo; o estabelecimento de protocolos com a comunidade escolar, para que os seus formadores possam ensinar e incentivar os formandos a conhecer e a participar nas actividades dinamizadas pelo museu; a divulgação à comunidade e aos turistas do património existente, bem como a partilha desse mesmo património, suscitam receitas aplicáveis ao desenvolvimento local; recuperar, preservar e valorizar o saber fazer tradicional, com vista à sobrevivência de tradições e ao desenvolvimento da actividade comercial, relativamente aos produtos regionais, necessitando para o efeito de apoio de empresários.

A implementação da rede Museográfica deve ser faseada, de acordo com as disponibilidades orçamentais, tomando como base os núcleos arqueológicos, etnográfico, para além do Museu-sede.

5.2 – Existência de uma quinta para sede do Museu

Ao ser adquirida (por parte da Câmara Municipal de Alvaiázere) uma Quinta abandonada, em pleno coração da vila, entendemos que a mesma, devido ao enquadramento no meio, é o sítio indicado para a implementação da sede do futuro Museu. O edifício de uma cave, dois pisos, um sótão amplo e respectivo anexo (vd. anexo 4 – Núcleo Sede, imagens, 3, 4, 5, 6 e 7), depois de devidamente recuperado, funcionará como um centro de investigação, de exposições locais/regionais, de exposições itinerantes, de gestão do território, de apoio à prática de acções de educação ambiental, de lazer, entre outras.

Pretendemos que os terrenos envolventes promovam a manutenção das actividades tradicionais (como a agricultura e a pastorícia), e que os próprios visitantes tenham contacto com essas práticas, tendo em vista a promoção cultural, social e económica da população residente.

Esta quinta (ainda que de uma forma limitada), poderá oferecer espaços desportivos e recreativos, desde que os mesmos contribuam para o bem-estar de todos os que de alguma forma lhe dão vida.

É nosso objectivo que o Museu faça parte integrante da comunidade e vice-versa, apresentando e questionando a sua cultura de uma forma dinâmica, o que de certa forma conduzirá a uma reflexão por parte de quem o visita.

É ainda importante que quer a sociedade local, quer os visitantes em geral compreendam o seu aspecto social e educativo, num mundo cada vez mais marcado pelas novas tecnologias, pela informação, pela comunicação e pela imagem.

Para que este projecto seja completo e por conseguinte um sucesso, não nos podemos esquecer das pessoas com algumas limitações que têm necessidades especiais, como é o caso dos deficientes motores, os deficientes mentais, os invisuais e os surdos. É então necessário fazer face a algumas limitações, de molde a facilitar a visita de tais pessoas, sem contudo criar discriminações e mal-estar aos indivíduos portadores das ditas deficiências, devendo para o efeito, todos os visitantes serem tratados de igual modo. A fim de salvaguardar essa situação, de dedicar espaço e tempo a adaptar (concebendo, planejando, montando e inaugurando) as exposições normais, em exposições também acessíveis a pessoas com deficiências, e finalmente receber as ditas pessoas, é indispensável a existência de um técnico qualificado para tais actividades.

Pelo referido, parece-nos inconcebível a existência de um ou mais espaços destinados única e exclusivamente a deficientes. Os espaços a existir, devem ser partilhados por todos os visitantes, apesar das adaptações a efectuar em alguns desses locais, nomeadamente a existência de um elevador (no Núcleo Sede), rampas para os locais de difícil acesso, inclusive no espaço natural (mas em harmonia com a paisagem), sanitários adaptados, pavimentos especiais, placas com textos legíveis, placas em braille, objectos tocáveis, recursos sonoros especiais para pessoas com dificuldades auditivas, entre outras.

5.2.1 – Distribuição dos espaços vitais, quer no interior, quer no exterior da casa já existente

Baseando-nos em J. Ribeiro (1993), consideramos a organização dos espaços abaixo mencionados, indispensáveis para o funcionamento do Núcleo Sede.

- a) reserva: é uma área de armazenamento de materiais diversificados, devendo a mesma reunir boas condições físicas, ambientais (e por conseguinte de conservação) e de equipamento apropriado para uma boa organização e metodologia de trabalho, a fim de os mesmos se adaptarem e sobreviverem a um ambiente que não é o seu.
- b) sala de controlo de entrada e saída de acervos: a fim de evitar a confusão e por conseguinte o desvio de bens culturais cedidos para exposições itinerantes, quer por parte do museu a organizar, quer por parte de outros museus, julgamos pertinente a existência de uma divisão para o registo de entrada e saída dos referidos bens.
- c) laboratório de tratamento, conservação (consolidações e tratamentos) e restauro: a existência de um espaço com 1 ou 2 Técnicos de Conservação e Restauro (já que cerca de 3 estudantes do concelho se encontram a

frequentar o curso referido anteriormente no Instituto Politécnico de Tomar), permitirá limpar, tratar e restaurar os materiais pertencentes ao museu, à comunidade concelhia e quem sabe às comunidades de outros concelhos. Em situações mais complexas, que exijam equipamentos tecnologicamente mais avançados e por conseguinte mais caros, poder-se-á através de um protocolo, recorrer aos serviços do mencionado Instituto Politécnico, ou de outras instituições especializadas na matéria.

- d) recepção: é uma zona social (de acolhimento central do núcleo), já que é aí que se dirigem todos os interessados e é nesse espaço que serão prestadas aos visitantes informações sobre o museu, as exposições, os locais a visitar, a comunidade e o património cultural da região, bem como, os sítios de uso gratuito e os que serão cobrados (devendo para o efeito, os preços estar afixados no local), as normas de protecção do património cultural e a existência de eventuais coimas no caso de danos.
- e) sector de animação: sala para crianças, dinamizada por uma educadora infantil, e por dois jovens voluntários, que irão pôr em prática um programa pedagógico, capaz de educar e divertir as crianças; sala de apoio e intercâmbio com a comunidade escolar; espaço polivalente de dimensões consideráveis para a realização de colóquios, encontros, seminários, congressos (versando especialmente temáticas culturais da região), reuniões, assinatura de protocolos, beberetes, lançamento de publicações diversificadas (estudos sobre a região, poesia, contos, revistas entre outros), exposições artísticas de artistas da região, espectáculos diversificados (de música, de dança, de teatro ou de natureza similar, protagonizados por elementos da região ou por grupos nacionais de reconhecido mérito, como é o caso de festivais, mostras e concursos) de molde a persuadir um leque variado de pessoas, a irem mais vezes ao museu; espaço de intercâmbio com a comunidade, onde a mesma poderá e deverá contribuir (através de iniciativas e solicitações) com as actividades museológicas desenvolvidas pela referida instituição; área para os ofícios tradicionais devidamente equipada, na qual algumas pessoas detentoras de saberes tradicionais irão voluntariamente em dias alternados demonstrar, ensinar ou ministrar breves cursos, sobre alguns desses saberes, podendo os interessados praticar as diversas artes, o que torna o espaço numa zona de trabalho e experimentação.

- f) salas de exposições fixas, nas quais pensamos (ser mais indicado) expor dados relativos ao concelho (a fim de estimular os interessados, a visitar os núcleos museológicos, já que os mesmos são uma extensão do que se encontra entre paredes), nomeadamente a natureza (fauna e flora), os sítios arqueológicos, o percurso histórico do concelho, o património arquitectónico, a economia e o saber fazer tradicional. Não nos esquecendo que as mesmas devem reunir boas condições de conservação, ambiente e segurança de acordo com o que se pretende expor.
- g) salas de exposições itinerantes, consideramos relevante a existência de pelo menos uma sala para exposições temporárias, em virtude de ser desejável a existência de protocolos entre a instituição que supostamente estamos a organizar e outras instituições similares, quer nacionais quer internacionais, que tenham os mesmos objectivos ou objectivos semelhantes.
- h) espaço destinado aos multimédia, a existência de um espaço destinado às novas tecnologias, acessível a qualquer visitante, é uma maneira atraente de fazer com que a mensagem (sobre o património cultural regional), possa chegar à comunidade, aos visitantes, e às populações de outras regiões, tornando-os um público fiel.
- i) biblioteca/espaço de investigação, em virtude de já existir uma biblioteca municipal, ambicionamos para o museu, uma pequena biblioteca inteiramente dedicada (em termos de livros, revistas, separatas, trabalhos de investigadores, fotografias, catálogos, jornais, cartas militares, vídeos, slides, CD-ROM e cassetes), ao museu e à região. Além de oferecer o material referido anteriormente, esse espaço deverá estar equipado com computador (com ligação à Internet), scanner, impressora, projector de slides e retroprojector, televisão, vídeo, aparelhagem, para que os estudantes, especialistas, visitantes e a comunidade em geral possam conhecer melhor a região e quem sabe, contribuir (com as suas investigações e saberes), para o enriquecimento das publicações existentes.
- j) espaços privados, como o gabinete do Director e a secretaria, os quais deverão reunir condições físicas e de equipamento (computadores, scanner, impressora, fax, fotocopiadora, entre outros), os quais irão auxiliar o tratamento burocrático da gestão do projecto, do seu Núcleo Sede e dos outros pólos museológicos), podendo ainda conceber-se nesses espaços planos de marketing, folhetos de propaganda, roteiros turísticos e visitas

guiadas. Outro aspecto que consideramos importante e que poderemos enquadrar nestes espaços é a existência de uma sala de primeiros socorros, para o caso de qualquer acidente.

- k) zona de segurança, é um compartimento onde se devem localizar os sistemas de alarme contra intrusão e roubo, o quadro eléctrico, a central de ar condicionado, bem como de detecção de incêndios. Deve ainda estar bem localizado relativamente às áreas que oferecem um maior risco de intrusão, roubo e incêndios, como é o caso da reserva, das salas de exposições, entre outras.
- l) áreas sociais: cafetaria/restaurante, entendemos ser um espaço desejável num projecto como este, em virtude de indagar e divulgar a gastronomia regional, e de prestar esses mesmos serviços, não só a funcionários, como também a voluntários (que colaborem com a instituição), visitantes e à comunidade em geral; sanitários; loja/livraria, onde poderão e deverão ser adquiridos produtos de fabrico tradicional local, bem como publicações, postais e vídeos sobre o museu e tudo o que tenha a ver com a região (natureza, arqueologia, história, património arquitectónico, usos e costumes tradicionais); jardins, locais de lazer onde os visitantes e a comunidade poderão desfrutar de agradáveis momentos de descanso ou convívio; parque de merendas, serve todos aqueles que preferem trazer refeição ou lanche de suas casas, quer pelo convívio com outras pessoas em igualdade de circunstâncias, quer por dificuldades financeiras.
- m) estacionamento, tratando-se de uma instituição pública, é de todo conveniente que esta ofereça aos seus utentes um parque de estacionamento com uma área bem definida (com a demarcação física), a fim de evitar estacionamentos por toda a parte. No entanto, e dadas as limitações espaciais, o mesmo deverá destinar-se apenas aos visitantes.
- n) a fim de serem desenvolvidos estudos e trabalhos sobre o concelho, achamos importante a existência de pelo menos 3 quartos, com 2 camas cada, com o intuito de albergar possíveis estudantes e investigadores.

Não pretendemos um Núcleo Sede imutável, antes pelo contrário, ambicionamos programas diversificados, planeados de acordo com um calendário previamente estabelecido, bem como um aumento gradual do seu espólio, o qual poderá ser distribuído por temas e períodos nas várias instalações pertencentes ao núcleo.

Quer a comunidade local, quer os visitantes em geral, deverão ter a ideia de que o museu é mutável, dinâmico e atractivo, suscitando por isso um interesse constante a quem o visita. A mensagem de que vale sempre a pena visitar ou visitar o museu, é uma estratégia que poderá atrair e manter visitantes fiéis.

O Núcleo Sede que ambicionamos nunca poderá ser um organismo estanque, já que estará enquadrado num meio (local e regional), caracterizado por um património cultural, com a vertente natural, arqueológica, arquitectónica e etnográfica, que pelo seu interesse e riqueza patrimonial, levará à criação de outros núcleos museológicos. A criação e gestão desses pólos deverá ser da responsabilidade do Núcleo Sede, pressupondo tal como na sede, uma planificação a curto, médio e longo prazo, das actividades dos referidos pólos. Assim sendo, o Núcleo Sede além de proporcionar um conhecimento vasto quer da comunidade local, quer do seu património cultural, será a principal instituição dinamizadora de diversas actividades, como exposições temáticas, feiras, festas, festivais, roteiros turísticos, entre outras. Logo, os visitantes ficarão a conhecer não só os núcleos museológicos como também a realidade da região, em virtude dos programas concebidos para o efeito. Nestes termos, o museu dinamizará a vida social e cultural da sociedade envolvente, ao mesmo tempo que contribui para a divulgação dessa sociedade, nos mais diversos aspectos.

5.3 – Parque Natural na Serra de Alvaiázere

A serra de Alvaiázere (vd. anexo 5 – Parque Natural, imagens 8, 9, 10 e 11), possui vários sítios que pela beleza e carácter endógeno constituem uma relevante riqueza natural. Ao propormos a criação de um Parque Natural protegido na referida serra, baseamo-nos na presença de espécies e habitats naturais incluídos na Directiva 92/43/CEE, e na existência de espécies localizadas ou julgadas raras e ameaçadas (vd. anexo 5 – Parque Natural).

Com a criação do referido Parque, ambicionamos não só proteger e conservar a natureza, como também o património cultural a ela ligado, bem como, contribuir para a animação e para o desenvolvimento sócio-económico da região. Ele deverá então abranger o meio físico, geográfico, biológico, histórico, cultural, social e económico da região.

A organização e funcionalidade do mesmo implicam o empenho e dinamismo das instituições e da população da área envolvente. Aí a comunidade poderá e deverá prestar o seu contributo em toda a sua dinamização, como por exemplo, na conciliação das actividades humanas com as de reconstituição e preservação de habitats naturais, na vigilância e protecção dos animais nos seus habitats naturais contra a caça furtiva, no plantio de árvores, na sensibilização dos visitantes (que procuram o contacto directo com a natureza, no intuito de a conhecer e desfrutar das suas riquezas naturais) para o respeito com a vida selvagem, na

prestação de informações aos mesmos, sobre as áreas de recreio, itinerários guiados ou autónomos, centros de acolhimento, entre outros.

Os seus espaços deverão ser caracterizados por paisagens naturais, semi-naturais, florestais e de actividades tradicionais. Em toda a sua área serão dinamizados os ecossistemas e de uma forma em especial a recuperação de espécies típicas.

Neste parque, as actividades ao ar livre, no campo do pedestrianismo, cicloturismo de montanha, ecoturismo, espeleologia, arqueologia, entre outras, serão indispensáveis, com o intuito de enaltecer, informar, consciencializar, promover, defender e preservar o património natural, semi-natural e monumental.

O desejo de conhecimento aliado à descoberta, ao risco e ao lazer permitem à comunidade e aos visitantes, o convívio com o passado e presente cultural da região.

Pretendemos que este Parque Natural regional tenha uma qualidade indiscutível através dos serviços prestados aos utentes. Tornando-se um potencial veículo de promoção dos produtos agrícolas e artesanais da região e contribuindo para a dinamização financeira dos mesmos.

5.3.1 - Recuperação de caminhos e abrigos

Ao percorrermos estas terras, estamos a caminhar pela natureza e simultaneamente a familiarizarmo-nos com ela, tomando conhecimento das características ecológicas e arquitectónicas da zona. Como tal, é indispensável recuperar e/ou criar percursos pedestres, que (por vezes) permitem encontrar e explorar antigos caminhos romanos que passavam nesta região.

Em certos casos, os caminhos pedestres passam junto de abrigos naturais, como é o caso das cavernas e das grutas. Assim sendo, é conveniente proceder à recuperação, conservação e limpeza destes espaços, quer no seu interior, quer no seu exterior, com o intuito de promover o turismo de natureza.

5.3.2 - Reflorestação de uma parte do Parque, com espécies autóctones

A Serra de Alvaiázere é um espaço natural de características calcárias, magnificamente desenhado na paisagem pertencente à zona do Pinhal Norte. Nela podemos observar, além dos seus 618 metros de altitude e dos quatro quilómetros de comprimento, características que a tornam única. A par da sua atractiva harmonia selvagem, de onde salientamos a superfície irregular (cujas entranhas escondem misteriosas cavidades naturais), encontramos alguma diversidade em termos da fauna e da flora.

As condições atmosféricas (chuva, vento e sol, que intensificam o processo de erosão), o sobrepastoreio praticado pelo gado ovino e caprino desde há muito tempo a esta parte, (comprometendo a regeneração de certas espécies características, o que condiciona a evolução da sucessão natural), a caça furtiva, a desflorestação e os fogos, são alguns dos problemas ambientais que existiram ou ainda subsistem na referida Serra, tornando-a mais despida e desprotegida

Assim sendo, e a fim de evitar uma descaracterização da mesma, propomos por um lado, a protecção da vegetação e fauna existente e por outro a reflorestação de uma parte da Serra com espécies nativas. O carrasco, o alecrim, a murta, o rosmaninho, a urze, o zambujeiro, a azinheira, o carvalho português, a oliveira e o sobreiro, o pinheiro (em certos sítios), são algumas das espécies vegetais que convêm salvaguardar.

Para o efeito, achamos conveniente consciencializar e educar toda comunidade, e se possível, obter alguns apoios de entidades públicas e privadas, como por exemplo, Câmara Municipal, Ministério do Ambiente, Instituto Florestal, Associações de Protecção do Meio Ambiente, Escolas, não esquecendo os eventuais voluntários, entre outros.

5.3.3 – Miradouro

A existência de um miradouro com materiais e características arquitectónicas similares a outros miradouros construídos nas serras vizinhas, nomeadamente pedra, azulejo, vigas de madeira, e relógio de sol, pode e deve constituir um observatório privilegiado, permitindo ao visitante:

- observar o vasto horizonte, desfrutando não só de uma vista magnífica e diversificada das belas planícies locais e das longínquas manchas verdes (o que a nosso ver proporciona uma agradável harmonia cromática, que se estende para lá dos limites do concelho), bem como de uma fresca e saudável brisa a bater-lhe no rosto;
- contemplar a dinâmica da natureza, da geologia, da fauna, da flora, da história e em certos casos da comunidade e da sua economia;
- perceber que essa serra, ainda hoje é utilizada por algumas pessoas, não só para efeitos de pastagem de animais, como também para efeitos de turismo;
- estabelecer laços com os locais envolventes, as suas gentes e a suas memórias;
- conhecer, compreender e até mesmo identificar-se com a identidade individual e colectiva destas pessoas.

Desse modo, a relevância deste local de recreio e lazer, tem a ver com as suas funções turísticas, educativas (consciencialização para a preservação do meio ambiente), recreativas e culturais.

5.3.4 - Construção de um parque de merendas

A necessidade de criação de um parque de merendas num espaço abrigado (aos fortes ventos) da Serra de Alvaíazere é indiscutível. Já que, após visitar os diversos pontos de interesse na referida Serra, nada melhor que uma pausa, para um piquenique no dito parque.

Entendemos, que a par da construção de um forno típico (com grelhador) e de W.C., é necessário a colocação de mesas e bancos (tudo em calcário, já que é a rocha característica da região), bem como a colocação de recipientes para o lixo. Tudo isto deverá situar-se num espaço, cuja vegetação seja tipicamente Alvaiazerense. Nem que para o efeito se tenham que plantar espécies em vias de extinção.

5.3.5 - Recipientes para o lixo nas áreas de recreio e remoção semanal

Além dos usuais contentores para o lixo, junto às casas particulares e instituições públicas, a autarquia deverá colocar recipientes para o lixo, em locais mais isolados (do centro da vila ou das aldeias), com o intuito de tornar mais limpo o meio ambiente. Só assim a própria natureza usufruirá e proporcionará aos visitantes boas condições ambientais, suscitando a estes últimos, o dever de contribuir para a manutenção ambiental, através da colocação do lixo nos respectivos recipientes.

Relativamente à recolha do mesmo, ela deverá ser feita (no mínimo) duas vezes por semana, uma vez que em zonas de piquenique os restos alimentares depositados nos caixotes do lixo, entrarão em deterioração, provocando um ambiente desagradável, para quem dele queira fazer uso.

Além dos funcionários camarários, é desejável e necessário implementar uma estratégia de educação ambiental que envolva todas as escolas, associações de defesa do ambiente do concelho, bem como eventuais voluntários, com o intuito de que os mesmos possam contribuir para a recolha de lixo e para a preservação da natureza. É ainda nosso objectivo, sensibilizar as entidades públicas e privadas e a população em geral para que as mesmas procurem economizar, preservar e reciclar, isto é, procedam à gestão de desperdícios, à recolha de lixo e ao uso da reciclagem, a fim de que as mesmas possam usufruir de um meio ambiente saudável.

5.3.6 – Informação ao visitante para que cuide do Parque

A protecção e o respeito pelo meio ambiente conduzem à sobrevivência do mesmo. Como tal, é imperativo o estabelecimento de normas à visita dos espaços naturais, com especial rigor para as áreas protegidas. Caso as mesmas não sejam cumpridas, achamos necessário a aplicação de coimas, com o intuito de consciencializar e responsabilizar os eventuais responsáveis.

De forma a salvaguardar o património natural e cultural, sem privar a comunidade e os turistas de contemplar e desfrutar o seu património natural, paisagístico e cultural, entendemos o seguinte:

- a) os responsáveis pela gestão do património local, sediados no Núcleo Sede, deverão elaborar vários panfletos informativos sobre o concelho, onde deverão ser mencionados os cuidados a ter com a natureza e as eventuais multas em caso de desrespeito;
- b) no Núcleo Sede, bem como em outros núcleos, os funcionários, ou voluntários de serviço, deverão não só informar de uma forma pormenorizada os visitantes sobre o património cultural e o contexto onde o mesmo está inserido, como também alertar todos os visitantes do cuidado a ter com os sítios a visitar, indicando-lhes a atitude correcta para cada sítio, já que comportamentos incorrectos ou descuidados poderão ser nocivos para o património cultural, e por conseguinte, passíveis de coimas pré-definidas.
- c) a equipa prestadora de serviços deverá ser preferencialmente da região, tendo para o efeito, conhecimentos diversificados da mesma, nomeadamente, meio ambiente, arqueologia, história, arquitectura e etnografia. Relativamente à formação dessas pessoas, ela será da responsabilidade não só do próprio museu como também de outras instituições.
- d) a comunidade deverá ser consciencializada e incentivada a participar activamente na protecção do seu património natural e cultural, avisando o Núcleo Sede de qualquer anomalia.

5.3.7 – Trilhas de descoberta da natureza

É importante a concepção de trilhas pedestres interpretativas, as quais permitem um contacto directo, quer da comunidade, quer dos visitantes, com os espaços naturais e humanizados, informando-os sobre as características e inter-relações do meio envolvente.

Ao estudar, percorrer e definir caminhos, temos que ter a preocupação de incluir zonas naturais, florestais, agrícolas, arqueológicas, arquitectónicas e etnográficas. Os caminhos pedestres a conceber, deverão proporcionar aos visitantes um percurso agradável e seguro, sendo desejável a existência de uma certa largura nos mesmos, já que trilhas estreitas poderão condicionar a movimentação dos visitantes. Por outro lado, a existência de placas de sinalização, locais de descanso com sombras, bancos e recipientes para o lixo, poderão tornar os percursos pedestres mais atraentes.

A fim de proporcionar uma visita autoguiada aos interessados, deverão ser colocados ao longo dos percursos pedestres, painéis informativos, que informem e orientem os interessados, sobre os caminhos existentes (principais e secundários), os locais a visitar e as suas características. Caso contrário, o visitante permanecerá na ignorância relativamente à riqueza da região, desconhecendo assim as suas características, pois a sua visita não passará de mera observação visual.

Quanto à apresentação desses painéis, pensamos que os mesmos devem ser homogêneos em sintonia com a região, não suscitando poluição visual. O seu conteúdo deve ser indicativo (da localização dos sítios, das distâncias, da dificuldade do percurso), explicativo e informativo (dos cuidados a ter com o património), utilizando uma linguagem objectiva e clara, acessível a toda a população (incluindo as crianças), sendo a sua distribuição repartida pelos percursos do património natural e cultural (de acordo com o interesse dos sítios), com especial incidência no início dos percursos e nos locais de repouso.

Em caso de interesse em informações mais pormenorizadas, as mesmas poderão ser obtidas nos desdobráveis ou brochuras interpretativas previamente concebidas e disponibilizadas quer nos postos de turismo, quer nos núcleos museológicos, bem como no centro cultural e na biblioteca municipal.

Sempre que seja solicitado por escolas ou outro tipo de grupos visitantes, informações mais pormenorizadas sobre a região, disponibilizar-se-á um guia a fim de o mesmo, efectuar a visita guiada.

5.3.8 – Áreas de lazer para repouso, passeios, piqueniques e exercício físico

Segundo um trabalho técnico-científico a ser apresentado no XX I ENBETUR – Encontro Nacional de Turismo – Fortaleza CE em 2000, Dumazedier, define lazer como “O único conteúdo do tempo orientado para realização da pessoa como fim último. Este tempo é outorgado ao indivíduo pela sociedade quando este se desempenhou, segundo as normas sociais do momento, de suas obrigações profissionais, familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas. É um tempo que a redução da obrigação do trabalho e das obrigações familiares, a

regressão das obrigações sócio-espirituais e a libertação das obrigações sócio-políticas tomam disponível;(...) (cf. DUMAZEDIER, 1974, pp. 91-92)”.
<http://www.abbtur.com.br/CONTEUDO/trabalhos/trab14.htm>, pp. 8-9

Nos últimos anos, as pessoas talvez cansadas da rotina e do cansaço quotidiano nos meios urbanos, bem como, movidas por preocupações ambientais e ecológicas, têm procurado sítios mais diversificados onde possam passar os seus tempos livres e de lazer. Desses locais, de referir a crescente procura do turismo de natureza, também conhecido por ecoturismo, no qual os interessados poderão contactar com um património natural e cultural diversificado, bem como com as suas comunidades e respectivas culturas. Desse modo, o aumento dos interesses turísticos em meios naturais, promove não só uma política de respeito e protecção pelo meio ambiente e pelas comunidades locais, como também um envolvimento económico e cultural das referidas comunidades, que por sua vez suscitará uma melhoria e diversificação da oferta e da actividade turística, que em conjunto levam ao desenvolvimento local de uma região.

A criação de espaços ao ar livre destinados ao turismo, repouso, passeios, piqueniques e exercício físico, visa a divulgação do meio ambiente local, cativando e atraindo um grande número de visitantes, sem que daí resulte uma deterioração da paisagem, uma vez que devem ser cumpridas normas de visitação, previamente estabelecidas.

Desse modo, os parques de lazer devem ser espaços multifacetados, capazes de atrair e satisfazer os diferentes interesses das pessoas, as quais pertencem não só a vários níveis sócio-económicos, como também a várias camadas etárias.

As actividades e as áreas de lazer que podemos encontrar na região em estudo, encontram-se espalhadas um pouco por todo o concelho (vd. Anexo 9 – Roteiros Turísticos).

5.4 – Valorização e recuperação do património arqueológico

Dada a riqueza arqueológica existente no concelho, consideramos importante a criação de um Núcleo Arqueológico pertencente ao Museu, o qual deverá abranger todas as estações arqueológicas inventariadas até ao momento na região (vd. anexo 6 – Núcleo Arqueológico).

Além da inventariação, consideramos relevante a existência de um plano de intervenção, preservação, relacionamento e divulgação dos sítios arqueológicos. O Núcleo sede deverá apoiar a investigação, recuperação, preservação e valorização do património arqueológico existente, de molde a estruturar circuitos arqueológicos que possam contribuir para o desenvolvimento cultural/turístico da região. Para que tal objectivo possa ser concretizado, são necessárias escavações arqueológicas, acções de limpeza, conservação e restauro *in situ*, valorização dos sítios arqueológicos, musealização dos mesmos, criação de

sinalização próxima e local, definição das zonas de protecção, instalação de vedações indicadas (a fim de evitar actos vandalistas), bons acessos, elaboração de suportes informativos, edição de textos e divulgação. Só desse modo, será possível cativar os menos entendidos na matéria, e suscitar maior interesse pela arqueologia da região aos especialistas, investigadores e estudantes da área.

5.4.1 – Visitas organizadas a sítios arqueológicos

A existência de inúmeros sítios arqueológicos no concelho, a elaboração de um estudo mais aprofundado, a sua valorização (escolha e sinalização dos sítios mais relevantes, que possam ser incluídos em itinerários culturais pedestres, de bicicleta ou motorizados, de acordo com a acessibilidade), a sua divulgação e quem sabe a sua animação, torná-los-á potenciais pólos de atracção turística. No nosso entender a existência de pelo menos dois ou três sítios em constante actividade arqueológica, como por exemplo, a Anta 1 do Rego da Murta e o castro da serra de Alvaiázere/Alv1 (vd. anexo 6 – Núcleo Arqueológico, imagem 27 e 28), bem como a Rominha, convertê-los-á em pontos de visita obrigatórios e frequentes, às comunidades escolares existentes no concelho, a outros grupos de alunos, a investigadores, à população envolvente e aos turistas em geral.

Ao serem criadas condições de visita frequentes, estar-se-á a contribuir não só para o aumento do fluxo de visitantes, como também para a divulgação de tais espaços patrimoniais.

Apesar dos folhetos explicativos e das placas informativas a existir em cada sítio, seria desejável que as visitas decorressem na companhia de uma pessoa (que poderia eventualmente pertencer às equipas de escavação dos respectivos locais), conhecedora das características da zona, do sítio arqueológico, dos artefactos provenientes das escavações, bem como das tarefas desenvolvidas ou a desenvolver em cada local.

5.5 – Valorização do património arquitectónico com a recuperação de casas típicas

Segundo o documento resultante da reunião em 1976 do Conselho da Europa, subordinada ao tema “Arquitectura Rural no Ordenamento do Território” (1999:177-182), existem seis pontos que traduzem o estado da Arquitectura Rural no Ordenamento do Território, que nos interessa referir.

O primeiro e o segundo desses pontos referem-se ao perigo de extinção de que estão a ser alvo, quer a arquitectura, quer a paisagem rural, devido a dois factores distintos: um, atribuível a uma agricultura cada vez mais explorada em termos industriais (o que pode causar alguns perigos no meio ambiente), e outro, resultante do afastamento dos campos agrícolas,

quando a agricultura deixa de ser lucrativa, o que pode provocar uma erosão precoce dos terrenos agrícolas.

O terceiro ponto, defende para a protecção do meio ambiente europeu, não só a necessidade de cumprimento das normas ecológicas nos desenvolvimentos técnicos, mas também a aplicação de técnicas e meios na conservação e uso da arquitectura rural, a qual está associada a um vasto património paisagístico humanizado na Europa.

O quarto ponto, diz-nos que os problemas referidos anteriormente resultam do estado social e económico dos meios rurais, havendo a necessidade de os resolver, o que torna indispensável o empenho das eventuais colectividades interessadas.

O quinto ponto, garante que o progresso de uma região passa não só, pela distribuição coerente das pessoas nessa mesma região, como também, pelo aumento de postos de trabalho e o apoio e desenvolvimento de certas actividades, como é o caso da agricultura tradicional, as pequenas indústrias, o artesanato, as actividades de lazer, entre outras.

No sexto ponto do documento, de salientar que a protecção da arquitectura tradicional e da paisagem, constituem duas preocupações fundamentais para o ordenamento do território, realizáveis a longo prazo, já que dependem do relacionamento entre o homem e o seu meio ambiente.

Ao basear-nos no referido documento e nas conclusões dos que contribuíram para a sua existência, pretendemos justificar a importância da valorização do património arquitectónico rural na região em estudo. Desse modo, são de salientar os seguintes aspectos:

- o património arquitectónico rural, tem interesse não só em termos estéticos, mas também em termos comunitários, por fazer parte da história individual e colectiva de uma comunidade, traduzindo quer a sua sabedoria, quer a sua memória colectiva;
- deve constituir interesse, fazendo parte (de uma forma coerente) do património rural, quer a arquitectura aglomerada quer a isolada, que directa ou indirectamente estejam associadas à agricultura, à criação de animais e por conseguinte à pastorícia, à exploração das florestas, à importância histórica, arqueológica, artística, lendária e social;
- a conservação, protecção e valorização desse património é fundamental para a sobrevivência da cultura de um local, e por conseguinte de um povo, cuja extinção seria irremediável para o património cultural em geral;
- as alterações inadequadas à arquitectura existente, quer pelas modificações estéticas descontextualizadas, quer pelos materiais utilizados, são a nosso

ver de evitar, em virtude de conduzirem a uma descaracterização do meio rural;

- o progresso é muitas vezes responsável pelo êxodo rural, resultando daí mutações sociais e económicas para a região, nomeadamente um número acrescido de população idosa agrícola, a deterioração e desaparecimento do património existente e a apropriação (por parte de residentes de outros locais) de casas desertificadas, modificando as suas características originais;
- os meios rurais necessitam de ter e proporcionar uma melhor qualidade de vida, quer aos seus habitantes, quer aos seus visitantes;
- a preservação da arquitectura rural deve ser integrada no plano económico e de ordenamento do território;
- apoiar e modernizar a agricultura pouco rentável, com eventuais ajudas públicas;
- criação e promoção de postos de trabalho (especialmente para os jovens) um pouco por toda a região, intensificando-se nas zonas cuja população é maioritariamente envelhecida, ou nos locais mais dados ao abandono populacional;
- promoção de cursos de formação profissional de artesãos, em várias áreas, como por exemplo da construção, habilitando-os a restaurar casas tradicionais;
- por fim, a valorização da arquitectura rural de acordo com o ordenamento do território implica um inventário não só da arquitectura existente (em termos da sua história, da sua estética e da sua conservação), como também do valor dos seus espaços naturais.

Relativamente à recuperação, conservação e valorização do património arquitectónico rural C. Moreira (1996) defende:

“Hoje não se discute mais (?) a necessidade de salvaguardar uma casa solarenga, uma bela residência burguesa, um convento ou até uma simples capela do séc. XVI ou XV, mas a perspectiva é menos favorável quando se trata de preservar da demolição, de uma alteração, de uma transformação outros elementos do património rural tradicional – casas, estábulos, anexos e dependências de quintas, fornos e lagares comunitários, espigueiros, e, que também eles contribuíram para dar aos sítios rurais o seu carácter.

São construções agrícolas que não apresentam um valor histórico particular mas têm importância determinante no aspecto geral do sítio construído e o seu valor como património tem sido sempre subestimado.

Importa conservar estas construções tão intactas quanto possível do ponto de vista da sua estrutura e do seu carácter, pois reflectem o modo de vida dos camponeses através dos séculos e são o resultado de um diálogo constante entre o homem e a natureza.” (MOREIRA, 1996:31)

Segundo o Plano Director Municipal de Alvaiázere (1997), são autorizadas nos Espaços Naturais, as seguintes actividades: a recuperação, reconstituição, alteração e ampliação de edifícios de habitação, o turismo rural, o agro-turismo, o turismo de habitação e a florestação (exceptuando as espécies de crescimento rápido).

Essas medidas procuram dinamizar o sector habitacional, quer em termos de habitação, quer em termos de turismo de qualidade, conservando a qualidade ambiental e paisagística.

Desse modo, e a fim de revitalizar, valorizar e conservar a identidade arquitectónica da região em estudo, deverão ser promovidos estudos sobre a arquitectura tradicional, bem como a promoção da recuperação e/ou preservação do património construído, e ainda a dinamização de uma arquitectura integrada no meio ambiente regional. A reabilitação arquitectónica, o restauro de edifícios de forma a respeitar a arquitectura regional, o arranjo de fachadas, a recuperação e revalorização de edifícios abandonados e o embelezamento das ruas aumenta a atractividade do território, tornando a vila e as aldeias em potenciais pólos turísticos. São exemplos disso, a casa rústica do agricultor, o forno, a adega, as arrecadações, os estábulos, a eira, o moinho, o lagar, entre outras. No concelho de Alvaiázere existem poucas construções típicas que tenham sido alvo de restauro e valorização. Um desses exemplos é a casa de turismo rural existente no lugar da Boca da Mata (vd. anexo 7 – Núcleo Arquitectónico, imagem 44), cuja reconstituição foi da exclusiva responsabilidade do seu proprietário o senhor Adriano Freitas.

Além dessa recuperação, Alvaiázere necessita que as características arquitectónicas e urbanísticas de outros imóveis (de interesse histórico municipal) sejam recuperadas, preservadas e simultaneamente classificadas

Por isso apresentamos alguns imóveis que devem ser intervencionados e classificados, com o intuito de evitar erros cometidos no passado, como os da década de 1980, em que foram viabilizados pela autarquia atentados à arquitectura típica do Município, (nomeadamente, demolições de edifícios seculares e alterações das suas fachadas, entre outros excessos), por haver uma lacuna no Plano Director Municipal de Alvaiázere no que refere à

preservação e inventariação dos imóveis de interesse Municipal. É então urgente, intervencionar e classificar os mesmos, para que se possa salvaguardar a arquitectura típica dos meios rurais, bem como organizar um Centro Histórico na Vila de Alvaíazere evitando desse modo, o desvirtuamento e descaracterização quer da sede do Município, quer do restante concelho (vd. anexo 7 – Núcleo Arquitectónico, alguns dos imóveis particulares que julgamos pertinente para o Município classificar).

5.6 – Valorização do saber fazer tradicional, artesanato e artístico

A nossa ideia é favorável à criação da imagem e ao tratamento turístico de percursos, com o intuito de dar a conhecer a região.

Não nos esqueçamos que a mesma é caracterizada por pessoas que vivem ainda de certos hábitos antigos nomeadamente a actividade agrícola, a pastorícia, a gastronomia (entre outras), elevando a riqueza cultural destes locais (vd. anexo 8 – Núcleo Etnográfico).

Assim sendo, pretendemos recuperar, salvaguardar a vida e a cultura da comunidade, que está ameaçada de transformação ou desaparecimento, devido ao progresso, no que se refere:

- ao lar (habitação tradicional, mobiliário, utensílios caseiros, hábitos familiares, traje), à alimentação e aos usos e costumes tradicionais.
- à agricultura de subsistência, fazendo com que muitas terras (pequenas propriedades transmitidas secularmente de pais para filhos) deixem de estar repletas de mato; o cultivo e malha do centeio e do trigo; o cultivo do milho, a descamisada (cuja espiga de milho permite a obtenção de farinha para o fabrico de pão caseiro, que é cosido no forno a lenha); a moagem do centeio e do milho em moinhos de vento e de água; a apanha da azeitona e a transformação da mesma em azeite; o cultivo da uva, a vindima e a transformação da uva; o cultivo do linho e a sua transformação em magníficos panos, colchas e lençóis de linho; as mantas com retalhos dos tecidos que usam no quotidiano e a cestaria.
- à criação de animais (onde se enquadra a matança do porco); à pastorícia (ovinos e caprinos) aproveitando e desenvolvendo os pastos naturais; a recuperação e o incremento de antigas formas de pastoreio e à produção de queijo artesanal.
- à caça.
- aos ofícios, ferramentas tradicionais e comércio.

- ao lazer, através de certas feiras, romarias e festas religiosas; danças e cantares com os seus grupos folclóricos; bailes (que são formas de convívio, permitindo esquecer a monotonia em que se vive no dia a dia de trabalho); jogos tradicionais como é o caso da malha, pião e cartas; e o desporto.
- às crenças populares.
- à vida social.

Em muitos casos, a mesma para além de se encontrar desconhecida e desprezada, está dispersa um pouco por todo o território envolvente. Desse modo, a cultura que se encontra espalhada, isolada e perdida um pouco por toda a região deverá tender para o colectivo, ou seja para o desenvolvimento da comunidade.

Tendo em conta que o produto regional final não dá nem à comunidade em geral, nem ao turista a noção de todo o seu processo de laboração, entendemos que o mesmo deve ser mostrado à referida comunidade e eventuais turistas, nas diferentes fases de execução.

Para a sobrevivência do saber-fazer tradicional em vias de extinção, é indispensável incentivar e apoiar os idosos (conhecedores na matéria), para que os mesmos ensinem e divulguem os seus saberes. Desse modo, a transmissão de conhecimentos por parte das pessoas mais velhas a outras gerações, permite (por um lado) sensibilizar, recuperar, preservar, divulgar e dinamizar actividades tradicionais em desuso, bem como ocupar e valorizar uma camada etária (cada vez em maior número), que mais parece ter caído no esquecimento e ainda a criação de postos de trabalho, constituindo por si, uma alternativa à desertificação do espaço rural.

Desta forma, pretendemos reconquistar, valorizar e aplicar os saberes e tradições dos nossos antepassados, ao nosso presente, de molde a sobreviver a um futuro que se avizinha.

Para o efeito é necessário recuperar os espaços existentes e criar outros (incluindo no Núcleo Sede e na Santa Casa da Misericórdia em Alvaiázere), que permitirão aos interessados redescobrir as memórias ricas das artes e ofícios tradicionais, bem como os materiais e tecnologias utilizados, mas sobretudo o prazer de trabalhar com as próprias mãos.

Esses espaços, que mais não são do que as tradicionais oficinas, acabando por se tornar em locais culturais, abertos a toda a comunidade, educando a sensibilidade da mesma e privilegiando o convívio e a troca de saberes entre pessoas de várias gerações.

Passar tempos livres, ensaiando e aprofundando a experiência sobre a arte e as técnicas que já se conheciam e dominavam, aprender e estudar para ensinar, ou conhecer para executar e/ou comercializar, deverão ser as motivações de quem procura esses espaços.

As feiras, festas, festivais e concursos são excelentes oportunidades não só para expor, como também para observar, trocar opiniões e comercializar o que se produziu, registando-se não só uma grande animação sócio-cultural, como também uma grande afluência e participação de toda a população local e dos concelhos limítrofes.

6 – Funcionamento do mesmo com vista à obtenção de sucesso

As condições necessárias para o desenvolvimento e sucesso deste projecto são no nosso entender as seguintes: estabelecimento de relações regulares com outras instituições similares (cujos objectivos sejam idênticos) quer no país quer no estrangeiro, fomentando o intercâmbio entre as mesmas, o que contribuirá não só para a troca de práticas e conhecimentos, como também para o reforço das acções a dinamizar, bem como para a troca de exposições, para a realização de reuniões, encontros e congressos, para a diminuição das despesas de projectos comuns, entre outras; existência de uma rede de parcerias com entidades públicas e associações locais; a conservação da natureza; a existência de uma equipa de educação ambiental; existência de turismo rural/cultural; meios de promoção, publicação e marketing, utilizando recursos informáticos (como base de dados sobre a comunidade, o património local existente e a região, roteiros e catálogos informatizados, CD-ROM e Internet com sites educativos), bem como cartazes, desdobráveis, brochuras, vídeos, acções na comunicação social, publicidade, ou até mesmo, a existência feiras e certames de divulgação para a promoção e valorização da região; criação de uma imagem de marca que consiga atrair os turistas; existência de uma ou mais empresas encarregues de conceber e comercializar os produtos tradicionais locais; articular o saber-fazer tradicional com a preservação e valorização dos produtos típicos, através de acções de formação que envolvem toda a comunidade; participação de indivíduos conhecedores do saber fazer tradicional em feiras e certames de exposição e venda do artesanato; organização de actividades com entradas livres em feiras, festas, festivais, exposições; organização e promoção de seminários e colóquios/workshops onde se debata e avalie o progresso regional; dinamização de acções destinadas a crianças, jovens, deficientes, 3ª idade e pessoas sem emprego; valorização e comercialização do azeite, vinho, queijo, enchidos, frutos secos, pratos e doçaria da região; promoção do associativismo local; promover actividades desportivas em contacto com a natureza de uma forma não nociva para a preservação da mesma, como por exemplo, atletismo, ciclismo de montanha, prática de desportos aventura motorizados (do tipo todo-o-terreno), espeleologia, parapente, asa-delta, balão, escalada, percursos de descoberta da natureza e património cultural; visita a adegas típicas (em bom estado de apresentação), onde poderão provar e até mesmo comprar vinho local, promovendo o desenvolvimento do turismo; programas de colaboração e intercâmbio com outras regiões.

As iniciativas acima indicadas, são fomentadoras de reforço da imagem do concelho em estudo, da melhoria das condições e da qualidade de vida das populações (mobilizadas na valorização dos seus recursos), em termos ambientais, sociais, patrimoniais, culturais e económicos, por serem causadoras de desenvolvimento, emprego e receitas.

6.1 – Itinerários culturais

A concepção e elaboração de itinerários culturais são estratégias importantes para o desenvolvimento de uma região, em virtude de valorizar o património cultural local, alargando desse modo a oferta turística.

Os espaços, equipamentos e meios concebidos, permitem aos habitantes e aos visitantes em geral, ter a noção de tudo o que possa caracterizar a região. Não nos esqueçamos, que é através da observação *in situ*, que ficamos a conhecer a geologia, a natureza, o património, bem como os usos e os costumes das gentes locais. Assim sendo, é significativo a existência de itinerários culturais aos pontos estratégicos de maior interesse na região. Esses itinerários podem ser efectuados de autocarro (quando a distância, o número de sítios a visitar e o número de visitantes forem significativos), a pé e de bicicleta, quando o gosto pelo conhecimento é aliado à prática de exercícios físicos.

a) circuito pedestre

Andar a pé é um passatempo saudável e de aventura, já que se faz ao ar livre, respeitando o meio ambiente. Nos últimos tempos, esta actividade tem vindo aumentar significativamente o seu número de adeptos, pois além de não impor limite de idades, as caminhadas permitem uma maior intimidade e por conseguinte um maior conhecimento da natureza, proporcionando um grande bem-estar físico e psicológico para quem a pratica, não existindo concorrência nem metas a vencer. No entanto, e para evitar qualquer tipo de risco, convêm que os percursos a explorar, sejam previamente definidos.

Assim sendo, entendemos que para conhecer um sítio, um local, uma região, não há nada mais saudável que um passeio pedestre. Desse modo, propomos à comunidade e aos turistas um passeio a pé, pelos itinerários previamente concebidos, os quais terão uma distância aproximada de 1 a 5 km (incluindo a ida e o regresso), para os dois níveis de dificuldades, diferenciando-se estes unicamente no ritmo de passada.

A sua energia e o seu desejo de conhecimento, aliados ao apetrechamento de um mapa interpretativo, de uma máquina fotográfica e de um lanche, proporcionarão ao visitante um passeio inesquecível pelo diversificado património natural e construído, como é o caso da geologia, grutas, natureza em geral (contactando com a fauna e com a flora local), sítios arqueológicos (de modo a contactar com os diversos habitats), património arquitectónico e património cultural.

Os quilómetros a percorrerem na rede de caminhos pedestres (recuperados de caminhos antigos, de estradas romanas (que na maioria das vezes coincidem com os antigos caminhos de Santiago) e/ou concebidos para a região, proporcionarão aos caminhantes um

relaxamento físico e psicológico associado ao conhecimento de uma região, da sua história e das suas gentes.

No caso de serem efectuados individualmente, os turistas poderão contar ou com a ajuda de roteiros turísticos, ou com o apoio da população local. No caso de serem efectuados em grupo, os interessados além de poderem contar com o guia turístico, poderão também contar com os voluntários do museu.

b) circuito de bicicleta

Por considerarmos que a bicicleta é um dos meios de transporte mais ecológicos para percorrer e conhecer certas regiões, concebemos alguns percursos, cujos objectivos são basicamente os mesmos que os pedestres, contudo, destinam-se a uma população menos diversificada. Não pretendemos com isto excluir eventuais elementos participativos, no entanto, parece-nos compreensível não incluir os mais novos, os mais idosos e algumas pessoas com deficiências físicas, já que alguns dos percursos poder-se-ão tornar demasiado cansativos e até mesmo impraticáveis, devido aos quilómetros a percorrer (uma distância aproximada de 1 a 10 km, tendo em conta não só a ida e o regresso, mas também os dois níveis de dificuldades, diferenciando-se esses, pelo ritmo de andamento) e à altitude a alcançar.

Pensamos que a adesão a este tipo de circuitos se fará por pessoas com idades compreendidas entre os 8 e os 50 anos, com muitas pausas pelo caminho.

Para os que não tiverem bicicleta e quiserem entrar nesta aventura, há também a possibilidade de aluguer das mesmas para o turismo. Para o efeito, os interessados terão que se dirigir ao Núcleo Sede e alugar a sua bicicleta.

Alguns dos circuitos por nós elaborados poderão ser consultados no anexo 9 – Circuitos Turísticos.

c) circuito de carro ou autocarro

Estes circuitos, tal como os anteriores visam o conhecimento do património concelhio e simultaneamente a distração e o convívio de quem o percorre com as gentes locais, sempre prontas para prestar esclarecimentos sobre este ou aquele assunto. E ao contrário dos mesmos, são efectuados em estradas municipalizadas, o que permite chegar praticamente a todos os pontos do concelho de uma forma mais rápida.

Alguns dos circuitos por nós elaborados poderão ser consultados no anexo 9 – Circuitos Turísticos.

6.2 - Equipa de Educação Ambiental e Animação Cultural

A existência de uma equipa de Educação Ambiental e Animação Cultural deverá encorajar a população a participar na defesa e valorização do meio ambiente, informando e sensibilizando os mesmos, bem como os agentes económicos locais. Para o efeito, entendemos ser importante a existência de um plano de educação ambiental e animação cultural, não só para o exercício da cidadania como para a melhoria da qualidade de vida da comunidade através de um comportamento ecologicamente correcto que garanta um compromisso com o futuro.

Assim sendo, devem existir meios pedagógicos especiais, com o objectivo de proteger o meio ambiente, sensibilizando, incentivando e orientando a comunidade a preservar o seu património natural, histórico e cultural, isto é, ao mesmo tempo que o utente participe em actividades de carácter educativo, cultural e de lazer, ser-lhe-ão fornecidas informações de protecção do meio ambiente.

No entanto, consideramos que as escolas são os locais privilegiados para a aprendizagem, formação, mobilização e incentivo dos jovens relativamente às acções de preservação do meio ambiente. É aí que as crianças e os adolescentes poderão adquirir uma educação mais sólida sobre os cuidados a ter com o meio ambiente.

Se por um lado achamos conveniente conceber e implementar actividades de sensibilização e educação ambientais relacionadas com os núcleos museológicos, para que os mesmos sejam pólos de experiências e de difusão de conhecimentos das várias escolas existentes no concelho, isto é, a implementação de acções integradas com o currículo escolar faz com que a utilização dos Núcleos (com os seus recursos naturais e/ou construídos), seja visto como extensões das escolas espalhadas por todo a zona e concelhos limítrofes, por outro lado, consideramos relevante a existência de actividades educativas, culturais e desportivas de suporte à dinâmica dos referidos Núcleos, disponibilizando informações aos visitantes e à população em geral, para que os mesmos considerem os pólos museológicos como um arbítrio de lazer educativo. Segundo C. Moreira (1996) as actividades pedagógicas dinamizadas pela equipa referida anteriormente poderão ser "...exposições temáticas de sensibilização, itinerantes e/ou temporárias, exposições de objectos pertencentes à comunidade, publicação de brochuras, posters, jogos educativos, conferências, sessões de cinema, vídeo ou diaporamas, promoção dos produtos e tradições locais, visitas guiadas, etc." (MOREIRA, 1996:38)

De salientar que este tipo de iniciativas não são contrárias ao desenvolvimento económico, antes pelo contrário, representam um trunfo para o mundo rural, já que o seu património natural é salvaguardado e valorizado, aumentando não só o bem-estar de toda a

população, como também o aumento do turismo, que por sua vez levará ao incremento económico da região, através da rentabilização de certos serviços, como lojas, “tascas”, cafés, restaurantes, pensões e residenciais, possibilitando a criação de postos de trabalho.

6.3 - Apoio a grupos ou clubes de voluntários nas tarefas de manutenção e enriquecimento dos Núcleos Museológicos

Sendo o voluntariado um dever cívico de todos nós, traduz (neste tipo de projecto) uma solução significativa para a resolução de alguns problemas da comunidade em estudo. Não só pela manutenção e enriquecimento dos núcleos museológicos, como também pela ocupação dos tempos livres dos eventuais voluntários, permitindo aos mesmos, uma aquisição de conhecimentos e análise crítica sobre a ecologia, arqueologia, história, arquitectura e etnografia do concelho, bem como pela reflexão multidisciplinar, alargada e profunda de interesse privilegiado para a comunidade alvaiazerense, na perspectiva de uma inquietação e de uma consolidação de conhecimentos e de valores. É então justificável, a existência de espaços e de dinâmicas que possibilitem aos interessados uma formação para a acção e uma motivação para a concretização de atitudes em sintonia com a recuperação e preservação do património natural e cultural.

Além da formação, pensamos que uma das prioridades a ter sucesso a vários níveis é o do intercâmbio de voluntários locais, com voluntários de outras regiões. Pois, além da componente de ocupação dos tempos livres, a motivação para uma nova aventura dentro de uma perspectiva de aquisição de outro tipo de conhecimentos e experiências era indispensável, tendo em conta algumas das limitações da comunidade. Só desse modo seria possível trocar experiências e adquirir novos conhecimentos, sobre diferentes realidades físicas, sociais e culturais, que possivelmente suscitariam novos valores e atitudes em sintonia com a tolerância, a cooperação, a solidariedade.

Outro aspecto não menos importante e interessante, é a comemoração de alguns dias temáticos, como por exemplo “Luta Contra a Droga”, “Ambiente”, “Floresta”, “Museus”, “Solidariedade”, “Criança”, “Juventude”, “Terceira Idade”, entre muitos outros, traduzindo-se tais eventos, em sistemas de ensino para uma cidadania responsável e activa, como acessórios da formação familiar e escolar.

6.4 – Estalagem e Parque de Campismo Rural

A fim de complementar as nossas ideias e de contribuir para o desenvolvimento da comunidade e da região de Alvaiázere, consultamos o capítulo III do Plano Director Municipal do concelho, relativamente às áreas de Aptidão Turística. Segundo o mesmo, o

reforço da oferta turística no concelho compreende a criação de uma estalagem na Serra de Alvaiázere e de um Parque de Campismo na Ribeira de Alge.

Tratando-se de dois projectos importantes para a região, consideramos inadequados, os locais pensados para a sua exequibilidade. Ora vejamos, no primeiro caso, tratando-se de um pólo de uso e de desenvolvimento exclusivamente turístico a sua construção e respectiva actividade irá afectar negativamente o espaço natural envolvente. Não nos esqueçamos, que a Serra de Alvaiázere, desde a Idade do Bronze não é habitada, constituindo actualmente um precioso habitat natural na região. Por muitos cuidados que fossem tomados, pensamos que a eventual construção da estalagem e a sua ocupação por turistas, poderia não só alterar a paisagem, como também por em risco algumas formações cársicas, algumas espécies autóctones (fauna e flora), bem como certos sítios arqueológicos, como é o caso da Carreira dos Cavalos (muralha antiquíssima, com cerca de mil metros de diâmetro), que devido à construção da estrada de acesso à serra, pagou o preço do progresso, já que uma parte da sua muralha foi destruída.

Como tal, propomos a construção da referida estalagem na zona do Bofinho, bem perto da nascente de água do Olho do Tordo, dadas as características naturais e culturais do local.

Relativamente à construção de um Parque de Campismo na Ribeira de Alge, pensamos tratar-se de uma excelente ideia, em virtude de constituir mais um reforço da autarquia, na oferta turística. No entanto, consideramos a Ribeira de Alge (apesar da sua beleza natural), uma escolha desajustada relativamente à sede do concelho, já que é na sede que se encontram as infraestruturas mais diversificadas (incluindo a rede viária), atractivas e em melhores condições.

Assim sendo, julgamos que o melhor sítio para a implantação de um parque de campismo público será a zona das piscinas municipais, mais concretamente na Mata Municipal, devido à condição geográfica da referida zona. Por outro lado, trata-se de um espaço arborizado, rico em boas sombras, com fácil acessibilidade à via pública.

A área deve ser isolada de molde a garantir a segurança dos campistas, existindo, como é óbvio, portões para a entrada e saída dos utentes.

É ainda indispensável a existência de iluminação geral no parque, água corrente potável, bem como vias de circulação interna.

Relativamente a outro tipo de infraestruturas, o mesmo deve possuir:

- instalações sanitárias divididas por sexos (tendo em conta as crianças e os campistas com deficiências motoras), com sanitas, chuveiros e vestiário

individuais, e ainda lavatórios com espelho e interruptores de corrente com referência à voltagem;

- recepção;
- bar/restaurante;
- quiosque para vendas;
- parque de merendas;
- zona para a prática de desportos ao ar livre;
- parque infantil;
- pias de lavar a louça;
- tanques de lavagem de roupa e zona de secagem;
- e finalmente, a existência de contentores para o lixo espalhados por todo o parque, completam as necessidades básicas para o bom funcionamento do mesmo.

6.5 – Turismo cultural

Segundo a Carta de Turismo Cultural, da responsabilidade do ICOMOS em 1976 (1999:153,156), o turismo é uma actividade que reúne cada vez mais adeptos, como consequência do desenvolvimento das acções sociais, humanas, económicas e culturais.

Dessa crescente adesão, resultam aspectos positivos e negativos:

- a) dos aspectos positivos, salienta-se não só o conhecimento do património arquitectónico, histórico e artístico à comunidade em geral, como também, a consciencialização da referida comunidade, para a preservação dos mesmos, já que daí derivam melhoramentos sociais, culturais e económicos para a população visada;
- b) dos aspectos negativos, a referida Carta, chama a atenção para a utilização excessiva e abusiva do património cultural e natural, a qual deve ser controlada, com o intuito de o preservar (numa perspectiva futura), atrair e educar os visitantes, mediante o cumprimento de algumas normas.

A fim de promover o turismo e simultaneamente preservar o património natural e cultural de uma forma em geral, a Carta de Turismo Rural apresenta no ponto 3 e 4 das suas Bases de Actuação, o seguinte:

“3. Fazem um chamamento aos Estados para que estes assegurem uma rápida e enérgica aplicação da Convenção Internacional para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural adoptada em 16 de Novembro de 1972, assim como da Recomendação de Nairobi;

4. Confiam em que a Organização Mundial de Turismo, em cumprimento de seus fins, e a UNESCO, no marco da mencionada Convenção, realizem o maior esforço possível, em colaboração com os organismos signatários, e com todos aqueles que no futuro se adirão, para assegurar a aplicação da política que as ditas entidades têm definido como a única capaz de proteger o género humano dos efeitos do incremento de um turismo anárquico cujo resultado é a negação de seus próprios objectivos;” (1999:155).

Nos pontos seguintes, a mencionada Carta chama a atenção para os seguintes aspectos:

- i. as entidades competentes devem informar e formar os turistas nas suas viagens;
- ii. deve haver uma educação cultural desde a idade escolar, que incentive a visitar e a preservar o património natural e cultural;
- iii. os meios de comunicação deverão alertar para os problemas de degradação do dito património;
- iv. deve haver uma articulação entre as várias disciplinas com o intuito de melhor servir quer o património natural e cultural, quer o cultural;
- v. proteger a autenticidade e diversidade dos valores culturais.

Embora, convictos da importância dos monumentos culturais, especialmente nos meios urbanos, pensamos que com o decorrer dos tempos, os espaços naturais e os meios rurais, tornam-se os principais pontos turísticos de interesse, uma vez que a natureza e a cultura possuem valores que interessam aos visitantes, para a prática de actividades associadas à natureza, ao recreio, ao lazer e às culturas locais.

A promoção e valorização do património natural, arqueológico, arquitectónico e etnográfico no concelho de Alvaiázere, são indispensáveis para que o turismo seja uma realidade constante.

O embelezamento e enriquecimento da zona, tendo por base a criação de um Parque Natural, espaços verdes, parque de merendas, parque de campismo, jardins, bem como a limpeza de espaços públicos e particulares e a recuperação do património em geral (entre outros), serão algumas das características que poderão atrair os turistas à região.

Assim sendo, os potenciais turistas a visitar esta região, deverão encontrar a par de um vasto património natural, paisagístico e cultural, uma típica modalidade de alojamento: as casas de turismo rural.

Estas casas resultam da recuperação de habitações rurais (casas particulares) características da região, de molde a não deixar cair no esquecimento a sua arquitectura, contribuindo assim para a valorização turística, ambiental e cultural da zona. Devendo as

mesmas (mediante uma remuneração), prestar serviços de hospedagem e simultaneamente proporcionar a prática de actividades rurais, aos eventuais interessados.

Consideramos então, que o turismo rural é uma opção estratégica de revitalização do mundo rural, que permite não só a autenticidade e a identidade cultural das comunidades visitadas, bem como, o equilíbrio da economia dos pequenos agricultores, desenvolvendo o gosto e o orgulho na qualidade dos produtos que os mesmos produzem.

6.6 – Participação em celebrações tradicionais

Como temos vindo a referir, a concepção deste museu decorre dentro do conceito e campo de acção da Nova Museologia, onde pretendemos que quer a comunidade envolvente, quer o eventual turista conheçam bem a realidade social e cultural da região, contactando directamente com as actividades existentes e com outras que lhes são oferecidas, de molde a que possam viver e simultaneamente identificarem-se com as respectivas manifestações culturais. Ambicionamos assim despertar a consciência de cada um para o facto de que cada indivíduo é portador de conhecimentos e saberes.

Desse modo, além de infraestruturas e serviços, entendemos ser necessário (para o êxito deste projecto) a dinamização de actividades, que possam atrair, informar, educar e ocupar os tempos livres da comunidade, dos visitantes e dos turistas.

As actividades devem ser suficientemente diversificadas, ao ponto de contribuírem para a divulgação da natureza, paisagem, gastronomia, artesanato, produtos, manifestações tradicionais e etnográficas, de molde a afirmar a identidade cultural desta região. Temos como exemplo:

- o de Dia de Todos os Santos, com o culto dos mortos no período da manhã, seguindo-se-lhe a realização dos afamados magustos, ao mesmo tempo que as crianças percorrem as casas dos vizinhos a pedir os bolinhos (merendeira de azeite, merendeira com frutos secos e broa doce), característicos deste período;
- o Natal, período em que as pessoas se juntam em casa de familiares, para celebrar a data, num tradicional jantar (bacalhau cozido com batatas e couves) em redor da lareira;
- o dia de Reis, na véspera desse dia, muitas pessoas juntam-se em grupos para cantar os reis, havendo mesmo no concelho, um concurso promovido pela autarquia, para não deixar desaparecer essa tradição;
- o Carnaval, apesar de no passado ter sido vivido com mais intensidade, é nos dias de hoje, um motivo de comemoração por parte de alguns

populares, que individualmente ou em grupo se vestem de entrudo (vestes bizarras) e percorrem as ruas locais, com a cara tapada para ninguém os conhecer, tudo isto em franco convívio;

- por estas terras a Quaresma é um período de penitência e de oração, salientando-se o facto de ser um dos poucos sítios do país, onde ainda é tradição as pessoas juntarem-se em grupos e irem de casa em casa, cantar às almas, com o intuito de angariar fundos para mandar dizer missas por alma daqueles que já morreram;
- a Páscoa é um dos grandes dias do ano, pois as famílias reúnem-se para comemorar a ressurreição de Cristo, sendo tradição os padres percorrerem as ruas do concelho, a fim de darem as boas festas aos residentes e procederem à benção das respectivas casas;
- o dia da Espiga é uma tradição remota, que consiste na deslocação dos populares ao campo, a fim de apanharem a espiga;
- as colheitas variam consoante o período em que foram efectuadas as sementeiras e/ou as plantações dos produtos cultivados na região, como é o caso do trigo e/ou centeio, batata, milho, feijão verde (e outros tipos de feijão), couve, tomate, entre outros;
- as vindimas decorrem nos finais do mês de Setembro e são efectuadas pelos proprietários dos terrenos ou por empregados dos mesmos, os quais depois de apanharem as uvas colocam-nas em tanques de pedra ou em dornas, com o intuito de procederem ao esmagamento pelo processo primitivo dos pés ou pelo esmagador;
- a descamisada;
- a apanha da azeitona;
- a matança do porco constitui um costume muito antigo, já que muitas famílias se dedicam anualmente à criação de um ou dois suínos, com o intuito de obterem carne de porco salgada, chouriços, morcelas e farinheiras caseiras;
- oficinas, apesar de poucas ainda há algumas cujos donos se dedicam a profissões em extinção, como é o caso do latoeiro, sapateiro, moleiro, ferreiro e tanoeiro;
- as feiras são uma tradição muito antiga que permitem aos habitantes locais e aos dos concelhos limítrofes, a compra e venda dos mais variados produtos, produzidos essencialmente na região;

- romarias, a romaria mais tradicional é aquela que é efectuada ao longo de todo o ano à Capela de Nossa Senhora dos Covões;
- festas, a partir do mês de Maio, até início de Novembro, realizam-se (um pouco por todo o concelho), inúmeras festas religiosas, que atraem não só a população local, como também as pessoas dos concelhos vizinhos;
- festivais de folclore;
- exposições, no mês de Maio realiza-se a semana da educação, evento que expõe e promove as escolas e a cultura local.

6.7 – Jantar em casas de famílias locais

A organização de refeições em casas rústicas com características do meio rural, apresentando um grande valor etnográfico, parece-nos uma ideia interessante, não só pelo facto de trazer receitas à região, mas também pela divulgação da identidade cultural da respectiva comunidade.

Para o visitante que queira conhecer e desfrutar a cultura local, nada melhor do que uma refeição tradicional em casas tipicamente Alvaiazerenses. Aí, para além de poderem saborear a gastronomia local, poderão conviver de perto com os usos e costumes destas gentes, bem como conhecer a arquitectura interior das suas habitações, contribuindo não só para a revitalização da memória e das vivências culturais dessa sociedade, bem como para o seu bem-estar e enriquecimento pessoal.

6.8 – Abertura de lojas para venda de produtos típicos

A fim de dar a conhecer e desenvolver o concelho, é fundamental a existência de lojas e/ou quiosques, para venda de produtos regionais (pão caseiro, broa de milho, queijo, azeite, vinho, mel, enchidos, panos em linho, mantas de retalho, rendas, postais e vídeos locais), conseguindo desse modo atrair turistas interessados em experimentar o gosto da vida local, enquanto exploram os espaços naturais, construídos e culturais da zona.

Nesses sítios de comercialização dos produtos típicos locais de qualidade, poder-se-á encontrar produtos tradicionais ou actuais e outros resultantes de cópias quer de antigos utensílios agrícolas, quer de artigos etnográficos, quer de artigos decorativos (miniaturas da arquitectura típica local, chaminés, eiras, poços, engenhos, azulejos), entre tantos outros.

Para o êxito desta iniciativa, é relevante a existência de uma política leal de comercialização, onde a exigência dos critérios de qualidade poderá contribuir para a criação de uma marca certificada que defenda, promova e garanta a qualidade dos produtos regionais

comercializados nesses pontos de venda, e quem sabe, a sua ampliação a outros locais de consumo, externos ao concelho.

A criação de uma rede de comercialização de produtos regionais, que envolvesse não só a autarquia, as associações e cooperativas do município em questão, como também as de outros concelhos, com o intuito de comercializar os produtos locais, levaria a um maior incremento da produção, e por conseguinte ao desenvolvimento e divulgação do concelho de Alvaiázere.

6.9 - Empregabilidade

Pensamos com este projecto contribuir para o aumento de voluntariado, para um incremento das acções de solidariedade, para a valorização das actividades agrícolas e não agrícolas, para o aumento dos postos de trabalho, para o desenvolvimento do turismo e por conseguinte da região. As zonas rurais são actualmente os principais centros de interesse de visita dos turistas. Desse modo, a criação de vários núcleos museológicos contribuem para a compatibilização das políticas públicas e baseiam-se nos recursos locais sem os destruir, pelo que constituem óptimos instrumentos para desenvolver o emprego no meio rural. Por outro lado, a criação de pequenas e médias empresas de restauração, ofícios tradicionais, artesanato e de animação turística promovem o desenvolvimento local, o emprego e um maior contacto entre a comunidade local e o visitante.

6.10 – “Tascas” e restaurantes com petiscos/pratos gastronómicos regionais

A gastronomia típica é mais um dos aspectos a salientar na região, já que é confeccionada com “os frutos” regionais e com o dom de quem conhece e labora a terra, isto é, as tradições gastronómicas regionais de proveniência remota, cujos segredos têm vindo a ser passados de geração em geração (fazendo as delícias de quantos têm a oportunidade de as saborear), devem ser alvo de uma política de preservação e divulgação.

Entendemos por isso, ser impreterível a dinamização de espaços de promoção e comercialização de produtos locais, no âmbito da gastronomia ou outros, como é o caso de antigas tabernas, adegas, lagares, moinhos, entre outros. Para o efeito, deverão ser recuperados ou remodelados os referidos espaços que não ofereçam características de operacionalidade e funcionalidade para os operadores e clientes. A ideia consiste na criação de uma rede de tascas e restaurantes típicos, próximos dos principais centros de interesse turístico, disponibilizando um agradável serviço aos visitantes e utilizando os saborosos produtos locais, como o vinho palheto (de baixo teor alcoólico), o azeite regional, os enchidos fumados (o chouriço, a farinheira, e a morcela de carne), o presunto fumado, queijo fresco,

queijo de azeite (conservado em azeite), pratos tão variados como a saborosa e substancial sopa de feijão feita na lareira, o cozido à portuguesa, a chanfana, carne de rebolão, migas com entremeada, batatas a murro com bacalhau assado, batatas cozidas com bacalhau e grão, xíxaros cozidos com couve-galega, cabrito e/ou leitão assado no forno, bucho de porco, “picapau“, bifanas, entre outros.

A iniciativa teria então uma vertente económica e outra cultural, pois criaria postos de trabalhos, valorizava os produtos locais e suscitaria outros projectos na área envolvente.

De referir que a dinamização do projecto envolveria as entidades privadas e as regiões de turismo, de molde a publicitar o empreendimento.

6.11 - Gestão e financiamento do projecto

Entendemos que a criação de núcleos museológicos integrados em espaços naturais, seminaturais e humanizados, devem ser geridos pela autarquia local, associações de municípios e comunidade.

Relativamente aos financiamentos, esses, poderão ser alcançados no âmbito público e privado e através de fundos comunitários, sobretudo através dos seguintes programas:

- Programa de Intervenção Comunitária LEADER, que na preocupação com o desenvolvimento local, apoia a dinamização museológica a nível local, no que se refere não só à recuperação, protecção e valorização do que é tradicional, mas também à musealização de sítios e à reconstrução e ou criação de museus;
- Programa Operacional da Cultura, tendo sido definido pelo III Quadro Comunitário de Apoio dois domínios prioritários de intervenção, um composto pela valorização do património histórico-cultural e outro pelo favorecimento do acesso a bens culturais.

Este Programa é integrado no Eixo 1 do plano de Desenvolvimento Regional, tendo por objectivos elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social;

- Programas Operacionais Regionais na componente sectorial desconcentrada do ambiente, cultura e património rural.

Os referidos Programas são por nós referidos no anexo 1 desta dissertação.

As áreas que achamos necessitarem de maior cooperação e financiamento estão ligadas ao ambiente, através da preservação e valorização da fauna, flora e actividades agrícolas; ao património, com a preservação e valorização do património imóvel e móvel, no que refere aos monumentos, à arquitectura tradicional, aos espaços culturais, ao espólio existente, aos usos e costumes tradicionais, ao saber fazer tradicional, às profissões

tradicionais, à gastronomia; ao turismo rural e/ou ao turismo em geral; à certificação de produtos regionais; ao voluntariado, quer por parte de jovens e/ou investigadores, que procurem desenvolver estudos sobre a zona, quer por parte da restante comunidade que queiram colaborar com as actividades desenvolvidas; a criação de postos de trabalho, entre outras.

7 – Considerações finais

A influência do progresso e a disseminação de outras culturas conduzem por vezes à descaracterização de uma região. Desse modo, o território (património natural, construído e cultural), as relações humanas e os usos e os costumes sofrem mutações constantes, verificando-se por vezes perdas irreparáveis. Há então a necessidade de intervir, procurando encontrar um arquétipo de desenvolvimento, onde coabite o progresso social, tecnológico, económico, patrimonial, cultural, sendo simultaneamente salvaguardada a identidade das comunidades em causa.

Com este trabalho, pretendemos contribuir para a organização de um museu no concelho de Alvaiázere (de molde a recuperar, preservar e valorizar o respectivo património), o qual, deverá cooperar com o desenvolvimento integrado da comunidade Alvaiazerense e por conseguinte da região, combatendo alguma da inércia social, económica e cultural existente, por parte de certos populares residentes.

Convictos, de que na sociedade contemporânea a Museologia preocupa-se com a relação existente entre o homem e o seu meio e de que o Museu Local tem um papel relevante no desenvolvimento sustentado de uma região, procurámos analisar a Nova Museologia na qual se enquadram os modelos de Ecomuseu e de Museu Local.

Desse estudo, salientamos resumidamente, alguns pontos que nos parecem relevantes para o sucesso do museu que desejaríamos para Alvaiázere:

- Um Museu Local ou um Ecomuseu não poderão ser entendidos como uma parcela da comunidade, mas deverá ser considerado como estando integrado no seu meio ambiente, abrangendo todos os sectores do meio físico e social (população, património natural, construído e cultural). Eles reflectem a colectividade onde estão inscritos (interpretando e explicando a sua história, o seu tempo e o seu território), garantindo a salvaguarda da memória da mesma, uma vez que o próprio ao inter-agir com a comunidade, preserva a sua história e o seu património, permitindo que gerações futuras conheçam as suas referências passadas;
- A constituição de um espaço museológico local é sem dúvida marcante para o desenvolvimento da região. Para o efeito, existem apoios municipais e comunitários (dentro do III Quadro Comunitário de Apoio 2000/2006, existe o Programa Operacional da Cultura - P.O.C. e o Programa Operacional do Centro, coordenado pela Comissão de Coordenação da Região do Centro – C.C.R.C);

- A acção educativa de um museu, valorizando o património, as experiências individuais e colectivas de uma comunidade, entre outras, é uma via de cooperação pedagógica que o museu pode oferecer à escola (no complemento de informações), como também, de formação do indivíduo a nível informal (actividades sócio-culturais), e ainda de desenvolvimento integrado da região;
- O exercício da cidadania é imprescindível para o desenvolvimento de qualquer sociedade. A consciencialização de determinados valores sociais (como melhores condições ambientais, patrimoniais e económicas, isto é, melhores condições de vida), deverá conduzir o indivíduo a participar no quotidiano da comunidade, a qual deverá construir uma visão positiva e activa sobre as suas potencialidades e sobre as suas perspectivas de futuro;
- Alargar o conceito do património cultural (incluindo testemunhos materiais e imateriais etnográficos e antropológicos com interesse para a identidade e memória da comunidade local) e dinamizar o território onde está inserido, consolidando uma dinâmica local de desenvolvimento integrado;
- A preservação e valorização do património *in situ* (com a respectiva contextualização) transforma, enriquece e dinamiza a região, fortificando a relação do homem com o seu meio. Assim sendo, o homem relaciona-se com o seu património, actuando sobre ele e vice-versa, num determinado território, contribuindo para o seu desenvolvimento.

De referir que os espaços ao serem musealizados, poderão ser seleccionados de acordo com a sua importância, constituindo locais de identificação, enriquecimento, entretenimento e sobrevivência;

- A concepção de circuitos museológicos constituiu uma forma de impulsionar e rentabilizar os recursos locais, bem como as potencialidades museológicas.

A nossa consciencialização do exposto, leva-nos a alertar para a necessidade de organizar e/ou constituir, preservar, articular, integrar e valorizar as potencialidades locais do concelho em estudo, a nível social, natural, infraestrutural, cultural (incluindo o equipamento cultural), os espaços museológicos (onde se enquadram os circuitos turísticos e o turismo na verdadeira acepção da palavra), e os vários serviços públicos, ou seja, todo a região de Alvaiázere, com vista ao desenvolvimento natural, patrimonial construído, cultural (salvaguardando a identidade cultural), pessoal, social e económico (valorização dos produtos

locais, criação de postos de trabalho, melhoria das condições de vida da comunidade e disseminação da actividade turística), ou seja, ao desenvolvimento da referida região.

Segundo R. Marques (2002) “...o desenvolvimento local se constrói com os cidadãos e para os cidadãos, sendo por isso necessário compreender qual a sua disponibilidade e o seu contributo para o envolvimento cívico, para a participação local numa óptica multifacetada (cultural, económica, desportiva, política, religiosa, e social), pilar indispensável à construção do edifício do desenvolvimento e uma atitude que não deverá ser sujeita a fronteiras, nem tão pouco limitada pelo chavão do envolvimento político.”

<http://www.ub.es/geocrit/b3w-284.htm>

Na sua abordagem ao desenvolvimento local/rural, o autor acima referido, estabelece primeiramente, quatro conceitos que se relacionam entre si, os quais são completados por outros cinco, que em conjunto vão de encontro ao defendido pela teoria de Museu Local e Ecomuseu e que nós consideramos relevantes (como referimos anteriormente) para uma eventual aplicação prática desta dissertação e por conseguinte para o desenvolvimento da região de Alvaiázere, são eles:

- Responsabilidade partilhada valoriza a participação de todos os indivíduos na tomada de resoluções, de molde a que os mesmos sejam responsáveis pelas suas acções;
- Exercício da cidadania é um direito e um dever comum a todo o cidadão uma vez que o mesmo deve participar na vida comunitária, exteriorizando a sua opinião e aconselhando a eventuais modificações;
- Participação dos cidadãos é um procedimento dinâmico, participativo ou simplesmente de convivência, que cada indivíduo deverá ter em favor do grupo;
- Desenvolvimento sustentado no espaço rural é um conceito que se baseia na sensibilização da colectividade para a sua identidade territorial (devendo a mesma participar activa e criativamente de molde a obter melhores condições de vida), na educação (constituindo quer a nível formal, quer a nível informal, um modo de desenvolvimento), e na salvaguarda do património (natural e construído), tendo por base a articulação que deve existir entre o poder político, económico e a restante comunidade. Logo, o desenvolvimento é uma consequência das participações populares que se salientam na comunidade local e das estratégias de desenvolvimento, com o intuito de salvaguardar o património ecológico, social, recreativo e cultural, a fim de obter melhores condições de vida e a criar condições

propícias a que num futuro o homem consiga viver longe dos grandes centros urbanos;

- Participação associativa (existência de associações e cooperativas);
- Participação cultural/lazer (ocorrência de diversificadas iniciativas em termos culturais);
- Participação desportiva (eventos diferenciados no âmbito do desporto);
- Participação religiosa (acontecimentos religiosos);
- Participação social (voluntariado a diversos níveis).

A participação é então vista como um espaço onde se movimentam os indivíduos, cujo sucesso é assinalado pela motivação e pelo diálogo que levam a um reforço da auto-estima, da coesão social e da identidade cultural.

Assim sendo, e para um êxito assinalável da iniciativa a que nos propusemos, é indispensável a articulação do desenvolvimento social com o crescimento económico da região em estudo, sensibilizando, informando e motivando a respectiva comunidade para a sua capacidade de planear, gerir, realizar e estimar o seu desenvolvimento.

O Museu será assim um meio de desenvolvimento que torna a colectividade auto-sustentável, fazendo face a muitos dos seus problemas, tendo como palco toda a região, com alguns núcleos específicos de gestão e apoio do projecto, para o qual (nunca será demais repetir), é indispensável a conscientização e participação da respectiva comunidade local.

Por tudo o que foi dito, este futuro projecto museológico terá um carácter inovador e dinamizador, capaz de contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentado (reconhecedor e valorizador) das potencialidades de toda a região.

Não pretendemos ser conclusivos, mas iniciar um processo de reflexão e de ampla discussão, que sensibilize a comunidade e as instituições locais, com vista ao aperfeiçoamento deste estudo e à sua aplicação prática.